

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**SAZONALIDADE DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE
GUARATUBA - PR**

Dissertação de Mestrado

LUCIANE SCHEUER

**CURITIBA
2010**

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

LUCIANE SCHEUER

**SAZONALIDADE DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE
GUARATUBA - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Mestrado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Bahl

CURITIBA

2010

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUCIANE SCHEUER

SAZONALIDADE DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA – PR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Miguel Bahl
Departamento de Turismo, UFPR

Marcos Aurélio T. da Silveira
Departamento de Geografia, UFPR

Alexandre Biz
Departamento de Turismo, UFPR

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

Dedico este trabalho aos moradores de Guaratuba que sofrem
anualmente com impactos advindos da sazonalidade turística.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Sirlei, pessoa maravilhosa, que esteve ao meu lado em todos os instantes, confiando em mim e no meu potencial.

À minha filha, Letícia, que compreendeu a importância da minha ausência e foi um incentivo nos dias mais difíceis.

Ao meu pai, Rudi, homem que sempre considerou a educação como a herança mais importante que um pai pode deixar para um filho e acreditou nos meus sonhos.

Ao meu irmão Alex, que sempre me escutou e me aconselhou nos momentos mais complicados.

A Nossa Senhora Aparecida que, com certeza, iluminou os meus caminhos.

Ao meu amado esposo, Igor Schott, pelo apoio nos momentos mais difíceis e por compreender as minhas ausências.

Ao meu sogro, Daniel Schott e minha sogra, Terezinha, por serem a minha família em Guaratuba.

A Beatriz e Jair Pedralli, grandes amigos, que me acolheram em sua casa durante todo o período do mestrado, sem nunca pedir nada em troca.

Àqueles que me incentivaram a estudar Geografia e a me iniciar neste campo tão essencial para o estudo das ciências humanas: Leandro Fontoura (Mineiro), Marciel Lohmann e Camila Cunico.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Miguel Bahl cujas paciência, sabedoria e compreensão tornaram possível um grande sonho.

Ao prof. Dr. Marcos Aurélio T. da Silveira que sempre me estimulou e acreditou no meu potencial.

Ao prof. Dr. Alexandre Biz, que disponibilizou seu tempo para participar das bancas de qualificação e defesa deste estudo.

Aos meus amados colegas de jornada: Valéria Albach, Eduardo Hack Neto, Leonardo Ravaglia Gonçalves, Simone Ramos e Vinícius Bonelli pela parceria, pelas boas conversas, pela amizade nas aulas, em eventos, em artigos e na vida.

À Prefeitura Municipal de Guaratuba.

*Sem esforço, persistência e
generosidade o ser humano
difícilmente chegará a algum lugar.
(Autor Desconhecido)*

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

RESUMO

A crescente importância que o turismo tem assumido em termos globais e particularmente no quadro de algumas economias ocidentais cada vez menos competitivas em nível de atividades econômicas tradicionais, justifica a grande atenção dos setores público e privado, quer quanto a obter um conhecimento mais aprofundado do fenômeno turístico quer, mais especificamente, quanto aos constrangimentos inerentes à sua afirmação e progresso. E dentro desse fenômeno surge a sazonalidade que é algo muito complexo e seu estudo pode identificar seus impactos, seus problemas e racionalizar soluções cabíveis em cada situação ou comunidade receptora. A sazonalidade pode ser fundamentada em várias causas, mas este estudo deixa claro que fatores climáticos e geográficos não devem ser vistos como os únicos culpados da sazonalidade. O problema pode ser desencadeado por vários fatores advindos de várias razões, tanto referentes aos núcleos receptores quanto aos núcleos emissores. O presente estudo buscou caracterizar e comprovar a existência da sazonalidade turística no município de Guaratuba – PR, através da abordagem de conceitos relacionados ao turismo e à geografia do turismo e voltá-los para o estudo do turismo sazonal. Buscou-se também caracterizar de forma pormenorizada o objeto de estudo, ou seja, Guaratuba. Finalmente, o estudo questionou 11 pessoas envolvidas direta e indiretamente ao turismo no município, através de entrevista focalizada para posterior análise e comprovação do fenômeno. Da conjugação entre a revisão teórica e a análise dos dados deste estudo exploratório, conseguiu-se caracterizar e comprovar a existência da sazonalidade no município de Guaratuba – PR, suas causas e seus efeitos.

Palavras-chave: Turismo. Guaratuba. Causas. Efeitos. Sazonalidade.

ABSTRACT

The increasing importance that the tourism has been taking over in global terms and particularly in some western less and less competitive economies to the level of the traditional economic activities, justifies the great attention given from public and private sectors, even this being regarding to obtain deeper knowledge of the tourist phenomenon or, more specifically, regarding the inherent constraints to its affirmation and progress. And inside this phenomenon arises the seasonality that is something very complex and its study can identify its impacts, its problems and to rationalize founded solutions in each situation or receiver community. The seasonality can be based in several causes, but this study clarifies that climatic and geographical factors should not be observed as the only seasonality guilty factors. The problem can be unchained by several factors came from several reasons, as related to the receivers places, as regarding to the tourism emitted places. The present study sought to characterize and to prove the existence of the tourist seasonality in Guaratuba – PR, through the concepts approach related to tourism and to the tourism geography and turn them to the study of the seasonal tourism. It also sought characterize in details the study object, in other words, Guaratuba. Finally, this study questioned 11 people, direct and indirectly involved in to the tourism in the city, through out focalized interview for posterior analysis and phenomenon confirmation. From the conjugation between theoretical revision and the data analysis of this exploratory study, it got characterize and prove the existence of the seasonality in Guaratuba – PR, its causes and its effects.

Key words: Tourism. Guaratuba. Causes. Effects. Seasonality.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – FUNCIONAMENTO DO SISTEMA TURÍSTICO	33
FIGURA 2 – CAUSAS E EFEITOS DA SAZONALIDADE TURÍSTICA.....	65
FIGURA 3 – OCUPAÇÃO CONTINUADA DO LITORAL PARANAENSE	83
FIGURA 4 – PRINCIPAIS UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS DA REGIÃO LITORÂNEA PARANAENSE.....	85
FIGURA 5 – TIPOS DE COSTA. AS PRINCIPAIS CORRESPONDEM À COSTA OCEÂNICA SEM INFLUÊNCIA DE DESEMBOLCADURAS E À COSTA COM INFLUÊNCIA DE DESEMBOLCADURA	86
FIGURA 6 – GUARÁ	99
FIGURA 7 – VISTA DO TRAPICHE E DA PARTE ANTIGA DE GUARATUBA, TOMADA EM 1936, DURANTE A PREAMAR	100
FIGURA 8 – VISTA DO MURO DE ARRIMO E TRAPICHE, ANTES DO INÍCIO DA EROSÃO	101
FIGURA 9 – OBRAS DA CONSTRUÇÃO DO MURO DE ARRIMO E AVENIDA CORONEL AFONSO BOTELHO EM 1954	101
FIGURA 10 – ANTIGA PREFEITURA, ANTES DA EROSÃO MARINHA DE 1968..	102
FIGURA 11 – CASAS DESTRUÍDAS COM O DESASTRE DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 1968.....	102
FIGURA 12 – ESQUEMA REPRESENTATIVO DO LOCAL AFETADO PELA EROSÃO.....	103
FIGURA 13 – LOCAL DA EROSÃO DE 1968.....	104
FIGURA 14 – IMAGEM ATUAL DO LOCAL ATINGIDO PELA EROSÃO DE 1968	105
FIGURA 15 – ESQUEMA REPRESENTATIVO DAS PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO A GUARATUBA	106
FIGURA 16 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO NO ESTADO DO PARANÁ	107
FIGURA 17 – CARTOGRAMA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	108
FIGURA 18 – FOTO DE SATÉLITE DA BAÍA DE GUARATUBA	108
FIGURA 19 – BACIAS HIDROGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA.....	112
FIGURA 20 – LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM GUARATUBA.....	114
FIGURA 21 – LOCALIZAÇÃO DA APA DE GUARATUBA	115
FIGURA 22 – LOCALIZAÇÃO DOS LOTEAMENTOS EM RELAÇÃO À APA DE GUARATUBA	116
FIGURA 23 – LOCALIZAÇÃO PARQUE ESTADUAL DO BOGUAÇU	117
FIGURA 24 – LOCALIZAÇÃO DOS LOTEAMENTOS EM RELAÇÃO AO PARQUE ESTADUAL DO BOGUAÇU	118
FIGURA 25 – LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL SAINT HILAIRE/ LANGE.....	119

FIGURA 26 – LOCALIZAÇÃO DO PARQUE LAGOA DO PARADO.....	120
FIGURA 27 – FOTO AÉREA DO PARQUE LAGOA DO PARADO	120
FIGURA 28 – PRAIA DE CAIEIRAS	127
FIGURA 29 – PRAIA PROSDÓCIMO	128
FIGURA 30 – PRAIA CENTRAL	129
FIGURA 31 – PRAIA CENTRAL	129
FIGURA 32 – PRAIA DO BREJATUBA	130
FIGURA 33 – FOTOGRAFIA DO ATO REALIZADO EM 23 DE JUNHO DE 1953, NO ALTO DO MORRO DO CRISTO. SENHORA JOSEFA DO AMARAL FERREIRA, ENTRE SEUS NETOS FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO E CECÍLIA FERREIRA SIMAS.....	131
FIGURA 34 – MORRO DO CRISTO	132
FIGURA 35 – LARGO NOSSA SENHORA DE LOURDES	133
FIGURA 36 – LARGO NOSSA SENHORA DE LOURDES	133
FIGURA 37 – BAÍA DE GUARATUBA.....	134
FIGURA 38 – SALTO PARATI	135
FIGURA 39 – LARGO DO CARIOCA	136
FIGURA 40 – CABARAQUARA	137
FIGURA 41 – RIO CUBATÃO	138
FIGURA 42 – BARRA DO SAÍ	138
FIGURA 43 – IGREJA NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO.....	140
FIGURA 44 – CASARÃO DO PORTO	141
FIGURA 45 – CAUSAS E EFEITOS DA SAZONALIDADE DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA	170

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DAS CAUSAS DA SAZONALIDADE NO TURISMO.....	66
QUADRO 2 – AGRUPAMENTO DOS FATORES EXPLICATIVOS DE CARÁTER INSTITUCIONAL	68
QUADRO 3 – CLASSIFICAÇÃO DOS FLUXOS TURÍSTICOS	75
QUADRO 4 – DIFERENTES SITUAÇÕES DE DEMANDA	76
QUADRO 5 – ALUNOS MATRICULADOS EM GUARATUBA (ENSINO INFANTIL AO MÉDIO	122
QUADRO 6 – ALUNOS MATRICULADOS EM GUARATUBA (ENSINO SUPERIOR).....	122
QUADRO 7 – CONSUMO E NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA	123
QUADRO 8 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA, PELA SANEPAR	123
QUADRO 9 – ABASTECIMENTO DE ESGOTO, PELA SANEPAR	124
QUADRO 10 – <i>RANKING</i> DO IDH-M NO LITORAL DO PARANÁ	124
QUADRO 11 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA DE GUARATUBA	124
QUADRO 12 – CAUSAS E EFEITOS DA SAZONALIDADE NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA.....	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMLIPA	- Associação dos Municípios do Litoral do Paraná
APA	- Área de Proteção Ambiental
APPA	- Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
BNH	- Banco Nacional da Habitação
EIA	- Estudo de Impacto Ambiental
ETE	- Estação de Tratamento de Esgoto
EUA	- Estados Unidos da América
FGTS	- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
DIBAP	- Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INPE	- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MTUR	- Ministério do Turismo
OMT	- Organização Mundial do Turismo
PAC – CH	- Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas
PDDI	- Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PDDU	- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PIB	- Produto Interno Bruto
PMG	- Prefeitura Municipal de Guaratuba
PR	- Paraná
Prodetur	- Programa de Desenvolvimento do Turismo
RIMA	- Relatório de Impacto Ambiental
SEMA	- Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Paraná
SETU	- Secretaria de Estado do Turismo – Paraná
SISTUR	- Sistema Turístico
UC	- Unidade de Conservação
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – TURISMO, TERRITÓRIO E ESPAÇO TURÍSTICO	21
1.1 CONCEITOS SOBRE TURISMO	21
1.2 EVOLUÇÃO DO TURISMO NO MUNDO	25
1.3 GEOGRAFIA DO TURISMO	27
1.4 O SISTEMA TURÍSTICO.....	30
1.4.1 A demanda turística.....	34
1.4.2 A oferta turística	36
1.4.3 O produto turístico	37
1.4.4 A infraestrutura e a superestrutura	39
1.4.5 Articulação territorial do sistema turístico.....	40
1.5 O ESPAÇO TURÍSTICO	43
1.5.1 Turismo em áreas litorâneas: do crescimento à reestruturação do espaço.....	47
1.6 O TURISMO DE MASSA.....	49
1.7 TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA	50
1.8 PLANEJAMENTO TURÍSTICO	58
CAPÍTULO II – A SAZONALIDADE	61
2.1 DEFINIÇÕES DE SAZONALIDADE	62
2.2 CAUSAS DA SAZONALIDADE.....	64
2.2.1 Sazonalidade Natural	66
2.2.2 Sazonalidade Institucional	67
2.2.2.1 Fatores sócio-culturais	68
2.2.2.2 Fatores sócio-econômicos	69
2.2.3 Sazonalidade Comportamental	71
2.3 SAZONALIDADE NO TURISMO EM ÁREAS LITORÂNEAS	73
2.4 IMPACTOS DA SAZONALIDADE	77
2.5 INTERRELAÇÃO ENTRE AS CAUSAS E AS ESTRATÉGIAS DE ATENUAÇÃO DA SAZONALIDADE	78
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA.....	82
3.1 O LITORAL DO PARANÁ	82
3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCADO TURÍSTICO DO LITORAL DO PARANÁ	93

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA – PR.....	96
3.3.1 Histórico de Guaratuba	96
3.3.2 Principais via de acesso	105
3.3.3 Situação Geográfica	106
3.3.3.1 Geologia	109
3.3.3.2 Hidrografia	110
3.3.4 Unidades de Conservação	112
3.3.4.1 Área de Proteção Ambiental – APA de Guaratuba	114
3.3.4.2 Parque Estadual do Boguaçu	117
3.3.4.3 Parque Nacional Saint Hilaire/Lange	118
3.3.4.4 Parque Municipal Lagoa do Parado	119
3.3.5 Análise da infraestrutura básica do município de Guaratuba	121
3.3.6 Análise sócio-econômica do município de Guaratuba	121
3.3.7 Turismo e Lazer	126
3.3.7.1 Praia de Caieiras, Encantadas ou dos Amores	126
3.3.7.2 Praia Prosdócimo	127
3.3.7.3 Praia Central	128
3.3.7.4 Praia do Brejatuba	129
3.3.7.5 Morro do Brejatuba/Morro do Cristo	130
3.3.7.6 Largo Nossa Senhora de Lourdes	132
3.3.7.7 Baía de Guaratuba	133
3.3.7.8 Salto Parati	134
3.3.7.9 Largo do Carioca	135
3.3.7.10 Cabaraquara	136
3.3.7.11 Rio Cubatão	137
3.3.7.12 Barra do Saí	138
3.3.7.13 Ilhas	139
3.3.7.14 Igreja Matriz	139
3.3.7.15 Praça dos Namorados e Casarão do Porto	140
3.3.7.16 Eventos	141
3.3.8 Análise dos equipamentos e serviços de apoio ao turismo.....	142
3.3.9 Análise da demanda turística (verão) de Guaratuba	144
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	146

4.1 METODOLOGIA	146
4.2 PESQUISA DE CAMPO	151
4.2.1 Entrevista focalizada	151
4.2.2 Observação Assistemática.....	163
4.2.2.1 Sazonalidade Natural em Guaratuba	163
4.2.2.2 Sazonalidade Institucional em Guaratuba.....	164
4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	165
4.4 COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE A PESQUISA.....	172
CONCLUSÃO	175
REFERÊNCIAS	181

INTRODUÇÃO

Estudar Guaratuba é, antagonicamente, um grande desafio e um prazer. O desafio está em construir uma pesquisa sobre turismo em uma cidade que sofre anualmente com os impactos decorrentes da sazonalidade e da falta de planejamento turístico, inserida numa das regiões de maior diversidade paisagística do Paraná e com um contexto histórico, econômico e cultural singular. Uma cidade que vivencia cotidianamente os anseios daqueles que a querem grande e bonita, e as dificuldades daqueles que a constroem e a administram, num conflito constante que se espacializa formando, ao longo do tempo, territórios e territorialidades difíceis de serem compreendidos. Por esta razão, torna-se um desafio estudar uma cidade que tem uma considerável escassez de dados, seja pela escassez de estudos e pesquisas, seja pela falta de estímulo por parte dos órgãos públicos em organizá-los adequadamente. E, um prazer pela possibilidade de analisar o turismo na cidade onde escolhi viver, trabalhar e escrever a minha história.

Estudar Guaratuba é, ainda, gratificante, pois significa a realização de um desejo antigo de compreender a dinâmica que a movimenta, com avanços e retrocessos, e de alguma maneira, fazer parte da sua realidade atual do local.

Esta pesquisa buscou abordar os conceitos relacionados ao turismo e à geografia do turismo e voltá-las para o estudo do turismo sazonal, para caracterizar e comprovar a existência da sazonalidade turística no município de Guaratuba, litoral do Estado do Paraná. Para Butler¹ (1994, p. 332 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009) turismo sazonal é:

Um desequilíbrio temporal no fenômeno turístico, que pode ser expresso em termos de dimensões tais como: número de visitantes, despesas de visitantes, tráfego nas auto-estradas e outras formas de transporte, emprego e ingressos em atrações. (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 4).

Portanto, pode-se considerar que a sazonalidade é a concentração dos fluxos turísticos em períodos curtos do ano, promovendo, por um lado, picos de atividades de prestação de serviços gerais e aos turistas, que muitas vezes, se constituem como um pesado fardo para os recursos físicos e sociais na área-destino e, por

¹ BUTLER, R. **Seasonality in tourism:** Issues and problems. Tourism: The State of Art. A. V. Seaton.

outro, épocas de pouca procura que geram ineficiência na atividade turística local e regional.

Localidades de veraneio, como é o caso de Guaratuba, precisam de planejamento turístico adequado, a fim de reverter a situação da sazonalidade, fazendo com que o turismo possa ser explorado satisfatoriamente o ano todo. Conforme Almeida (2000), os prejuízos do turismo sazonal em muitas localidades são muito maiores do que o retorno que dele provém em épocas de temporada. “Basta uma temporada ruim, com mau tempo, ou problemas na economia nacional, que o local demorará anos para se recompor.” (ALMEIDA, 2000, p. 73).

A idéia principal desse estudo foi a de realmente construir um estudo teórico sobre conceitos relacionados ao turismo e a sazonalidade, a caracterização aprofundada do objeto de pesquisa, ou seja, Guaratuba e as suas peculiaridades, e uma pesquisa de campo, onde pode-se caracterizar e comprovar a existência da sazonalidade em Guaratuba.

O desenvolvimento da atividade turística no município de Guaratuba, Litoral do Estado do Paraná, encontra-se de forma consolidada, atraindo um grande número de turistas, principalmente nos meses em que ocorrem as férias de verão. Mas e nos outros meses do ano, como se comportam as atividades turísticas e demais atividades econômicas do município? A sazonalidade do turismo em Guaratuba acarreta reflexos tanto na qualidade de prestação de serviços turísticos quanto na vida da comunidade em geral? A partir do problema acima enunciado e da necessidade em estudar o turismo sazonal no município de Guaratuba foram formuladas as seguintes hipóteses: será que ocorre sazonalidade pela falta de planejamento turístico ou por causa dos fatores climáticos e territoriais? Será que ocorre sazonalidade pela falta de empenho do empresariado em criar motivos (eventos, programações, novos atrativos) ou pela falta de infra-estrutura? Ou ainda, será que a sazonalidade provoca queda na renda da população acarretando problemas econômicos e sociais?

Quanto à natureza da pesquisa, este estudo apresenta-se como original, pois conforme especifica Ruaro:

A pesquisa é considerada original quando se trata de um estudo realizado pela primeira vez, ou seja, o enfoque, a delimitação do tema ainda não foi abordada sob o aspecto que está sendo apresentado. Assim, a pesquisa original deve contribuir com novas descobertas para a expansão do

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

Ou seja, a pesquisa feita em Guaratuba, em sua abordagem realizada sobre sazonalidade, aconteceu pela primeira vez. Em relação aos objetivos, esta pesquisa pode ser considerada exploratória e descritiva, pois segundo Gil:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos e hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. (GIL, 2008, p. 27).

O objetivo central deste estudo foi estabelecido com a intenção de analisar o turismo sazonal no município de Guaratuba – PR e seus reflexos na comunidade local, podendo-se assim, caracterizar e comprovar a existência da sazonalidade. São os objetivos específicos: pesquisar dados bibliográficos e documentais sobre o tema proposto; analisar geográfica, social, turística e economicamente o município em questão para a sua caracterização; identificar e diagnosticar os pontos fortes e fracos do município em relação a sua oferta e demanda turística sazonal e anual; analisar a demanda turística do município; levantar elementos territoriais importantes para o estudo do turismo e da geografia local; caracterizar e comprovar a existência da sazonalidade.

Para Dencker (1998), este tipo de pesquisa é indicado para as fases de revisão de literatura, formulação do problema, levantamento de hipóteses, identificação e operacionalização das variáveis.

Conforme Gil, esta pesquisa é descritiva, pois:

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados. (GIL, 2008, p. 28).

Dencker (1998) discorre que a pesquisa descritiva é indicada para orientar a forma de coleta de dados quando se pretende descrever determinados fenômenos.

A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental e observação direta intensiva, que conforme Marconi e Lakatos (2008, p. 75) “é realizada por meio de duas técnicas: observação e entrevista”.

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada por meio da documentação indireta, pois segundo Marconi e Lakatos “é a fase da pesquisa realizada com o intuito de recolher informações prévias e é feita de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias).” (2008, p. 48). Neste estudo foram utilizados documentos e publicações de órgãos como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento - IPARDES, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de Guaratuba, entre outros, caracterizando a pesquisa como documental e bibliográfica, pois conforme Marconi e Lakatos “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, pesquisas [...]”. (2008, p. 57).

Com base na bibliografia analisada foram feitas as devidas comparações com o que é visto em campo, ou seja, utilizando a pesquisa de campo, pois segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 69), “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ ou conhecimentos de um problema, para o qual se procura resposta [...]”. Ainda, as mesmas autoras mencionam que “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los.” Portanto, pode-se afirmar que esta pesquisa também se caracterizou como documentação direta, que “constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem.” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 69).

Dentro da parte empírica, a presente pesquisa se caracteriza como Observação Direta Intensiva, por meio das duas técnicas utilizadas: observação e entrevista. O tipo de observação utilizado nesta pesquisa foi a de observação assistemática, ou seja, conforme Marconi e Lakatos (2008) também chamada de não estruturada, espontânea, informal, simples, livre, ocasional, que consiste em recolher e registrar os fatos de uma realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. É mais empregada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle previamente elaborados. Já a entrevista utilizada, foi a de entrevista focalizada, que conforme Gil (2008, p.112) “é tão livre quando a entrevista informal, todavia, enfoca um tema bem específico. O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada.” O

Marconi e Lakatos (2008), é o tipo mais comum de amostra não probabilística, e nela o pesquisador está interessado na opinião de determinados elementos da população, mas não representativos dela.

No caso desta pesquisa, a amostra seria feita com 30 pessoas envolvidas direta ou indiretamente com turismo local. Das 30 pessoas contatadas, apenas 11 se dispuseram a responder a entrevista.

Nesta pesquisa a autora realizou observações sobre o comportamento dos turistas em alta e baixa temporada e também os impactos ambientais causados pelo turismo de massa na época de veraneio, feriados e finais de semana.

Quanto ao método de abordagem, esta pesquisa pode ser caracterizada como hipotética-dedutiva, pois de acordo com Gil:

Quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar a dificuldade expressa no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses. Das hipóteses formuladas, deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou falseadas. (GIL, 2008, p. 12).

Em relação ao método de procedimento, este estudo caracteriza-se como método monográfico ou de estudo de caso, pois “parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. Esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidades etc.” (GIL, 2008, p. 18).

Por fim, fez-se a interpretação e análise das respostas obtidas para que a sazonalidade do turismo pudesse ser caracterizada e comprovada no município de Guaratuba.

Pode-se considerar que os resultados deste trabalho sejam de grande relevância para o desenvolvimento de outros estudos sobre turismo de modo geral, para a geografia, pois este leva em consideração vários aspectos geográficos de ordem territorial, espacial, econômica, entre outros, para as pessoas interessadas neste assunto e principalmente para o município de Guaratuba, que anualmente sofre com os efeitos decorrentes da sazonalidade. Percebe-se dessa forma que lugares que convivem com a sazonalidade devem procurar desenvolver estratégias para enfrentá-la, para minimizarem as situações de altos e baixos fluxos.

Este estudo foi dividido em quatro capítulos, ou seja, no Capítulo I, é realizada a revisão da literatura referente ao turismo, território e espaço turístico.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

conceituando-se primeiramente o turismo, analisando-se a evolução do turismo no mundo e enfocando-se a importância da geografia do turismo para o estudo. Num segundo momento procurou-se analisar a relevância do sistema turístico e seus principais subsistemas e sua articulação territorial. Posteriormente, abordaram-se algumas teorias sobre espaço turístico, na visão de vários autores, bem como a estruturação do espaço em áreas litorâneas. A partir daí, foram tecidas argumentações sobre turismo de massa, turismo de segunda residência e planejamento turístico.

No segundo capítulo tem-se uma abordagem sobre sazonalidade, definições atinentes, causas e efeitos, a sazonalidade em áreas litorâneas e os seus impactos.

No Capítulo III procurou-se caracterizar o objeto de estudo, ou seja, o município de Guaratuba, partindo de algumas argumentações sobre o Litoral Paranaense, a caracterização do município em vários aspectos, com várias análises referentes aos dados coletados.

Num último instante apresenta-se o Capítulo IV, onde é abordada a metodologia de trabalho e a pesquisa de campo, realizada por meio de entrevista focalizada e observação assistemática, para posterior análise dos dados e considerações finais.

CAPÍTULO I – TURISMO, TERRITÓRIO E ESPAÇO TURÍSTICO

A conceituação de turismo e a exposição dos conteúdos que se seguirão, foram elaborados com a intenção de demonstrar o caráter diverso e complexo do fenômeno turístico e de sua vertente geográfica. O turismo, que se fundamenta na valorização social de determinados componentes geofísicos e culturais, aparecendo como um tipo de atividade recreativa, ou não, que se desenvolve numa escala geográfica, fundamentalmente local, regional, nacional ou internacional. A diferença de outras atividades recreativas de caráter doméstico, é que a atividade turística se caracteriza pela saída do local de residência habitual com duração de um dia ou mais.

1.1 CONCEITOS SOBRE TURISMO

Os seres humanos sempre se deslocaram no espaço por uma série de motivos, como a busca de alimentos ou de abrigo, o domínio dos territórios, a conquista de riquezas, além dos fatores religiosos, culturais, sociais, entre outros. Entretanto, “o deslocamento de pessoas conhecido como fenômeno do Turismo, que se constitui em prática social com características econômicas, começou a se desenvolver somente a partir do século XIX, mais precisamente após 1860.” (BONFIM, 2007, p. 39).

A grande mobilidade tomou conta da maioria dos habitantes das nações industriais. Aproveita-se de todas as oportunidades para viajar. Oportunidades de fugir do cotidiano, com a maior frequência possível. Curtas saídas no decorrer da semana ou do final de semana, longas viagens nas férias. Para muitas pessoas não há desejo maior que o de viajar, mudar de endereço, e é por isso que é tão importante e complexo o estudo da atividade turística.

Ao longo das décadas, o turismo tem experimentado um crescimento contínuo e de aprofundamento da sua diversificação para se tornar um dos setores econômicos que mais crescem em todo o mundo. O turismo moderno está intimamente ligado ao desenvolvimento e abrange um número crescente de novos destinos. Essa dinâmica tem transformado o turismo em uma espécie de “motor essencial” para o progresso sócio-econômico de várias localidades.

Para a Organização Mundial do Turismo – OMT (1995) considera-se turista a pessoa que se desloca para um lugar diferente do de sua moradia, por um período inferior a 12 meses, cujo objetivo principal não é realizar atividade remunerada no local visitado. Quando realizam turismo, as pessoas realizam atividades no decorrer de suas viagens e estadas em diferentes lugares de suas moradias habituais, por um período de tempo inferior a um ano, com finalidade de lazer, de negócios ou por outros motivos não associados a atividades remuneradas no local visitado.

Esse conceito reflete uma realidade mundial ainda não globalizada. Acompanhando as mudanças globais em curso, a OMT (2001, p. 38) propõe nova definição nos seguintes termos: “o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros”.

Por ser um assunto complexo e em ampla expansão, há tantas definições, quanto autores, escrevendo sobre ele. Para Barretto:

O turismo é essencialmente o movimento de pessoas e atendimento às suas necessidades, assim como às necessidades das outras pessoas que não viajam. O turismo é o fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação. (BARRETTO, 1991, p. 47- 48).

Vale salientar também outra conceituação a partir de Silveira (2002) que define o Turismo como:

[...] atividade que consiste no deslocamento de pessoas, provisório e limitado no tempo e no espaço, de tal modo que não implica na transferência do local habitual de residência, que possui motivações diversas (que podem ir do simples lazer, passando pela curiosidade, educação, saúde, cultural, aventura, indo até aspectos de ordem profissional e religiosa), e que tem, por um lado, como subjacente ao aproveitamento desse tempo de deslocamento, um desejo de evasão por parte do ser humano do seu território cotidiano e, por outro lado, a busca por novos espaços e culturas de forma mais ou menos vinculada, e que não deixará de produzir efeitos de ordem econômica, social, cultural e ambiental. Portanto, entende-se o Turismo como uma atividade que também produz e consome espaços, sendo responsável por novas territorialidades [...] (SILVEIRA, 2002, p. 21).

Pode-se então considerar que o turismo é uma atividade multidisciplinar que, em sua amplitude, não está formada só pelas pessoas que viajam e pelos bens e serviços oferecidos e utilizados, mas que entre uns e outros surge uma série de

relações e situações de carácter económico, sociológico, geográfico e até mesmo político.

Bahl (2004, p. 45), acrescenta que,

Em sua essência, o turismo pode ser um promotor das localidades onde ocorre, obrigando a necessidade do resgate da cultura local, o estímulo à auto-estima e valorização dos hábitos e costumes autóctones. A manutenção da autenticidade das localidades é um dos recursos mais promissores do turismo. (BAHL, 2004, p. 45)

Alguns estudiosos tratam o turismo como uma indústria: Fullana e Ayuso², citados por Dias (2003, p. 10),

Uma característica importante da indústria turística é que, diferentemente da indústria produtiva ou outras indústrias de serviços, não administra a maioria dos produtos e experiências que vende. No lugar dela, os gestores turísticos transportam os indivíduos para que conheçam os traços naturais, atrações culturais e os estilos de vida de um destino turístico. (DIAS, 2003, p.10)

Por sua vez, Beni (1998, p. 36) identifica no campo académico, nas empresas e nos órgãos governamentais três tendências para a definição de Turismo: “a económica, a técnica e a holística.” A definição escrita por Robert McIntosh³ (1977, *apud* BENI 1998), afirma que:

O turismo envolve mais do que os componentes empresariais, apresentando uma faceta qualitativa, pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos. (BENI, 1998, p.36)

Quanto aos conceitos técnicos relacionados ao turismo, estes praticamente ligados à definição de turista que, segundo Beni (1998, p. 37), apoiado na ideia das Nações Unidas (1963), afirma que, “são visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer, negócios, família, missões e conferências.”

E por fim a definição holística procura abranger a essência total do assunto. Jafar Jafari (*apud* BENI, 1998, p. 38), argumenta que: “é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos

² FULLANA, P. e AYUSO, S. **Turismo Sostenible**. Barcelona: Rubes, 2002

impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora.”

Mas como o turismo é uma atividade realmente ampla, vale citar outras características pertinentes ao seu estudo. Pode-se dizer que turismo é um eficiente meio para:

1. promover a difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais;
2. abrir novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região;
3. integrar socialmente, incrementar (em determinados casos) a consciência nacional;
4. desenvolver a criatividade em vários campos;
5. promover o sentimento de liberdade mediante a abertura ao mundo, estabelecendo ou estendendo os contatos culturais, estimulando o interesse pelas viagens turísticas. (BENI, 1998, p. 41).

Mas como atividade econômica, o turismo também pode provocar danos e prejuízos ao meio visitado. Para Beni, os prejuízos seriam os seguintes:

1. degradação e destruição dos recursos naturais;
2. perda da autenticidade da cultura local;
3. descrição estereotipada e falsa do turista e do país ou região de que procede, por falta de informação adequada;
4. ausência de perspectivas para aqueles grupos da população local das áreas de destinação turística, que não obtêm benefícios diretos das visitas dos turistas ou do próprio Sistema de Turismo da localidade;
5. aparecimento de fenômenos de disfunção social na família, patologia no processo de socialização, desintegração da comunidade;
6. dependência do capital estrangeiro ou de estereótipos existentes em face d turismo. (BENI, 1998, p. 41).

Conforme OMT (2010), atualmente o volume de negócios do turismo é igual ou até supera o das exportações de petróleo, produtos alimentares ou de automóveis. O turismo tornou-se um dos principais atores do comércio internacional e representa, ao mesmo tempo, uma das principais fontes de rendimentos para muitos países em desenvolvimento. Esse crescimento vai ao encontro de uma maior diversificação e concorrência entre os destinos.

Essa propagação global do turismo em países industrializados e desenvolvidos tem produzido benefícios econômicos em diversos setores relacionados à construção civil, à agricultura e às telecomunicações.

Por tudo isso que foi descrito anteriormente, a conceituação de turismo não pode ficar limitada a uma simples definição, pois este é um fenômeno que ocorre em

distintos campos de estudo, é explicado conforme diferentes correntes de pensamento, e verificado em vários contextos da realidade social.

Diante dos conceitos citados como base para obter um maior entendimento sobre o real significado do turismo, percebe-se que realmente a atividade turística é ampla e deveras um fenômeno complexo. Assim, a partir dos vários enfoques apresentados, considera-se pertinente mencionar que, para a presente dissertação adotou-se como base o conceito de Barretto (1991, p. 47-48), que afirma ser o “turismo um fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação.” Esse conceito vai ao encontro das discussões que se seguirão no decorrer do trabalho.

1.2A EVOLUÇÃO DO TURISMO NO MUNDO

O turismo começou a ser organizado em meados do século XIX, porém, apenas a partir da década de 1950 é que se transformou em uma atividade de massa bastante significativa, em termos sócio-econômicos e culturais. (KRIPPENDORF, 1989)

Trigo (1993) argumenta que os grandes movimentos turísticos no século XIX surgiram na medida em que o capitalismo se desenvolveu até atingir o nível industrial, especialmente em países da Europa Ocidental e na América do Norte. Várias conseqüências dessa segunda fase do capitalismo (primeira fase: capitalismo comercial ou mercantil) marcaram o século XIX e ajudaram a fortalecer o turismo. Segundo Trigo (1993, p. 15), as principais foram “as pesquisas tecnológicas, que possibilitaram a construção de motores a vapor para equipar os navios, locomotivas e máquinas de produção industrial, e os novos recursos de engenharia e arquitetura que revolucionaram a construção civil”.

O turismo nasceu e desenvolveu-se com o capitalismo. Por ser uma atividade do setor terciário (prestação de serviços) e por não ser considerado artigo de primeira necessidade, sofreu, e ainda sofre, com todas as crises da história. Mas foi a partir de 1960 que o turismo surgiu como possibilidade de prazer para milhões de pessoas e como fonte de lucros e investimentos, com *status* garantido no mundo das finanças internacionais.

Para Trigo:

O turismo contemporâneo influencia e é influenciado por um contexto mais amplo que abrange a economia, a sociedade, a política e a cultura. No que se refere às relações com a cultura, há que se ter em mente que as profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas na educação, nas artes e na própria cultura geral, exigem uma percepção bem delineada do que é esta cultura pós-moderna que permeia as sociedades pós-industriais. (TRIGO, 1993, p. 36).

A cultura contemporânea reserva um espaço privilegiado para o prazer e o lazer. Portanto, o entendimento da problemática cultural é importante para que se percebam as implicações com esses campos, especialmente o turismo, objetivo especial deste estudo.

E neste contexto evolutivo do turismo, percebe-se que o seu estudo faz parte do estudo das práticas sociais realizadas pelos seres humanos no processo de organização do espaço, processo que também é de competência da geografia. Conforme Corrêa (2000), no decorrer do longo processo de organização do espaço, o ser humano, criou, manteve, desfez e refez diferentes formas de interações espaciais, de modo a alterar o espaço, parcial ou totalmente. É a consciência que o ser humano tem da diferença espacial que origina a prática social.

Corrêa discorre que:

[...] as práticas sociais resultam, de um lado, da consciência que o homem tem da diferença espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente [...] diferenciadas. Resultam de outro lado, dos diversos projetos, também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo. (CORRÊA, 2000, p. 35).

Segundo Krippendorf (2000), as nações industriais são as principais responsáveis pelo desenvolvimento da atividade turística como atividade econômica, pois seus habitantes possuem a necessidade de trocar os locais de residência e de produção por outros que lhes proporcionem liberdade, lazer, felicidade, descanso e segurança. O turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo, estabeleceu-se como fonte de lucros e investimentos, com expressivo desempenho no mundo financeiro internacional, gerando empregos e desenhando significativo papel na receita cambial de diferentes regiões do mundo.

1.3A GEOGRAFIA DO TURISMO

Pode-se mencionar que o turismo é, em essência, uma prática social. Uma prática social, agregada ao mercado, que tem no espaço seu principal objeto de consumo e, em decorrência dessa característica intrínseca, requer a adaptação dos territórios a suas demandas materiais e imateriais. Conforme Crocia:

O turismo se expande, usualmente, por áreas onde existiam assentamentos humanos. Isto quer dizer que quando a difusão da função turística começa a acontecer em uma região inicia-se uma interação entre os componentes da função nova (o turismo) e os componentes da região receptora. (CROCIA, 2002, p. 9).

Pode-se afirmar, inclusive, que as qualidades prévias apresentadas por uma região acabam mesmo por influenciar, e não raro de forma decisiva, as próprias decisões dos agentes privados e públicos de investir no turismo nesta área. Pearce⁴ (1988, *apud* CROCIA, 2002, p. 13) observou que, em geral, o turismo se desenvolve dentro de uma prévia estrutura econômica e assim sendo, “certas formas de hierarquia urbana e de redes de transporte já existem”. Ainda, Pearce⁵ (2003 *apud* CROCIA, 2002, p. 13) retornou ao assunto e enfatizou a importância de se empregar, quando da análise do turismo na perspectiva geográfica, uma abordagem mais regional e integrada de modo a tornar evidentes as relações entre os núdulos das redes de localidades urbanas.

O trabalho de Mitchell e Murphy⁶ (1991 *apud* BONFIM, 2007, p. 44) define como objeto de estudo da Geografia do Turismo as inter-relações que se criam entre os turistas, a população local e as atividades realizadas, tendo-se como referência o espaço. Nesse contexto, os estudos pertinentes à Geografia do Turismo abordariam aspectos ambientais, regionais e evolutivos do espaço. De acordo com Boniface e Cooper⁷ (1994 *apud* BONFIM, 2007, p. 44), o objeto de estudo da Geografia do Turismo é a expressão espacial do Turismo como atividade humana, centrada tanto na área de origem quanto na de destino assim como na relação entre ambas.

⁴ PEARCE, D. **Desarrollo Turístico**: su planificación y ubicación geográfica. México: Trillas, 1988.

⁵ _____. **Geografia do Turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

⁶ MITCHEL, L.; MURPHY, P. Geography and tourism. **Annals of Tourism Research**, n. 18, p. 57–70, 1991.

⁷ BONIFACE, B. G.; COOPER, C. **The geography of travel & tourism**. Oxford: Butterworth-

Pearce⁸ (1988 *apud* VERA, 1997, p. 31) indica seis áreas que constituem a Geografia do Turismo: a) os padrões de distribuição espacial da oferta; b) os padrões de distribuição espacial da demanda; c) a geografia dos centros de férias; d) os movimentos e os fluxos turísticos; e) o impacto do Turismo; f) os modelos de desenvolvimento do espaço turístico.

Ou seja, pode-se estipular que o estudo do desenvolvimento turístico abrange todas essas áreas, priorizando as questões referentes à oferta, à localização e ao impacto. Ivars (2002, p. 19) menciona a existência de duas linhas de trabalho que contemplam o objeto de estudo da Geografia do Turismo, “a perspectiva de análise espacial em sua dimensão aplicada, muito evoluída a respeito das formulações tradicionais, e os enfoques mais reflexivos e críticos, que ampliam e atualizam o débil corpo teórico da Geografia do Turismo.”

Embora as linhas sejam diferenciadas, elas não são contraditórias e são, sem dúvida, de interesse para o planejamento turístico. No Brasil, de acordo com Rejowski (1996), o estudo do Turismo vem evoluindo com esforços em pesquisa e ensino de forma semelhante ao processo de cientificidade já ocorrido em outras áreas das ciências humanas e sociais, delineando-se parâmetros com seus componentes e dimensões característicos para o Turismo. Bonfim (2007, p. 45) menciona que, por meio de pesquisas realizadas, “constatou-se grande dificuldade de adequação do Turismo e de seus conteúdos às necessidades do curso de Geografia, bem como a ausência de um referencial teórico-metodológico que indique o melhor caminho para essa adequação.” Isso ocorre porque os paradigmas da Geografia do Turismo foram se modificando com o tempo, e a evolução do campo de análise está tomando um rumo que mostra a existência de diferentes enfoques.

Vera (1997) ressalta que:

[...] em um mesmo período encontramos formas distintas de fazer geografia do Turismo em diferentes países, por exemplo, no Reino Unido, França, Alemanha e EUA, nos referimos a âmbitos ‘culturais’, por sua vez diferenciados, com predomínio de uns temas sobre outros e com o uso de enfoques e metodologias contrastantes. Assim, de forma muito simplificada, podemos dizer que na Alemanha se dá prioridade aos aspectos morfológicos (a paisagem) e sociais; na França, ao Turismo internacional e a modelos para pequena e grande escala, e nos Estados

⁸ PEARCE, D. **Desarrollo turístico**. Su planificación y ubicación geográfica. México: Trillas, 1988. p. 14.

Unidos e no Reino Unido, embora com diferenças, à recreação nas áreas rurais e naturais. (VERA, 1997, p. 29).

Segundo Vera (1997), entre as produções científicas encontram-se as que se apoiam em um sistema turístico para fundamentar metodologicamente a Geografia do Turismo. As vertentes operacionais da Geografia do Turismo são o planejamento e a gestão do território turístico.

Após a indicação desses referenciais, considera-se necessário ressaltar que as diferentes linhas metodológicas não devem ser consideradas de acordo com a filosofia cartesiana, pois, certamente, a contribuição de cada uma delas pode revelar uma realidade mais rica e complexa. Bonfim (2007, p. 52) parte das premissas de que:

- a) a Geografia, enquanto ciência, pesquisa, analisa, interpreta e sintetiza o modo como os seres humanos, ao longo de sua existência, vêm ocupando, utilizando e transformando a natureza e também organizando o espaço de acordo com suas necessidades e seus desejos;
- b) o Turismo implica o consumo, a produção e transformação dos objetos naturais em sociais.

Conclui-se que a realidade do espaço turístico só pode ser entendida pelo conhecimento e compreensão de determinados conceitos geográficos. Conseqüentemente, o futuro profissional em Turismo deve dominar esses conceitos.

De acordo com Coriolano e Silva (2005, p. 23), “um dos conceitos que devem ser discutidos, assimilados e aplicados ao espaço turístico é o conceito de espaço geográfico: a natureza modificada pelo homem por meio do trabalho”.

Cabe concluir, afirmando que atualmente existe uma diversidade e um pluralismo na análise das atividades relacionadas ao lazer e ao turismo, que se acentuaram a partir dos anos 1970, quando o ecletismo nas ciências sociais aparece com mais relevância. A Geografia do Turismo surge como uma forma de estudar os territórios, os lugares, os espaços, dentre outros aspectos, onde acontece o fenômeno turístico e uma nova dinâmica social e sem dúvida os novos comportamentos turísticos.

1.4O SISTEMA TURÍSTICO

As ciências sociais têm utilizado a teoria dos sistemas para reconhecer processos complexos, em que as sociedades, os territórios e as economias se articulam e que somadas configuram uma totalidade funcional. Conforme Beni:

Pode-se definir sistema como um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, idéias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento como um todo. (BENI, 1998, p. 25).

É dizer, examinar e refletir sobre a realidade através de uma perspectiva metodológica, que a compreende como uma engrenagem que funciona por uma soma de suas peças. Segundo Thornes e Brunsden⁹ (1977 *apud* BENI, 1998, p. 25) o sistema é visto como “conjunto de objetos ou atributos e das suas relações, que se encontram organizados para executar uma função particular”. Nessa perspectiva, o sistema é um operador que, em determinado intervalo de tempo, recebe o *input* e o transforma em *output*. Lembrando que *input* é entrada e *output* significa resultado. Ou seja, o sistema é uma complexa cadeia funcional que pode ser atrofiada ou fraturada se alguma de suas peças não se comportarem sistematicamente, o que pode acontecer por falta de *input*, por suas próprias patologias ou por falta de comportamento funcional com o conjunto. Vera (1997) argumenta que:

A aproximação sistêmica aplicada ao turismo é necessária por causa da diversidade dos componentes que configuram, produzem e determinam a dinâmica turística em seu conjunto e demanda um esforço de racionalização científica e de aproximação metodológica, sempre consciente em simplificar a realidade das coisas. (VERA, 1997, p. 38).

Dentro dos processos turísticos Vera (1997, p. 39) cita ao menos três vértices de uma possível articulação sistêmica: o turista como objeto final de todo o sistema, os agentes que desenham e organizam os produtos turísticos que competem nos mercados e os espaços turísticos e a mobilidade na viagem como articulação entre a emissão e a recepção.

Para Beni (1998), o Sistema Turístico é também chamado de Sistur e como argumenta o autor, o objetivo geral do Sistur é:

Organizar o plano de estudos da atividade de turismo, levando em consideração a necessidade, há muito tempo demonstrada nas obras teóricas e pesquisas publicadas em diversos países, de fundamentar as hipóteses de trabalho, justificar posturas e princípios científicos, aperfeiçoar e padronizar conceitos e definições, e consolidar condutas de investigação para instrumentar análises e ampliar a pesquisa, com conseqüente descoberta e desenvolvimento de novas áreas de conhecimento em turismo. (BENI, 1998, p. 44).

Dessa forma, percebe-se que o Sistur é um sistema aberto, pois realiza trocas com o meio que o circunda e, por conseqüência, é interdependente, não se caracterizando por estruturas e funções estáticas. Justamente por ser aberto, mantém um processo contínuo de relações dialéticas de conflito e colaboração com o meio circundante. Ainda afirma Beni,

Em teoria, portanto, o sistema teria que explorar seus atrativos turísticos de maneira que a uma degradação – pelo uso – correspondesse uma força oposta, impulsionada pelo homem, de caráter conservador ou regenerador para, dessa forma, garantir a duração do sistema a longo prazo, como, por exemplo, uma cidade com vocação turística costeira. (BENI, 1998, p. 51).

Para Vera (1997) o sistema turístico possui quatro elementos, mas antes de destacar quais seriam esses elementos, considera-se oportuno identificar alguns aspectos singulares e constitutivos da dinâmica turística.

Em qualquer caso, devemos repetir o que já é suficientemente conhecido: em primeiro lugar, o consumo e a produção turística se dão simultaneamente, como indústria de serviços que é, e em segundo, a demanda deve apreciá-la, e não o inverso como é circunstancial à indústria manufatureira, lá onde há o recurso de atração turística (natural, cultural, monumental, desportiva...), convertida pelos operadores de viagens e turismo em produto turístico. (VERA, 1997, p. 40).

A esse respeito, tem-se utilizado frequentemente a analogia de considerar o recurso turístico, como a matéria-prima do processo, enquanto o produto turístico seria o bem já elaborado e pronto para o consumo. Então quais seriam os elementos que fazem parte do sistema turístico? Segundo Vera, esses elementos são:

a) Os turistas como consumidores que decidem, e já estão condicionados em sua decisão por seu perfil sócio-demográfico, pelos meios de comunicação e pelos operadores turísticos...; b) Os mecanismos públicos e privados que promovem e comercializam os recursos turísticos convertendo-os em produtos, incentivando, criando e fazendo o possível para satisfazer as motivações dos turistas...; c) Os sistemas de transportes, conectividade e de mobilidade turística que organizam as viagens entre os espaços emissores e receptores... d) O destino turístico ou território que deve ser um cenário mais ou menos reconhecido com grande competência para atrair fluxos de turistas [...] (VERA, 1997, p. 40).

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

A pergunta é se realmente o espaço turístico funciona como um verdadeiro sistema, cujas engrenagens, componentes e partes se comportam como um sistema funcionalmente para satisfazer o turista, obter vantagens competitivas dinâmicas e melhorias constantes na rentabilidade social, ambiental e econômica dos destinos turísticos. Portanto, este sistema dedutivo deve aplicar-se de forma empírica à realidade onde estão inseridas as relações de produção e territorialização turísticas.

O sistema turístico como ferramenta metodológica tem uma espacialidade que pode permitir reconhecer mais nitidamente os distintos sistemas turísticos que existem no mundo atual e compreender sua problemática funcional, de um modo complementar a outras aproximações puramente econômicas, ambientais ou sociológicas.

Boullón (1997) propõe uma versão explicativa do sistema turístico, o qual significa considerar que o turismo não é formado por muitos sistemas e sim por várias facetas de um sistema e que o estudo de cada uma dessas facetas é o que deu origem a distintos modelos analíticos, um dos quais, se denomina “oferta-demanda”. Os outros modelos citados por Boullón (1997) são o antropológico social e o que se conhece como turismo industrial.

O modelo oferta-demanda centra seu interesse no funcionamento do chamado turismo comercial. O antropológico social se ocupa das manifestações de lazer e do tempo livre nas distintas sociedades e analisa suas repercussões nas condutas individuais e coletivas e o modelo industrial se interessa pela produção massiva, a comercialização e o lucro. (BOULLÓN, 1997, p. 31).

Boullón (1997) apresenta uma figura que representa as partes integrantes do sistema turístico segundo o modelo oferta-demanda, como se demonstra a seguir:

,

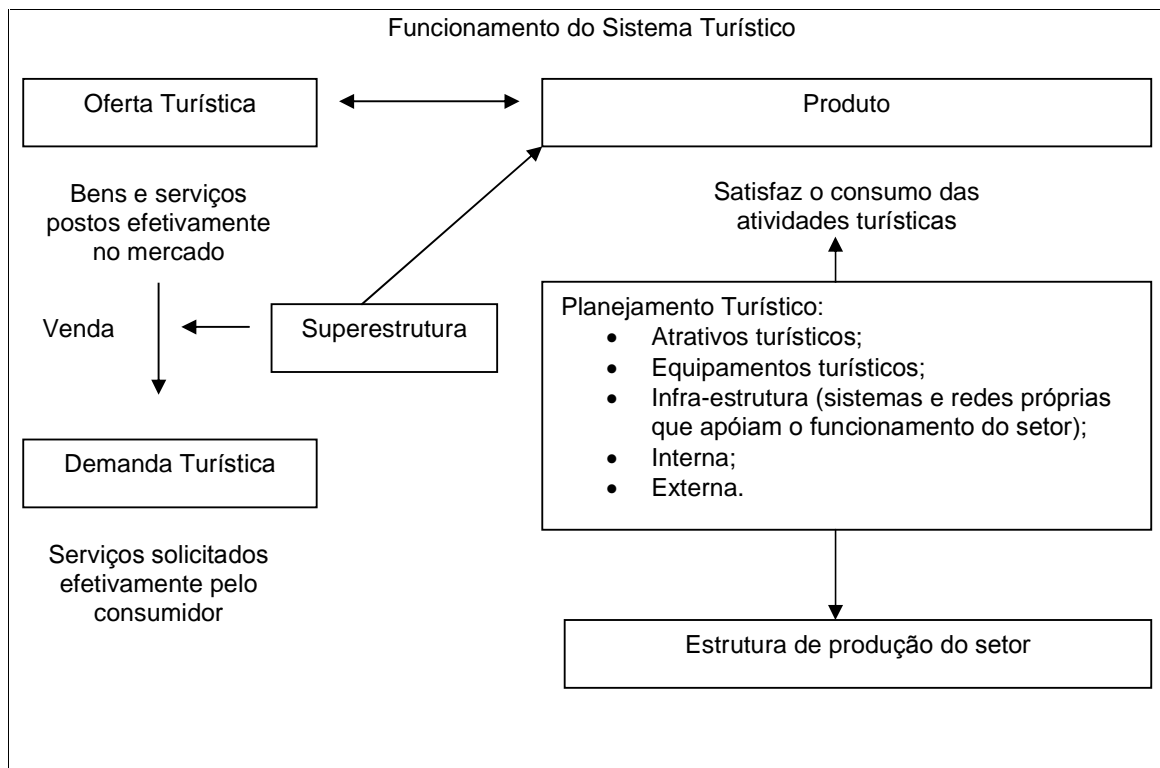


FIGURA 1 – FUNCIONAMENTO DO SISTEMA TURÍSTICO

FONTE: Adaptado de BOULLÓN (1997, p. 32).

A figura pode ser explicada da seguinte maneira: na esquerda se registra o ponto de partida do funcionamento do sistema, originado no encontro da oferta com a demanda turística através de um processo de venda do chamado produto turístico que junto, com a infra-estrutura, formam a estrutura de produção do setor, tal como indica a parte direita da figura mencionada. No centro está representada a superestrutura, cuja função é controlar a eficiência do sistema, coordenando o funcionamento e a inter-relação entre as partes.

Segundo Boullón (1997), os componentes do sistema turístico são: a demanda turística, a oferta turística, o processo de venda, o produto turístico, o local e os atrativos turísticos, a infra-estrutura, a superestrutura e o patrimônio turístico. Ao contrário de outros autores citados, Boullón (1997) procura facilitar o entendimento do sistema turístico de uma forma mais didática e compreensível. Na sequência são explicados os componentes do sistema turístico segundo Boullón (1997), com argumentações suas e de outros autores.

1.4.1 A demanda turística

As pessoas que saem de suas casas habituais, temporariamente, com o propósito de recreação, por outros motivos ou necessidades, demandam a prestação de alguns serviços. Dessa forma a demanda é composta por indivíduos que procuram por bens e serviços em lugares fora do seu local de residência. Para Beni:

A satisfação que o turista procura através do consumo de bens e serviços turísticos passa pela aquisição de experiências muito diversificadas, encontradas no consumo de diferentes componentes do produto – a “função da utilidade”, segundo a linguagem econômica convencional. (BENI 1998, p. 201).

Sendo a viagem um movimento entre dois pontos, verifica-se que a demanda turística é a demanda por esse movimento e depende tanto das características relativas a esses dois pontos, quanto do custo desse movimento.

Pode-se estipular que uma demanda de mercado por um produto, no caso o turístico, seja o “volume total que seria comprado por um grupo definido de consumidores, em determinada área geográfica, em um período de tempo definido, em um ambiente de mercado definido, sob um determinado programa de marketing.” (KOTLER, 1994, p. 220). Observa-se que a demanda total de mercado não é apenas um número fixo, mas uma função de condições declaradas.

Portanto, a demanda por turismo não é composta de simples elementos ou serviços específicos isoladamente. São demandados bens e serviços que se complementam entre si. O homem, sujeito ativo do turismo, baseia suas preferências em razão da existência de múltiplos elementos ou condições, que constituem os fatores espaciais da decisão turística, que segundo Beni (1998, p. 213) “são a natureza dos recursos, o meio ambiente, a comunicação, o clima, a ação do homem, a dimensão relativa e a personalidade.” Mota (2001, p. 78) acrescenta que “ainda existem os fatores temporais, que são fundamentais para que haja demanda e o fenômeno do turismo possa ser concretizado.” Dentre eles está o tempo livre, para que o indivíduo possa destiná-lo a atividades de turismo.

Segundo Bote Gómez (1990), o estudo da demanda turística baseia-se em três grupos de perguntas:

a) as relativas às características sócio-econômicas (sexo, estado civil, profissão, nível de escolaridade, renda, residência etc.); b) as características quantitativas e qualitativas específicas da viagem (motivação, estadia, tipo e características de alojamento utilizado, gasto, forma de realizar a viagem, transporte, atrativos, entre outras); e c) as opiniões dos visitantes sobre determinados aspectos da atividade turística (nível de satisfação e fidelidade, opinião sobre os preços e qualidade dos serviços prestados etc.) (BOTE GÓMEZ, 1990, p. 116).

Percebe-se a partir do exposto a importância dos estudos sobre sazonalidade e características de demanda para o planejamento estratégico do turismo de uma localidade, uma vez que, para atender às necessidades do consumidor, é preciso, primeiro conhecê-lo profundamente. É importante que essas informações, de domínio público, estejam realmente acessíveis para consulta da população e, principalmente dos empresários que, fazendo uso adequado, poderão contribuir para o significativo incremento da demanda turística local, regional e nacional.

Para Wahab (1991), a demanda turística pode ser classificada em potencial e real. A demanda potencial pode ser entendida como uma parte da população que disponha pelo menos de tempo de lazer, renda disponível e vontade de viajar, além de outros fatores racionais e irracionais. Já a demanda real é representada pelos indivíduos que realmente viajaram para certo local. Mota (2001) argumenta que a diferença quantitativa entre a demanda potencial e real é um campo de disputas para as atividades de marketing.

Vale salientar que a principal característica da demanda turística é a heterogeneidade (BENI, 1998, p. 202), “pois sua estratificação estrutural não segue um modelo sistemático, baseado, por exemplo, em variáveis de ordem sócio-econômica, geográfica, de comportamento, ou outra.” Faz-se necessária uma análise aprofundada das motivações, a fim de conhecer melhor o fenômeno do turismo e ofertar produtos e serviços compatíveis com as expectativas da demanda.

Conclui-se dessa forma que o estudo dos diversos fatores que influenciam a demanda turística e seu consumo é de grande relevância, pois a decisão de compra de uma pessoa é o resultado de uma complexa interação de fatores culturais, sociais, pessoais, psicológicos dos quais alguns deles não serão influenciados por ações mercadológicas. Segundo Boullón (1997), sem esses estudos é muito difícil saber o que se deve fazer ou construir para aumentar a demanda por produtos e serviços em localidades turísticas.

1.4.2 A oferta turística

Numa análise econômica, pode-se dizer que oferta é a quantidade de produtos ou serviços que entra no mercado consumidor a um preço dado e por um período de tempo determinado. No turismo, a oferta, conforme Mota (2001, p. 69) “constitui a matéria-prima da atividade mediante um conjunto de recursos naturais e culturais, aos quais se agregam serviços turísticos, como transporte, hospedagem, alimentação e outros, formando, juntos, o produto turístico.” Segundo Pierre Defert¹⁰ (1996 *apud* BENI, 1998, p. 155-156):

Os recursos turísticos primários ou a oferta original é constituída pelos elementos hídricos, sob todas as formas (hidromo); pelas superfícies naturais recobertas de vegetação pela ação voluntária do homem e pela flora (ritomo); pelos valores criados pela atividade do homem com a história, a religião, a cultura, o folclore e outros (litomo); e pelas atividades antigas e modernas do homem (antropomo). (BENI, 1998, p. 155-156).

Essa noção de que os recursos naturais e culturais são matérias-primas para o turismo é de relevância para que se tome consciência de seu conteúdo sobre o produto turístico nacional e da importância de sua manutenção e conservação pela correta utilização desses recursos no decorrer do tempo de forma que fomente um turismo auto-sustentado. Mota (2001) salienta que esses elementos são fatores que diferenciam o produto turístico, configurando-se em um fenômeno único, uma vez que se torna impossível reproduzir com fidelidade ambientes naturais e culturais diferentes de seu local de origem.

Um segundo grupo de oferta é constituído pela oferta turística derivada, que segundo Mota (2001, p. 70), “reagrupa o conjunto das prestações de serviços das empresas de turismo. Esse tipo de oferta não pode satisfazer à demanda a não ser que haja uma combinação de diversos fatores dos dois tipos de oferta - derivada e original.”

Para levantar o potencial turístico de uma região, Bote Gómez (1990, p. 124) coloca a necessidade de se realizar um inventário da oferta turística, por meio de uma classificação de seus recursos turísticos identificados mediante uma metodologia. Portanto, de uma forma simplificada, Wahab (1991, p. 131) afirma que

¹⁰ DEFERT, P. **Structure économique et localisation dans les régions touristiques**. Paris, Institut

a “oferta turística pode ser natural ou artificial e, de modo geral, engloba tudo o que o local de destino tem a oferecer.”

Assim sendo, Bahl (1994, p. 35) considera que “a oferta turística é o conjunto de bens e serviços oriundos da estrutura de atrativos, utilidade pública, geral e turística de uma localidade que combinados de diferentes maneiras permitem conformar produtos turísticos.”

Em resumo, a oferta turística é constituída por um conjunto de atrativos de responsabilidade pública ou privada, que se referem a uma ação conjunta, capaz de formar e manter um produto global, construindo uma oferta organizada e integrada ao contexto sócio-econômico do local.

1.4.3 O produto turístico

O produto turístico é composto de um “conjunto de bens e serviços, unidos por relações de interação e interdependência que o tornam extremamente complexo” (RUSCHMANN, 1995, p. 11). Suas singularidades o distinguem dos bens industrializados e do comércio, como também dos demais tipos de serviços. “Uma das características mais marcantes é que se trata de um produto intangível, cujo resíduo, após o uso, é um experiência vivencial” (MOTA, 2001, p. 127). Por se tratar de um bem de consumo abstrato, não pode, ao contrário dos bens tangíveis, ser avaliado de acordo com o seu tamanho, peso, formato ou cor. É representado aos consumidores potenciais por meio de descrições e imagens que induzem o cliente à compra de produtos capazes de satisfazer suas necessidades.

Conforme Castelli (1996, p. 60), o produto turístico compõe-se de bens e serviços e acrescenta que “os bens turísticos são todos aqueles que proporcionam ao homem a satisfação de exigências fisiológicas (repouso, lazer), espirituais (peregrinações), culturais (estudos e pesquisas) e morais (mudanças de comportamento).” Mota (2001, p. 128) argumenta que:

Quase todos os bens turísticos, ao contrário da grande maioria dos bens (artigos), não podem ser transformados, transferidos ou vendidos. Esses bens podem ser materiais (mares, praias, parques naturais etc.), imateriais (arte, folclore, prestígio, imagem), livres (ar, clima) e apropriáveis (coleção de arte, campos de esportes etc.) (MOTA, 2001, p. 128).

Segundo Tabares (1991), em uma concepção ampla, produto constitui tudo o que contribui para a satisfação dos consumidores. O autor destaca que o que se vende são satisfações que se esperam obter pelo consumo de um produto. Dentro da atividade turística, o produto turístico está constituído, conforme Tabares (1991, p. 13), por:

a) Atrativos: podem ser definidos como os elementos do produto turístico que determinam a escolha de uma destinação turística, em vez de outra. Referem-se ao ambiente natural, artificial e humano; b) Facilidades: são os elementos que contribuem indiretamente para o fluxo turístico. A falta delas pode impedir o turista de visitar as atrações. A falta de facilidades de alimentação, acomodação ou transporte, por exemplo, constituem um empecilho óbvio para a concretização do turismo; c) Acessibilidade: os acessos são integrantes da infra-estrutura do núcleo receptor e relacionam-se com as vias e meios de transporte disponíveis, para que os turistas possam locomover-se até o destino escolhido (vias de acesso terrestre, aéreo ou marítimo). (TABARES, 1991, p. 13).

Os produtos turísticos possuem características bem específicas que o individualizam, diferenciando-os completamente dos produtos industriais ou comerciais. Conforme Vaz (1999), o produto turístico não é um bem móvel, é um produto estático, impossível de ser estocado, que depende fortemente de fatores sazonais e da diversificação, pois é um produto imaterial e que está sujeito a instabilidade de diversos setores. Ou seja, conforme Bahl (1994, p. 55) “o produto turístico pode ser um destino turístico específico, ou um agregado de destinos turísticos, apresentados sob a forma de roteiros ou pacotes turísticos.”

Diante do que foi exposto, resume-se que o produto turístico possui características próprias e que sua intangibilidade o torna um elemento singular, efetivado pela viagem turística. Ressalta-se que os atributos dos serviços podem constituir um diferencial no produto turístico ofertado, gerando vantagem competitiva.

Portanto pode-se concluir, a partir das palavras de Vaz (1999), que o produto turístico é um conjunto de benefícios que o consumidor busca em uma determinada localidade e que são usufruídos tendo como suporte estrutural um complexo de serviços oferecidos por diversas organizações.

1.4.4 A infraestrutura e a superestrutura

Para que o sistema turístico possa funcionar é necessário que os atrativos e os equipamentos turísticos se agreguem à infraestrutura. Na economia moderna se entende por infraestrutura, conforme Boullón (1997), todos os bens e serviços com que um país conta para sustentar as suas estruturas sociais e produtivas. Fazem parte da infraestrutura, a educação, os serviços de saúde, a moradia, os transportes, as comunicações e a energia.

Já a infraestrutura turística, segundo Barretto (1991, p. 52), se refere ao “conjunto de bens e serviços que estão à disposição do turista, como parte integrante, fundamental ou acessória, do fenômeno turístico.” Portanto, a infraestrutura de um núcleo turístico abrange a infraestrutura de acesso, a infraestrutura básica urbana, os equipamentos e serviços turísticos, os equipamentos e serviços de apoio e os recursos turísticos. A soma e o inter-relacionamento destes será a infraestrutura que a cidade possui para o turismo.

Para que o sistema turístico funcione adequadamente, se requer, além da infraestrutura, o auxílio de um subsistema superior que regule todo o sistema, que é chamado de superestrutura. Conforme Boullón (1997, p. 50), a superestrutura compreende todos os organismos especializados, tanto públicos quanto privados, encarregados de otimizar e modificar, quando for necessário, o funcionamento de cada uma das partes integrantes do sistema, assim como harmonizar suas relações para facilitar a produção e a venda dos serviços que compõem o produto turístico. Segundo Beni (1998, p. 97), compreende “a política oficial de turismo e sua ordenação político-administrativa que se manifesta no conjunto de medidas de organização e de produção dos órgãos e instituições oficiais, e estratégias governamentais que interferem no setor.”

Pode-se considerar, dessa forma, que a existência de uma superestrutura poderosa e sobretudo, eficiente, é muito mais importante do que se pensa, pois para que o turismo se desenvolva satisfatoriamente, o setor deve manter uma relação direta entre a qualidade dos atrativos e as políticas de desenvolvimento. Beni (1998) afirma que é necessário que sejam delineadas diretrizes de uma política econômica nacional para o desenvolvimento do turismo. Do ponto de vista econômico, de fato, o turismo representa uma atividade plurissetorial que necessita de coordenação e de

público. Outra característica é sua relevante implicação social e cultural que não pode e não deve interessar apenas ao empreendedor, mas, acima de tudo, ao Governo, que representa a garantia dos interesses da coletividade.

1.4.5 Articulação territorial do sistema turístico

Em sua manifestação mais aparente, que é as das grandes estações turísticas, a articulação territorial do turismo parece ter profundas conexões com a que se produz quando se desenvolvem outras atividades produtivas ou reprodutivas, como a indústria, ou especialmente, a construção civil. Segundo Vera (1998, p. 199),

Deve-se ter em conta, em qualquer caso, que um espaço não é ontologicamente turístico, a não ser que possua ou seja objeto de interesse turístico. Em última instância, sua condição é dada pelo desenvolvimento de uma prática particular. É a percepção do turista – galgada com sua própria cultura e arraigada em outro território – o fator que valida seus recursos, suas pessoas e seus elementos – sejam eles as paisagens litorâneas, rurais, naturais ou urbanas – para a prática turística. (VERA, 1998, p. 199).

As práticas turísticas pressupõem um sistema de atividades, signos e convenções que as identificam em contraste com as não turísticas. Posto que os turistas projetam sobre os lugares em que se divertem expectativas de uso e consumo singulares, a condição de espaço de destino turístico se identifica através de sua capacidade para satisfazer tais expectativas, para permitir desenvolver alguns comportamentos diferentes dos habituais e para satisfazer suas necessidades específicas e de sua capacidade de facilitar a realização de atividades lúdicas e/ou descobrir novas maneiras de viver. Sobre a base desta singularidade, se pode admitir que sua funcionalidade, seu *habitat* e sua dinâmica são substancialmente diferentes das outras formas de povoamento.

Conforme Coriolano (2006),

O território, representado pelos lugares de origem e chegada dos turistas; a natureza, significando a maioria dos atrativos; os equipamentos urbano-regionais, implicando uma infra-estrutura; as pessoas, identificadas como turistas e residentes, tudo é objeto do estudo da ciência geográfica e por consequência o turismo. (CORIOLANO, 2006, p. 370).

Ainda comenta, que: “A incorporação de um território ao imaginário turístico coletivo se realiza através da conversão de seus recursos em produtos, da criação

de atrações e serviços especificamente turísticos, e de sua promoção e comercialização”. (Vera, 1998, p. 197). A forma de adaptação do espaço turístico e em definitivo, sua implantação territorial, é resultado da interação entre todos os agentes que intervêm na sua produção, fruto das relações que se estabelecem entre os proprietários do solo, os promotores urbanos, os empresários turísticos, os consumidores diretos, os intermediários do consumo e os agentes públicos dos mais diferentes níveis. (SÁNCHEZ¹¹, 1985 *apud* VERA, 1998, p. 197). Desta forma, percebe-se que a característica fundamental desse sistema é sua diferença das outras atividades econômicas, em que o espaço de destino tem um papel fundamental para todos os agentes.

Do ponto de vista territorial, o turismo é um grande consumidor de espaços, e é ainda um produtor e transformador de primeira magnitude. Para Cara (2001, p. 86) “o turismo é consumidor de território, não apenas utilizador do solo, mas também das condições sociais que lhe dão sentido, e é sobre esse território organizado e com sentido que o turismo gera impacto.” É uma atividade criadora de imagens e representações que impregnam o solo de agentes e da sociedade que são os usuários desse território.

Cara (2001) também afirma que:

A sociedade local produz imagens que a identificam, que orientam seu desenvolvimento, que a definem, o turismo em si se individualiza gerando um sistema de relações próprio, um campo que fica independente progressivamente, se especifica e se materializa em uma sociedade particular, que generalizando podemos chamar de artificial, as vezes estacional e as vezes de final de semana. (CARA, 2001, p. 88-89).

Portanto, o turismo é também uma forma de condicionamento da utilização e finalmente, da apropriação de um espaço em determinadas situações, e em outras, de incorporação a um espaço.

Rodrigues (1997) propõe uma sistematização das dimensões espacial e territorial do turismo a partir de três elementos organizadores: os pólos compostos pelas áreas emissoras de turistas, os pólos definidos pelas áreas receptoras e as linhas de ligação desses pólos, por onde circulam os turistas e as informações. É

¹¹ SÁNCHEZ, J. E. Por uma geografia del turismo de litoral: Una aproximación metodológica. *Estúdios Territoriales*, 17, p. 101-102, 1985.

nas áreas receptoras que se pode identificar o território do turismo ou o lugar turístico por excelência.

Conforme Fratucci (2000) é no lugar turístico que o fenômeno se materializa e sobrepõe suas formas fixas: atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagem, serviços de alimentação, agentes receptivos, guias de turismo, locais e instalações para entretenimentos, entre outros) e infra-estrutura de apoio (serviços de comunicações, transportes, segurança, entre outros). É o local da produção e do consumo do produto turístico, que, pelas peculiaridades dessa atividade, em alguns momentos, ocorrem simultaneamente.

Portanto, o lugar turístico acaba por reunir o espaço e o território. Enquanto prática sócio-espacial, o turismo vai se apropriando de determinados espaços, transformando-os e, a partir disso, produzindo territórios e territorialidades flexíveis e descontínuas (SOUZA, 1995), e “turistificando” os lugares. No dizer de Nicolàs:

[...] el turismo crea, transforma (sic), e inclusive (sic) valoriza diferencialmente espacios que podian (sic) no tener ‘valor’ en el contexto de la lógica de producción: de repente la tierra de pastizal se puede transformar en parque de acampar, o la casa semi-derruida del abuelo fallecido en casa de hospedes (NICOLÀS, 1996, p. 49).

Considera-se pertinente complementar tais afirmações, pois por vezes o turismo também acaba sendo incorporado a um espaço (BAHL, 2007)¹², seja pela parte pública ou privada, utilizando-o como recurso econômico ou de atratividade.

Knafou (2001), em suas análises sobre as relações entre turismo e território, também ressalta que os turistas estão na origem do fenômeno, e que são eles que definem e escolhem os lugares turísticos. Sua proposta é que não se deve perder de vista que o sujeito do fenômeno, responsável pela sua existência, é o homem, na forma do turista. O autor sugere a possibilidade de três tipos de relação entre o turismo e o território: a) podem existir territórios sem turismo; b) pode existir também um turismo sem território e; c) podem, enfim, existir territórios turísticos, esses últimos entendidos como “territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores” (KNAFOU, 2001, p. 72). Nesses últimos é que aparecem conflitos de territorialidades entre os turistas, os nômades e os anfitriões sedentários:

¹² BAHL, M. Aulas da disciplina de produção turística e efeitos sociais, econômicos e culturais no

[...] há diferentes tipos de territorialidades que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária dos que aí vivem freqüentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que freqüentam (KNAFOU, 2001, p. 64).

Para Falcão (1996) o turismo, qualificado como uma nova modalidade de consumo de massa, desenvolve-se no âmbito da emergente economia das trocas invisíveis em escala nacional e internacional. Esta modalidade se expande com a produção de bens (infraestrutura, construções, alimentos e produtos diversos) e serviços (transportes, hospedagem, alimentação, entre outros), que se integram para o consumo final. Esse conjunto de bens e serviços oferece ao mercado de consumo as 'condições de acessibilidade' a determinado lugar. "O espaço, na dimensão do lugar, assume caráter de objeto de consumo e, como tal, é (re)produzido e comercializado" (FALCÃO, 1996, p. 65). Conclui-se, portanto, que é o território acrescido de um certo valor (simbólico) e de infra-estruturas territorializadas (meios de hospedagem, parques temáticos, aeroportos etc.), que se transforma em produto e como tal, é vendido e consumido.

"A análise do turismo e de sua dimensão territorial é um dos meios de (re)pensar este fenômeno multiforme e inapreensível, duplamente marcado pelo peso dos interesses econômicos." (KNAFOU, 2001, p. 72-73). As transformações mundiais e a velocidade das mudanças aumentam as possibilidades de impactos agressivos sobre as estruturas sócio-territoriais e é nesse sentido que se requer uma constante observação dos processos, que deveriam ser planejados e geridos de forma consciente e com objetivos de melhorar as estrutura já existente.

1.5O ESPAÇO TURÍSTICO

O espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que são a matéria-prima do turismo. "Os elementos como patrimônio turístico, o empreendimento ou atrativo e a infra-estrutura, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país." (BOULLÓN, 1997, p. 65).

No Brasil, encontra-se a abordagem proposta por Santos (1991, p. 65), centrada no espaço, segundo a qual, "o espaço social, como toda realidade social, é definido metodologicamente e teoricamente por três conceitos gerais: a forma, a

estrutura e a função”. Posteriormente Santos (1994) acrescentou uma outra categoria de análise do espaço: o processo.

Conforme Bonfim (2007), a análise dessas categorias possibilita o conhecimento da dinâmica do espaço turístico e dos processos sociais que o produziram. De acordo Santos (1991), essas categorias constituem a base do método de interpretação do espaço turístico.

Para Santos (1997, p. 50), a forma “é o espaço visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo”. Significaria dizer que a forma é o aspecto visível do espaço turístico, aquilo que existe em forma material, que é observável. Seria a paisagem? Santos (1991, p. 72) afirma que:

[...] a paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. [...] O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem [...] (SANTOS, 1997, p. 50).

Para tornar mais evidenciada a sua afirmação, Santos (1991) exemplifica a partir da menção à cidade de Salvador num dia e em hora determinados. Nela há determinada distribuição de pessoas e da produção sobre o território. Algumas horas mais tarde a distribuição já não é a mesma. Todos produzem: o operário, o artista, o vendedor etc., todos os que o consomem. A maneira como se dá a produção entre os homens e o intercâmbio entre os homens dá aspecto a uma paisagem. O trabalho acumulado e a vida acontecem juntos. O trabalho acumulado é a paisagem. O espaço é o conjunto do trabalho acumulado e do trabalho vivo, das formas geográficas e do contexto social.

O espaço é, portanto, “o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência e a espacialidade é um momento”. (SANTOS, 1991, p. 73).

A abordagem dessa categoria tem uma conotação especial para os estudos de Turismo. Entretanto, Bonfim (2007, p. 50) argumenta que “ela não pode estar dissociada das outras categorias, senão reduz-se a uma mera descrição da paisagem ou a um empirismo.”

Santos (1997, p. 51) explica ainda que:

[...] a forma pode ser imperfeitamente definida como uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de determinada função. As formas são governadas pelo presente, e conquanto se costume ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas. Estas surgiram dotadas de certos contornos e finalidades-funções. (SANTOS, 1997, p. 51).

Bonfim (2007, p. 50) complementa a ideia argumentando que:

A estrutura refere-se à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo. Sem a estrutura, não é possível entender a natureza histórica do espaço, pois nela estão inseridas a forma e a função. Expressa a funcionalidade espacial. (BONFIM, 2007, p. 50).

Segundo Corrêa (2000), a estrutura é a matriz social, na qual as formas e as funções são criadas e justificadas. Esta categoria é muito valorizada no planejamento e na gestão do território turístico, assumindo um enfoque economicista.

Santos (1997, p. 50) descreve a função como “uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa (...). É a atividade elementar de que a forma se reveste. Esta última pode ou não abranger mais de uma função”. A função implica a habilidade de distinguir, para análise, alguns elementos do espaço turístico, como: oferta, demanda, transporte, infra-estrutura, serviços, gestão e *marketing*, que ocorrem simultaneamente ou num determinado tempo histórico.

A forma pode ser expressa como estrutura revelada. Santos (1997, p. 51) refere a ela como:

Sendo a mais visível, ela é, aparentemente e até certo ponto, mais fácil de analisar que a estrutura. As formas ou artefatos de uma paisagem são o resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente. Todavia, divorciada da estrutura, a forma conduzirá a uma falsa análise: com efeito, formas semelhantes resultaram de situações passadas e presentes extremamente diversas [...]. (SANTOS, 1997, p. 51).

Santos (1997, p. 50) define o processo como “uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”. O processo pode ser considerado como ação que se realiza, via de regra, de modo contínuo, objetivando um resultado que implica tempo e mudança. O processo procura analisar a dinâmica do espaço, as transformações que o Turismo coloca nos territórios, impondo as representações do lazer às preexistentes. “O dinamismo do espaço pode apresentar épocas de estabilidade, de pequenas mudanças, e tempos em que ocorrem mudanças completas”.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

transformações, produzindo-se novos espaços. No processo está a gênese dos territórios turísticos” (BONFIM, 2007, p. 51).

Esse referencial apresenta a dificuldade metodológica de como diferenciar as transformações sócio-espaciais decorrentes do Turismo daquelas decorrentes de outras práticas sociais.

“Quando os técnicos trabalham na determinação do espaço turístico, o que fazem é delimitar sobre o mapa, uma superfície de dimensões planas, que é a melhor forma de representar o espaço que interessa aos planejadores físicos.” (BOULLÓN, 1997, p. 65). Percebe-se através da afirmação de Boullón, que o espaço turístico não pode recorrer às técnicas comuns de regionalização para proceder a sua delimitação, pois de acordo com tais técnicas teria que abarcar toda a superfície do município, estado ou país a ser estudado. Para Boullón (1997) isso seria um erro. Boullón afirma que as regiões turísticas não existem, e que através dos estudos feitos sobre as regiões ele desenvolveu a teoria do espaço turístico.

“A melhor maneira de determinar um espaço turístico é recorrer ao método empírico, pois se pode observar a distribuição territorial dos atrativos turísticos e do solo, a fim de detectar as agrupações e as concentrações que aparecem” (BOULLÓN, 1997, p. 66). Desse modo, por meio de um procedimento sistemático e com a aplicação de metodologias específicas, Boullón (1997, p. 66) indica quais são os componentes do espaço turístico: “zona; área; complexo; centro; unidade; núcleo; conjunto; corredor; corredor de traslado; corredor de estadia.”

Conclui-se, então, que a teoria do espaço é um instrumento útil para guiar a análise e o diagnóstico do setor, mediante um procedimento que simplifique o trabalho intelectual ao conduzi-lo de forma ordenada. Posteriormente, e de acordo com a potencialidade de cada elemento, e as projeções de demanda, em primeiro lugar, deverão ser estabelecidos limites de crescimento de todos os elementos do espaço turístico analisado e, logo, calcular com um nível satisfatório de aproximação as categorias e tipos de plantas turísticas para construir em cada etapa da sua evolução. Na parte resolutive de um plano, depois de saber como são e como funcionam os elementos que integram o espaço turístico, é necessário identificar projetos, pensados como forma de melhorar o rendimento individual de cada elemento de forma coordenada, imaginando que cada êxito parcial resulte em benefício conjunto.

1.5.1 Turismo em áreas litorâneas: do crescimento à reestruturação do espaço

Vera (1998) argumenta que o turismo em área litorânea é a forma mais comum e diferencial de desenvolvimento turístico, e é a que gera a maior parte dos movimentos turísticos internacionais, já que o litoral é o principal de destino em muitos países.

O elevado consumo do solo associado às práticas do turismo no litoral, com toda a sua diversidade de modelos de implantação e a extraordinária capacidade de transformação das estruturas territoriais, sociais e econômicas, fazem do turismo em áreas litorâneas uma modalidade de desenvolvimento da atividade que requer uma atenção especial, especialmente na atual fase de reestruturação, frente aos problemas e as contradições que derivam do crescimento acelerado dos últimos decênios e o necessário ajuste dos destinos turísticos que devem se moldar às novas motivações da demanda.

O turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do estado, das empresas, dos residentes, e dos turistas. Compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço e o exercício de poder do estado, das classes empresariais e trabalhadoras em movimento e conflito. Conforme Coriolano (2006), o turismo, para se reproduzir, segue a lógica do capital, quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos apresentando-os como atrativos transformados em mercadorias.

Essa análise tenta fugir da abordagem estruturalista que considera o espaço como um objeto rígido, homogêneo, isotrópico, neutro, delimitado por linhas periféricas, localizado, formal, *a priori* do homem, palco dos acontecimentos e admiti-lo como um processo histórico e dialético resultante das relações sociais de produção. Assim, o espaço geográfico não é suporte, nem reflexo da ação da sociedade, mas um produto social. Mostra Santos (1979, p. 18) que:

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em decorrência do modo de produção e de seus movimentos sucessivos e contraditórios. (SANTOS, 1979, p 18).

A partir dessa compreensão, o espaço físico em si passa a ser considerado a

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

espaços produzidos através das relações de forças e de poder que se estabelecem de forma contraditória, transformando a chamada primeira natureza em segunda natureza. Conforme Coriolano (2006, p. 369): “Espaço é, assim, a principal categoria da análise geográfica e nele está contida uma série de outras categorias e conceitos de apoio, tais como: território, lugar, região e paisagem, dentre outras.” Enquanto o território é “o resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento” (MORAES, 2002, p. 63). É o lugar, o espaço das resistências, onde se travam as lutas cotidianas, a exploração das forças de trabalho, o fluxo da mais-valia e a reestruturação produtiva da acumulação capitalista. As lutas que antes pareciam apenas das classes sociais ampliam-se e chegam aos lugares. Não apenas as classes lutam por seus interesses antagônicos, mas os espaços, os lugares tornam-se competitivos e ameaçadores, ocorrendo o que Santos (1994) denominou de “guerra dos lugares”. Os espaços vão sendo produzidos diferenciadamente, como forma de subsunção ao capital.

O turismo é, na atualidade, um dos eixos desencadeadores dessa espacialização, age desterritorializando/ reterritorializando e produzindo novas configurações geográficas. Assim, regiões litorâneas, originalmente ocupadas pelos indígenas, pescadores, comunidades tradicionais (os chamados “povos do mar”), são expropriadas para dar lugar às segundas residências, aos grandes *resorts*, às cadeias hoteleiras, aos restaurantes e demais equipamentos turísticos, como parques temáticos, por exemplo. Coriolano (2006) argumenta que nessa produção espacial faz-se necessário considerar a luta dos diferentes atores locais: os nativos usuários do espaço litorâneo que tentam defender suas propriedades, ou bens de usos, contrapondo-se aos interesses dos empresários, dos agentes imobiliários e do próprio estado que se interessam pelo valor de troca do espaço, pois o transformaram em mercadoria.

O turismo materializa-se na lógica da diferenciação histórica e geográfica dos lugares e das regiões. É pertinente ao local tanto quanto ao mundial, pois domina as relações sociais históricas em função de mudanças e reestruturação dos espaços, aproveitando os recursos locais. Transfere o valor dos patrimônios culturais, das cidades, dos lugares e da população local para os turistas, enquanto objeto do olhar, do prazer e de desejo. Coriolano (2006) argumenta que em função do turismo e do

negócios. No tempo em que os processos históricos seriam inoperantes, a técnica utilizada proporciona agilidade e capacidade de organização territorial. Para cada modalidade de turismo existe uma demanda espacial. Aproveitam-se áreas de montanha, de sertão e litoral, áreas urbanas e rurais, metrópoles e cidades históricas, inclusive os desertos e os enclaves.

As populações residentes nas áreas litorâneas sustentam uma luta de resistência para permanecerem nesses lugares. O avanço da especulação imobiliária tem como estímulo a indução dos investimentos e da infra-estrutura implantada pelo Estado. Muitos moradores de áreas próximas ao mar foram deslocados para áreas menos favorecidas pela construção crescente de áreas de segunda moradia próximas ao mar. Segundo Coriolano (2006), uma trajetória de deslocamentos compulsórios, seguidos de conflitos entre as comunidades litorâneas e os especuladores imobiliários. A cada necessidade de modernização imposta pela reestruturação produtiva, sob influência do Estado ou não, a orla marítima de todo o litoral passa por novos usos e apropriações.

Conclui-se que a produção do espaço turístico é determinada por relações sócio-espaciais e de poder. Que o turismo é uma prática social de apropriação e de dominação de muitos territórios, especialmente nos países tropicais. Que o direito à cidade, ao lazer, ao turismo e ao espaço reclamado, continua sendo motivação para muito estudo.

1.6O TURISMO DE MASSA

Nos países desenvolvidos, o turismo e o lazer em geral são mais acessíveis ao conjunto da população. Conforme Krippendorf (1989) é comum operários de países desenvolvidos passarem férias com suas famílias em locais de veraneio no campo, nas montanhas, ou nas praias. Pode ser até mesmo em estações de águas ou *spas*. O turismo para trabalhadores em geral, jovens e crianças, idosos, deficientes físicos, naturalistas, minorias étnicas, culturais e religiosas, torna-se uma realidade a cada dia, mas o maior problema encontrado é que esses turistas em sua grande parte são sazonais, dificultando a vida própria dos destinos turísticos fora da época de férias.

É importante visualizar que a manutenção dos fluxos turísticos regulares por

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

específicos, do relacionamento que o turista terá com a população nativa. O respeito precisa ser mantido de ambos os lados e as diferenças culturais, étnicas, econômicas ou sociais devem aprender a conviver entre si.

O turismo de massa é consequência da sociedade contemporânea, para Krippendorff (1989, p. 23), “o turismo de massa constitui uma das formas mais marcantes e mais pesadas em consequências e menos refreáveis do choque do lazer.” Mas a sociedade aprendeu a conviver com ele. Acredita-se que os excessos possam ser contidos, que a evolução possa ser prevista e os pontos fracos possam ser sanados. Na verdade, analisando a situação atual, dificilmente poder-se-á fazer algo, a não ser contemplar os efeitos que o turismo de massa ainda produzirá em nível ecológico, psicológico e sócio-econômico. A não ser que seja modificada a mentalidade das pessoas, que o sistema seja alterado e novas condições de conjunto sejam elaboradas.

É importante salientar que o turismo de massa, dentro dos seus aspectos mais profundos, não constitui um mundo à parte que obedece leis próprias. Seus aspectos são a consequência e, simultaneamente, um componente do sistema social e industrial, da organização dos seres humanos e da civilização moderna.

O que se percebe no turismo de massa é a predominância do interesse econômico, quanto mais pessoas, mais divisas, mais retorno. Será? Que tipo de retorno os autóctones esperam? Apenas o econômico? Isso não é suficiente. Os impactos negativos do turismo de massa, muitas vezes, são bem maiores do que o retorno financeiro alcançado. Mas que impactos seriam esses? Degradação e/ou destruição do ambiente natural, talvez a perda da identidade dos locais, perda das perspectivas do autóctone em relação à outra forma de turismo, ou de produzir recompensa financeira, problemas sociais, políticos etc. Analisando por esse ângulo é relevante salientar a necessidade de propor formas alternativas de turismo nos núcleos receptores. O turismo de massa geralmente está vinculado a certas épocas do ano e a consequente sazonalidade, tão difícil de ser quebrada em várias localidades.

1.7 TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA

Assumindo que o turismo constitui uma atividade complexa com múltiplas

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

contexto analisar as repercussões sócio-espaciais do turismo de segunda residência. Sua expansão em escala mundial vem provando mudanças importantes nos locais onde se desenvolve. No Brasil, os primeiros estudos sobre esse fenômeno datam do final dos anos 1980 (TULIK, 1995). Entretanto várias questões permanecem em aberto.

A residência secundária ou segunda residência é um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias. Apesar da sua histórica e intensa expansão em escala mundial, a segunda residência ainda é um fenômeno pouco estudado e conhecido, que padece da falta de uma base sólida de reflexões teóricas e estudos empíricos das suas mais diversas repercussões sócio-espaciais nos diferentes lugares do mundo.

Na maioria dos estudos turísticos, a residência secundária é um tema pontual, citado, frequentemente, como uma das modalidades de alojamento das áreas em foco. Os estudos de casos que centralizam as discussões sobre essa temática ainda são escassos e, em sua grande parte, localizam-se nos principais países da Europa e da América do Norte. Ressalta Pearce (1991, p. 116) que nestes estudos “o objetivo principal é a análise da distribuição das segundas residências e não a análise da estrutura espacial do turismo em geral.”

Soneiro (1991, p. 126) acrescenta que estes estudos emergentes sobre as residências secundárias são “[...] em grande medida, de caráter idiográficos e descritivos, orientados, particularmente, ao estudo da distribuição e dos impactos espaciais”.

Há, assim, a necessidade de se aprofundar metodologias específicas para o estudo das segundas residências. Fenômeno mundial de análises recentes, a residência secundária começa a aparecer na literatura internacional em estudos, de meados de 1970, conforme Pearce (1991). Segundo Becker (1995, p. 10):

No Brasil, o aparecimento do fenômeno da segunda residência dá-se na década de 1950 sob a égide do ‘nacional-desenvolvimentismo’ que foi responsável pela implantação da indústria automobilística, pela ascensão do rodoviarismo como matriz principal dos transportes e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos que, aos poucos, começariam a incorporar entre os seus valores sócio-culturais a ideologia do turismo e do lazer. O veraneio ou o descanso dos fins de semana se transformaram em valor social, cuja satisfação levaria o turismo, de um modo muitas vezes predatório e desordenado, a regiões acessíveis a grandes centros urbanos do Centro-Sul, e com atributos ambientais valorizados (zonas costeiras e/ou serranas). (BECKER, 1995, p. 10).

Conforme Assis (2003), o crescimento das segundas residências no Brasil e o fornecimento de dados estatísticos pelo IBGE nessas últimas três décadas já têm resultado em algumas análises específicas sobre o fenômeno no país como o estudo pioneiro de Odette Seabre (1979) acerca dos efeitos sócio-espaciais das segundas residências (preços de terrenos e formas de ocupação) no litoral de Santos-SP; a análise de Mauren Roque (1990) sobre a desigualdade social que o fenômeno da segunda residência encerra como manifestação das diferenças nas oportunidades de trabalho e de lazer na Estância Balneária do Guarujá-SP; e o trabalho de Olga Tulik (1995) que avalia a dimensão e a distribuição das segundas residências no Estado de São Paulo, ressaltando as áreas emissoras e receptoras mais expressivas. Essas análises produzidas como dissertações e teses na Universidade de São Paulo apresentam cada uma na sua perspectiva, propostas de reflexões teóricas e análises empíricas que, somadas à literatura internacional consultada, servem de referências à reflexão sobre o fenômeno da segunda residência.

Isto posto, observa-se que, apesar da definição técnica do IBGE, a residência secundária ou segunda residência é um conceito amplo e complexo que, pela profusão de termos restritivos - casa de praia, de veraneio, de campo, de temporada, de férias etc. - ainda carece da falta de um consenso terminológico.

Apoiada numa restrita bibliografia estrangeira exclusiva sobre segunda residência, Tulik (1995) se lança no desafio de, a partir do conhecimento das características observadas em outros países, analisar os aspectos conceituais dessa modalidade de alojamento turístico em função da realidade brasileira, especificamente a paulista, seu objeto de estudo.

Tulik (1995, p. 21) conceitua residência secundária como “[...] um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar”.

Este conceito, bem mais abrangente que o do IBGE, remete à discussão dos principais liames que o engendram e que fazem da segunda residência um fenômeno complexo.

Primeiro, considera-se a segunda residência um alojamento turístico particular, ou seja, de propriedade privada. Esta questão da propriedade remete à característica básica da segunda residência – a renda como fator diferencial que

define quem pode possuir, além do domicílio permanente (primeira residência) um outro destinado ao lazer de finais de semana e das temporadas de férias.

A residência secundária pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente, pois implica em custos com a compra do terreno, construção do imóvel (quando não se compra o imóvel construído), impostos, manutenção e meio de transporte para o deslocamento pendular (geralmente, automóvel particular). Assis (2003) argumenta que estes fatores fazem da segunda residência uma modalidade de alojamento turístico elitista, símbolo de *status* social, característica das camadas sociais altas e, na sua grande maioria, média. Para esta última camada a falta de maior disponibilidade financeira e de tempo livre para o aproveitamento das férias com a família em grandes viagens pelo mundo, torna a segunda residência uma importante alternativa de lazer, devido à economia de tempo (de trabalho) e, sobretudo, de dinheiro.

Além de um alojamento como alternativa de lazer turístico, a residência secundária é uma opção de investimento. Para Soneiro (1991, p. 151), a residência secundária “[...] é, sobretudo, um investimento rentável, como comprovam os fatores fundamentais: seu escasso índice de freqüência, pois permanecem vazias a maior parte do ano, e o escasso tempo que, geralmente, pertencem ao mesmo proprietário...”. Apesar dos altos custos de manutenção e, em geral, do baixo índice de freqüência das residências secundárias, a propriedade desses domicílios representa um “investimento em terras”, como reservas de valor para o futuro. (TULIK, 1995). Explica Assis (2003, p. 112) que “[...] o investimento na terra constitui o caminho seguro para a preservação do capital acumulado (principalmente em uma economia inflacionária) e conseqüentemente para a ampliação do capital através da apropriação da renda fundiária.”

Todavia, Tulik (1995, p. 24) adverte que a residência secundária “[...] é um investimento que não oferece liquidez e nem rentabilidades imediatas, pois a venda está sujeita às leis da oferta e da procura e, nem sempre estes imóveis são alugados, permanecendo vazios na maior parte do ano”.

A questão da propriedade da segunda residência também esbarra numa prática muito comum relacionada ao uso desses alojamentos turísticos: muitos proprietários, para obter uma renda excedente, alugam suas segundas residências a outros turistas, arrendam ou emprestam aos parentes e amigos. Este fato que não é

captado pelo conceito técnico do IBGE - apesar de as residências secundárias fazerem parte dos domicílios particulares -, torna complexa a definição do termo.

Conforme Tulik (1995):

[...] a residência secundária, enquanto propriedade particular (já que não existem, pelo menos no Brasil, residências secundárias públicas), constitui uma modalidade de alojamento turístico cujo conceito operacional não deveria estar ligado ao fato de ser própria, alugada, arrendada ou emprestada. (TULIK, 1995, p. 18).

Outra questão que o conceito de residência secundária remete é a temporalidade. Sendo um domicílio de uso ocasional de finais de semana ou de temporadas de férias para fins de recreação e lazer, a segunda residência pressupõe, indubitavelmente, a existência por parte do proprietário de um outro domicílio de uso permanente (também conhecido como principal ou primeira residência) onde ele habita na maior parte do ano. Segundo Assis (2003), enquanto:

[...] a primeira residência responde à mais elementar necessidade de habitar, morar, de ter abrigo em que pese as diferentes formas existentes de satisfazer essas necessidades, a segunda habitação foge a qualquer entendimento dessa natureza. Ela é uma segunda habitação. (ASSIS, 2003, p. 113).

Por maior que seja o tempo de estada na segunda residência, os fatores disponibilidade do tempo livre, do não-trabalho, de renda excedente e a distância do domicílio principal, definem o uso temporário dessas construções.

Alguns autores observam que o uso pode ser repetido, mas não consecutivo por período superior a um ano, o que estabelece o vínculo territorial e um certo paralelismo com a definição aceita para turista, fato que reforça a noção de residência secundária como alojamento turístico (TULIK, 1995, p. 21).

A terceira questão que permeia o conceito de residência secundária é a finalidade. Marco da sociedade “pós-industrial”, o direito ao tempo livre é uma das grandes conquistas sociais do mundo do trabalho que tem na segunda residência uma das suas modalidades de usufruto. A busca da recreação e do gozo do tempo livre é, sem dúvida, a principal finalidade das construções das segundas residências.

Com a industrialização e a metropolização das cidades, cada vez mais se fazia necessário que o homem urbano saísse das áreas centrais superpovoadas em direção às periferias metropolitanas na busca do reencontro com a natureza. Esta era uma forma de aliviar os estresses cotidianos e renovar suas energias.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

A cidade, que outrora fora o centro de atração das habitações e do homem do campo em busca do trabalho na indústria, agora - apesar de ainda concentrar diversas funções -, “expulsa” seus moradores por não lhes oferecer condições necessárias para uso do tempo livre em contato com a natureza. (ASSIS, 2003).

Então, devido à proximidade das áreas centrais, as regiões periféricas metropolitanas passaram a ser os principais alvos dos especuladores imobiliários e das estratégias de *marketing* turístico que procuravam valorizar os atributos naturais e culturais desses espaços, ofertando-os aos segmentos sociais específicos que dispunham de renda excedente para adquirir uma residência secundária.

Nessa encruzilhada que leva ao “natural-urbano”, a segunda residência é uma das expressões máximas, pois sua concepção se associa à capitalização mercantil dos atributos naturais das paisagens - o mar, o campo, as montanhas etc. - e à dotação de infra-estrutura de equipamentos e serviços urbanos que facilitem um maior aproveitamento do tempo livre.

A segunda residência converte o “fim de semana” num fator sócio-cultural característico da sociedade contemporânea. A redução da jornada de trabalho, a degradação do meio urbano e o advento do automóvel particular contribuíram para a eclosão do fim de semana como o principal período de aproveitamento do tempo livre, sobretudo, via segunda residência. (ASSIS, 2003). Para Krippendorf (1989), o fim de semana representa um espaço de liberdade em que se vislumbra que o tempo livre é uma privilegiada oportunidade na qual o homem pode encontrar-se consigo mesmo, ao mesmo tempo em que permite se restabelecer das situações adversas do meio social e do trabalho.

Geralmente, os turistas iniciam suas migrações com destino às segundas residências nas sextas-feiras à noite, após a jornada de trabalho semanal ou na manhã do sábado, aproveitando assim, o sábado e o domingo, e retornando, geralmente, à tarde ou à noite do domingo às suas residências permanentes para retomarem a labuta na segunda-feira pela manhã. (ASSIS, 2003).

Sendo um fenômeno recente que se vincula ao turismo pendular de fim de semana e das férias anuais, Tulik ressalta que:

A residência secundária tem sua localização definida pela relação tempo-custo-distâncias. Esses fatores podem contribuir para a valorização de recursos naturais e culturais mais próximos dos centros emissores que são preferidos a outros, de qualidade superior, porém, mais distantes. (TULIK,

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

A partir de tais considerações de Tulik sobre a relação tempo-custo-distância infere-se que tal relação pode, em alguns casos, definir a localização das segundas residências na zona urbana ou rural e influenciar na concentração dessas construções em determinadas áreas. Também que a disponibilidade de renda e de tempo livre influencia na escolha da localização da segunda residência, pois, quanto mais distante da residência permanente, maior é o tempo e o custo de acesso a este domicílio de uso ocasional. Além disso, que a propriedade de uma segunda residência em áreas muito distantes da residência principal inviabiliza a sua frequência assídua nos finais de semana, levando o proprietário a usá-la, principalmente, nas temporadas de férias nas quais pode dispor de um tempo maior de estada. Porém, atualmente, com a melhoria da qualidade das vias de acesso e com o avanço tecnológico dos meios de transportes (sobretudo, dos automóveis particulares), o fator distância, em alguns casos, pode se tornar secundário ou irrelevante na escolha da localização da residência secundária.

Pearce (1991, p. 16) aponta que:

Os principais fatores de distribuição das segundas residências parecem ser: a distância dos grandes centros populacionais; a qualidade ou os atributos da paisagem; a presença de mar, rios ou lagos; a presença de outros recursos recreativos; a disponibilidade de terra; os climas das regiões emissoras e receptoras. (PEARCE, 1991, p. 16).

Constata-se que a partir do comentado por Pearce de que as áreas de segunda residência tendem a se distanciar dos centros urbanos à medida que estes se expandem e se urbanizam, migrando da periferia metropolitana para a zona rural, sendo que a localização destes domicílios também pode ser influenciada pelo fator cultural.

As distintas realidades geradas pelas residências secundárias ratificam sua complexidade e requerem aos estudiosos desses alojamentos turísticos, cautela nas interpretações e generalizações das conclusões. Por articular diversas esferas da organização sócio-espacial, a residência secundária dinamiza os espaços onde se instalam, desencadeando efeitos positivos e negativos nos mais diferentes lugares e realidades.

Como exemplos desta complexidade, Tulik (1995, p. 138), reconhece os efeitos positivos das segundas residências em alguns municípios paulistas, afirmando que “o aumento dos domicílios de uso ocasional tende a gerar muita

receita própria para os municípios, enquanto melhora também seus indicadores sociais de número de telefones e o consumo residencial em geral de energia elétrica”.

Em contraposição, Seabra¹³ (1979 *apud* ASSIS, 2003) ressalta os efeitos negativos das segundas residências, tipo apartamentos, implantados no litoral de Santos que, seguindo a lógica capitalista da produção de mercadorias, levaram a cidade a perder suas condições balneárias e a emergir como centro de comércio e serviços.

Em conversa informal com turistas e moradores do litoral paranaense, se obteve que a opinião deles foi praticamente a mesma, ou seja, que a capitalização desenfreada do litoral para a construção de segundas residências tem gerado a degradação da paisagem natural e o arrefecimento da própria atividade turística. Isto, conseqüentemente, também ocasiona a perda da sustentabilidade da população “nativa”, pois grande parte dela tem seus empregos atrelados ao turismo.

Estas repercussões espaciais - positivas e negativas -, geralmente estão associadas à expansão da urbanização e do processo de especulação imobiliária nos núcleos receptores, à diversificação do mercado de trabalho e seus efeitos no padrão de renda, à proliferação de “moradores de temporada” e à perda da atratividade turística.

Dentre os efeitos positivos, destacam-se as transformações ocorridas no mundo do trabalho que, geralmente, proporcionam um incremento das atividades de comércio e serviços, criando maiores oportunidades de emprego e de aumento da renda.

As repercussões negativas mais corriqueiras, segundo Barros (1998) referem-se ao fato de as segundas residências, geralmente:

[...] desalojarem com suas edificações e infra-estruturas o uso do solo tradicional anterior, agrícola e pesqueiro e provocarem turbulência a níveis culturais e sociais (perfis de emprego, alterações de estilos e horizontes de vida, etc.) e ambientais (desorganização da drenagem e mudanças geomorfológicas, destruição das qualidades das águas doces e oceânicas etc.) (BARROS, 1998, p. 28).

¹³ SEABRA, O. C. de L. **A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Em Guaratuba, por exemplo, pode-se considerar que os impactos de uma visitação massiva e de um crescimento desordenado das segundas residências sobre os compartimentos da planície litorânea têm ocasionado implicações sócio-ambientais pela sobrecarga tanto dos ecossistemas naturais, como dos serviços públicos de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos em épocas de alta temporada.

Ademais, conforme Assis (2003), o refúgio freqüente nas residências secundárias estabelece identidades e “territorialidades” que, muitas vezes, desencadeiam repercussões espaciais e conflitos sócio-culturais entre a população “veranista” e a “nativa”.

Analizando todo esse contexto exposto, observa-se que as transformações sócio-espaciais desencadeadas pelo turismo de segunda residência abrem um amplo campo de estudo que possibilita e reivindica a análise geográfica do fenômeno.

1.8 PLANEJAMENTO TURÍSTICO

O turismo se tornou um dos fenômenos mais singulares da atualidade. Para descobrir a natureza de que se reveste, é necessário tentar compreender como se ligam os seus elementos, quais as causas e os efeitos, os desejos e as realidades das pessoas que o realizam. Segundo Krippendorf (1989, p. 24), “devemos, antes de mais nada, dominar o funcionamento do mecanismo, antes que possamos determinar os meios de controlá-lo, modificá-lo e aperfeiçoá-lo.” Ou seja, planejar o turismo, pois tudo que é planejado é mais organizado e traz melhores resultados.

Para Ackoff¹⁴ (1976 *apud* BARRETTO, 1991, p. 11), planejamento “é um processo que se destina a produzir um ou mais estados futuros desejados e que não deverão ocorrer a menos que alguma coisa seja feita.” Para o desenvolvimento do turismo em qualquer localidade, o planejamento adequado e ordenado torna-se essencial. É importante lembrar que, “o planejamento é uma atividade, não algo estático, é um devir, um acontecer de muitos fatores concomitantes que têm que ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo.” (BARRETTO, 1991, p. 25). Sendo assim, é um processo dinâmico e lícito à permanente revisão, à

correção de um rumo, portanto, pode exigir um repensar constante, mesmo após a concretização dos objetivos.

O planejamento turístico pode ser classificado em vários tipos obedecendo a diferentes abordagens. Segundo Barretto, os aspectos do planejamento são:

Temporal: relacionado ao tempo, ao prazo; geográfico: se é mundial, local, subdividindo-se em rural e urbano e alguns casos específicos, em marítimo, fluvial, de montanha, etc.; econômico: ligado ao geográfico, pressupõe um território, associado ao macro e ao micro-econômico; administrativo; intencional e agregativo. (BARRETTO, 1991, p. 19).

Um planejador não pode trabalhar na base do empírico, “vamos fazer e ver no que vai dar”, antes é preciso um estudo aprofundado de todo o contexto presente, da conjuntura sócio-econômica em que o planejamento está inserido, assim como do próprio planejador. “Este deve, também, saber interpretar os fatos analiticamente e escolher se a interpretação dos dados deve ser quantitativa ou qualitativa.” (BARRETTO, 1991, p. 14).

Então, resumidamente, um planejamento consiste na definição dos objetivos, na ordenação dos recursos, na determinação dos métodos e formas de organização, no estabelecimento das medidas de tempo, na localização espacial, etc. Segundo Barretto (1991, p. 14), “o planejamento requer compreensão dos problemas e distribuição harmônica das especialidades; requer conhecimento.”

Planejar auxilia na visão de um futuro próximo ou distante, contribui para que tarefas sejam melhor realizadas e objetivos sejam mais facilmente atingidos por pessoas ou organizações. Conforme Petrocchi (1998, p. 20), “ordena as ações e dá prioridade a elas, permite mapear dificuldades ou obstáculos e, assim, escolher previamente caminhos alternativos.”

O planejamento turístico pode ser dividido em três níveis de acordo com Barretto:

- a) Planejamento de primeiro nível: eventos, excursões, viagens etc.;
- b) Planejamento de segundo nível: transformação de cidades em núcleos turísticos, ativação de núcleos turísticos preexistentes, criação de complexos ou cidades turísticas (construção de equipamentos turísticos);
- c) Planejamento de terceiro nível: políticas nacionais para incentivar a atividade turística no país e organizá-la, abrangendo os outros dois níveis. (BARRETTO, 1991, p. 63).

É importante fazer-se compreender que para planejar a atividade turística é

impactos ao meio ambiente e a comunidade onde ela estará inserida. Planejar o turismo não é uma atividade fácil, é algo complexo dependente de mão-de-obra qualificada e capaz.

Na seqüência será abordada a sazonalidade, que de certa forma está ligada muitas vezes ao planejamento da localidade, pois locais bem planejados turisticamente tentem a sofrer menos com a questão sazonal.

CAPÍTULO II – A SAZONALIDADE

A sazonalidade, em seu sentido contextual, pode ser definida como um determinado período para a ocorrência de um fenômeno, ou seja, “aquele que ocorre em alguns períodos e em outros não.” (MOTA, 2001, p. 98). Para Ruschmann (1995), a sazonalidade turística é decorrente da concentração das atividades turísticas no espaço e no tempo.

Muitos fatores podem condicionar a demanda turística, segundo Dencker (1998), estes podem ser: fatores demográficos, fatores sociológicos, fatores econômicos, fatores turísticos e a sazonalidade. A sazonalidade da demanda turística considera as seguintes variáveis: férias escolares ou dos trabalhadores, poder aquisitivo, concentração espaço-temporal. (MOTA, 2001).

Independentemente da variável, a ocorrência da sazonalidade turística, conforme Mota (2001) produz consequências em diversos níveis:

Gera desemprego, mortalidade em microempresas, queda no faturamento de empresas turísticas, alteração no sistema de gestão, compromete a qualidade no atendimento, modifica a política promocional do produto turístico, altera preços, exige maior flexibilidade administrativa etc. (MOTA, 2001, p. 98).

A sazonalidade é algo muito mais complexo e seu estudo pode identificar seus impactos, seus problemas e racionalizar soluções cabíveis em cada situação ou comunidade receptora.

Conforme Silveira (2010):

É de conhecimento comum que a localização geográfica e o clima têm uma forte influência sobre a demanda turística. É por esses fatores que uma parte do território costeiro do Brasil, tal como muitos outros destinos em áreas periféricas, sofre a influência da sazonalidade do turismo. Uma condição que leva à criação de economias de turismo sazonal, notadamente nas localidades costeiras do Sul do País. (SILVEIRA, 2010, p. 1, no prelo).

Mas fatores climáticos e geográficos não devem ser vistos como os únicos culpados da sazonalidade. O problema pode ser desencadeado por vários fatores advindos de várias razões, tanto referentes aos núcleos receptores quanto aos núcleos emissores.

2.1 DEFINIÇÕES DE SAZONALIDADE

A crescente importância que o turismo tem assumido em termos globais e particularmente no quadro de algumas economias ocidentais cada vez menos competitivas ao nível das atividades económicas tradicionais, justifica a grande atenção dos setores público e privado, quer quanto a obter um conhecimento mais aprofundado do fenómeno turístico quer, mais especificamente, quanto aos constrangimentos inerentes à sua afirmação e progresso. Neste domínio, um dos temas alvo de preocupação numa parte substancial dos destinos consiste na sustentabilidade económica, social e ambiental do crescimento turístico. Em estreita conexão, outra das problemáticas consiste na forte concentração tridimensional (temporal, espacial e ao nível do produto) que, regra geral, persiste em caracterizar a procura turística.

Em particular, a concentração temporal – ou sazonalidade, é geralmente reconhecida na literatura como um fenómeno de carácter predominantemente económico uma vez que é, consensualmente, relacionada com a adversidade das suas consequências neste plano, quer para as áreas de destino, quer para as empresas que nelas operam. (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 2).

Os efeitos negativos da sazonalidade que passam, sobretudo pela ineficiência produtiva e por uma substantiva limitação de receitas do setor em nível anual, fazem com que este fenómeno seja encarado por parte das entidades gestoras das áreas de destino, como uma debilidade ou um problema maior a resolver.

Embora a sazonalidade da procura turística seja um fenómeno amplamente estudado, alguns autores caracterizam-no como pobremente compreendido, pelo menos, em algumas das suas facetas (BUTLER 1994; BUTLER; MAO¹⁵ 1996 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 4). Como referido anteriormente, pode-se dizer que a sazonalidade é aceita como um problema turístico global. O fenómeno afeta a maioria dos destinos turísticos, mas em particular aqueles que mais se distanciam da linha do equador, assim como, os mais periféricos em geral, pelo que, sobretudo nestas áreas, a sazonalidade tem sido um dos alvos privilegiados de políticas públicas e medidas de gestão privada visando a sua redução e a atenuação dos seus efeitos. (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009). Contudo, a evidente persistência do

¹⁵ BUTLER, R.; B. MAO. **Seasonality in Tourism: Problems and Measurement.** Quality Management

problema leva a crer que uma parte substancial dessas políticas e medidas não atingem os seus objetivos, o que eventualmente reforça o argumento do ainda fraco entendimento sobre o fenômeno e, particularmente, sobre as suas causas. Parece, em essência, tratar-se de uma incapacidade expressa para compreender e atingir o âmago do problema. Será então conveniente explorar de forma detalhada a estrutura sazonal da procura existente na área de destino, passando por uma análise do perfil dos turistas em diferentes épocas do ano? (características e motivações) e, sobretudo, às causas que lhe estão associadas, para que se possam desenhar as estratégias mais adequadas e eficazes para enfrentar a sazonalidade?

Ao mesmo tempo, verifica-se que partes substanciais das definições de sazonalidade na literatura do turismo focalizam-se muitas vezes na natureza do fenômeno, quer quanto às suas causas, quer quanto às suas conseqüências. No primeiro estudo publicado sobre a matéria, BarOn¹⁶ (1975 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 4) “evidencia os efeitos da sazonalidade sobre os destinos e define-a como a concentração da procura que se verifica a cada ano, mais ou menos, no mesmo espaço temporal e com a mesma magnitude.”

Mais recentemente, a definição talvez mais referenciada seja a de Butler¹⁷ (1994 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 4-5) que apresenta a sazonalidade como “um desequilíbrio temporal no fenômeno turístico, que pode ser expresso em termos de dimensões tais como: número de visitantes, despesas de visitantes, tráfego nas auto-estradas e outras formas de transporte, emprego e ingressos em atrações.” Outras definições destacam a concentração dos fluxos turísticos em períodos curtos do ano, promovendo, por um lado, picos de atividade que, muitas vezes, se constituem como um pesado fardo para os recursos físicos e sociais na área de um destino e, por outro, situações de grande procura que geram ineficiência na atividade turística. (LAGE; MILONE, 2000).

Enfim, diversos são os agentes e grupos de interesse que participam e afetam o turismo de um país e conseqüentemente o fluxo de pessoas nas diferentes épocas do ano. A incorporação de perspectivas, de objetivos e esforços conjugados são vitais para a elaboração do planejamento e para o desenvolvimento de um turismo cada vez menos sazonal.

¹⁶ BARON, R. R. V. **Seasonality in Tourism: A Guide to Analysis of Seasonality.** Economist Intelligence Unit Technical Paper, n. 2, 1975.

¹⁷ BUTLER, R. **Seasonality in tourism: Issues and problems.** Tourism: The State of Art. A. V.

A sazonalidade da demanda turística pode causar inflação na comunidade receptora, uma vez que, se a demanda crescer e a oferta tiver atingido sua capacidade máxima, não conseguindo satisfazer à demanda, os preços aumentam. Tantos os setores associados essenciais como os suplementares reagem pela venda de seus bens e serviços num mercado sazonal. (WAHAB, 1991).

Conforme Lage e Milone (1998, p. 61), “a existência da sazonalidade da demanda turística, de curto prazo por temporada, prejudica a oferta turística, o que se torna um problema sério para o desenvolvimento da atividade.”

2.2 CAUSAS DA SAZONALIDADE

As dificuldades na identificação e estruturação mais aprofundada das causas da sazonalidade parecem resultar, em primeiro lugar, da grande complexidade atribuída ao fenômeno e, em segundo, a uma forte e intrincada correlação entre elas. A este propósito, Butler¹⁸ (2001 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 5) “defende que o fenômeno carece de um aprofundamento da pesquisa em nível da identificação detalhada das suas causas de raiz, particularmente aquelas que se relacionam com as motivações de visita e padrões de consumo do turista.”

Pode-se dizer que os fatores explicativos da concentração da procura turística variam de destino para destino, de acordo, entre outros aspectos, com as suas localizações geográficas, as diferentes origens dos turistas e os elementos de atratividade de cada destino.

A estrutura de correlações entre os fatores provoca, igualmente, diversos efeitos nos diferentes destinos. Existem, no entanto, fatores comuns que podem justificar a sazonalidade na maioria das áreas de destino. Mota (2001) sugere a sazonalidade e a relação de causa e efeito como ilustrado na figura 2, e alguns autores sugerem o seu agrupamento em categorias, como ilustra, de forma sintética, o quadro 1 citado por Almeida e Kastenholtz.

¹⁸ BUTLER, R. **Seasonality in Tourism**: Issues and Implications. Seasonality in Tourism. T. Baum

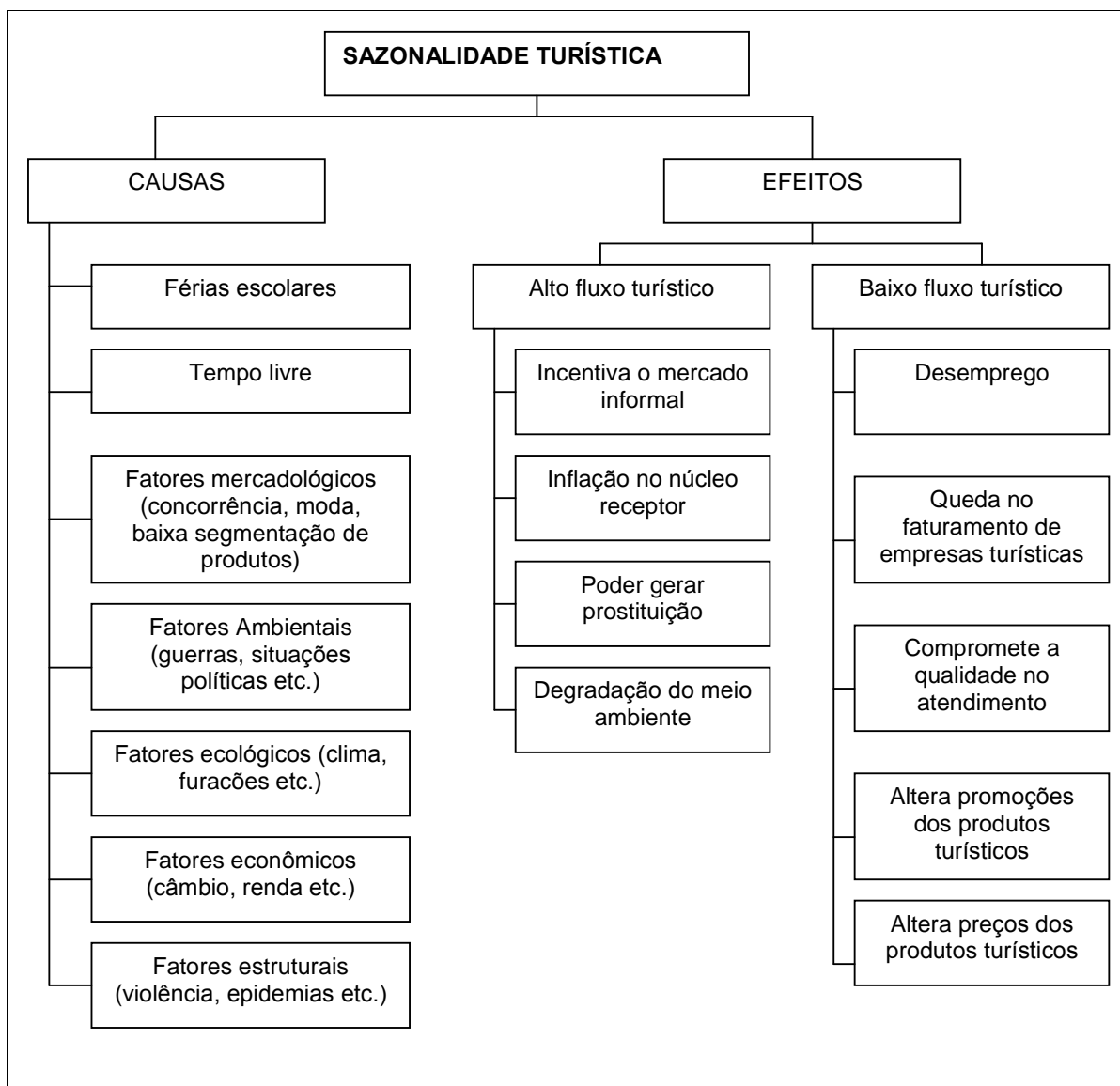


FIGURA 2 – CAUSAS E EFEITOS DA SAZONALIDADE TURÍSTICA
 FONTE: Adaptado de MOTA (2001, p. 99).

A figura acima descreve de uma forma básica o que chega mais próximo da realidade brasileira em relação das causas e efeitos da sazonalidade. Conhecer as causas da sazonalidade auxilia o planejador a focar o desenvolvimento do turismo em seu território, buscando esforços para reduzir as flutuações de temporada tanto quanto possível. Sabendo os efeitos dessa época sazonal torna-se interessante não somente para o planejador, mas também para todas as empresas e organizações envolvidas no processo turístico concentrar esforços para tentar fazer com que a distribuição da demanda turística ocorra de forma mais homogênea e regular durante o ano.

Já o quadro abaixo, categoriza as causas de acordo com autores que visualizam e estudam a sazonalidade num âmbito internacional colocando as causas citadas na figura 2 dentro de categorias explicadas na seqüência.

Autor	Categorias de Causas da Sazonalidade
BarOn (1975)	Sazonalidade natural, sazonalidade institucional, efeitos dos diversos calendários, causas sociológicas e econômicas.
Hartmann (1986)	Sazonalidade natural, sazonalidade institucional.
Butler (1994)	Sazonalidade natural, sazonalidade institucional, pressão social e moda, estações desportivas, tradição e inércia.
Butler e Mão (1996)	Fatores físicos e sócio-culturais nas áreas turísticas de origem e destino.
Frechtling (2001)	Clima, costumes sociais/ férias, costumes profissionais, efeitos dos diversos calendários.
Baum e Hagen (1999)	Tal como Frechtling (2001), mas adicionando os constrangimentos da oferta.

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DAS CAUSAS DA SAZONALIDADE NO TURISMO

FONTE: Koenig-Lewis and Bischoff¹⁹ (2005 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 5-6).

A partir do quadro relacionado acima, duas categorias parecem reunir maior consenso, são elas: a sazonalidade natural e a institucional. Existem, no entanto, outras causas importantes da sazonalidade, que se relacionam com aspectos motivacionais que poderiam ser agrupadas numa terceira classe à qual se sugeriria chamar de sazonalidade comportamental. Abaixo são comentados tais tipos de sazonalidade.

2.2.1 Sazonalidade Natural

“A sazonalidade natural engloba vários fatores que estão relacionados de forma direta com o clima e as suas variações regulares ao longo do ano (temperatura, pluviosidade, queda de neve etc.)” (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 6).

Pode-se dizer que a maioria das regiões turísticas que sofrem com a sazonalidade são aquelas que possuem fluxo de visitantes que varia de acordo com as variações térmicas e temporais. No entanto, deve-se esclarecer que o clima não é o único aspecto motivacional de uma viagem, mas é um fator relevante que deve sempre ser levado em consideração.

¹⁹ KOENIG-LEWIS, N; BISCHOFF, E. **Seasonality Research: The State of the Art.** International

O impacto das variações climáticas no desequilíbrio sazonal da procura turística parece estar intimamente ligado, não apenas à própria tipologia da procura, como também à estrutura de oferta existente. Sendo provável que a visita a qualquer destino e suas atrações, seja tanto mais agradável quanto melhor forem as suas condições climáticas, parece não ser igualmente falso que, uma parte das atividades turísticas não depende exclusivamente do clima para que possam se realizar, como é o caso do turismo cultural e urbano de lazer. Por outro lado, se a oferta turística na área de destino estiver estruturada em produtos ou atividades com maior dependência de determinados fatores climáticos, como por exemplo, a queda de neve no caso dos esportes de inverno, ou temperatura agradável e clima não chuvoso para o turismo de sol e praia (e, em geral, as atividades que se realizam ao ar livre), isto fará com que, por força da inexistência desses fatores em determinados períodos, não se possa verificar uma disponibilidade permanente da oferta, justificando, conseqüentemente, a sazonalidade desse destino.

As variações climáticas ao longo do ano, embora importantes para explicar as flutuações da procura em determinadas áreas de destino (principalmente aquelas em que a oferta está mais dependente deste tipo de condições), não se poderão sobrepor a outros fatores explicativos de igual ou até maior importância, como é o caso dos fatores institucionais.

2.2.2 Sazonalidade Institucional

A sazonalidade institucional é a terminologia geralmente adotada para designar, conforme Butler²⁰ (1994 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009):

As flutuações da procura turística explicadas por fatores de caráter institucional, ou seja, aqueles que se referem às opções e decisões humanas de caráter social e profissional e que estão, normalmente, enraizadas em costumes, tradições e, até mesmo, em legislação. (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 7).

Estes fatores estão na origem de oportunidades e limitações ao lazer e, particularmente, ao gozo de férias. Sugere-se que o conjunto diversificado de fatores subjacente a esta categoria possa ser classificado em dois grandes grupos de

²⁰ BUTLER, R. **Seasonality in tourism**: Issues and problems. Tourism: The State of Art. A. V. Seaton. Chichester: Wiley, p. 332-339, 1994.

acordo com o seu teor: os fatores de ordem sócio-cultural e os de ordem socioeconômica conforme quadro 2.

Fatores Socioculturais	Fatores Socioeconômicos
<ul style="list-style-type: none"> • Diferentes calendários instituídos: - Feriados - Calendário religioso - Calendário de eventos pagãos - Calendário cultural e desportivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Férias Profissionais • Férias Escolares • Condicionantes econômicas

QUADRO 2 – AGRUPAMENTO DOS FATORES EXPLICATIVOS DE CARÁTER INSTITUCIONAL
 FONTE: ALMEIDA; KASTENHOLZ (2009, p. 7).

A partir do quadro exposto acima, percebe-se que diversos fatores sociais, culturais e econômicos são tão importantes quanto aqueles relacionados à natureza e ao clima. As pessoas viajam quando têm oportunidade e por algum motivo, e neste caso evidencia-se a importância dos feriados, férias escolares, os eventos e conseqüentemente, a condição econômica do indivíduo e\ ou da família.

2.2.2.1 Fatores sócio-culturais

Os diferentes calendários instituídos na sociedade são responsáveis por fluxos turísticos específicos em determinadas épocas do ano para diferentes áreas de destino de acordo com as vocações próprias destas últimas (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009). Assim, destinos vocacionados para o turismo religioso (exemplo: Aparecida do Norte - SP, ou Jerusalém em Israel) registram um fluxo de turistas importante em certas datas definidas no calendário religioso, levando à formação de picos de procura inevitáveis nesses locais. Outro tipo de datas e eventos específicos, como por exemplo, o Carnaval, levam os turistas a visitar destinos onde as comemorações anuais se revestem como atrativos turísticos de relevo (exemplo: Rio de Janeiro e Salvador).

Também os eventos de tipo cultural ou desportivo, datados regularmente, impelem a constituição de fluxos turísticos para os destinos onde estes se realizam anualmente. A este tipo de datas há que acrescentar o papel dos feriados nacionais

e locais, enquanto dinamizadores da constituição de fluxos turísticos. Conforme Butler²¹ (2001 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ (2009):

A crescente importância dos feriados para o turismo e para o fenômeno da sazonalidade resulta da tendência que se tem vindo a verificar para a extensão de uma parte significativa dos mesmos, promovendo *shortbreaks* e motivando fluxos turísticos relevantes em certas áreas-destino. (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 8).

Alguns feriados também são capazes de mobilizar todo um fluxo de turistas para determinada localidade, seja para participar de eventos, ou simplesmente para descanso e lazer fora de casa, sendo responsáveis por uma grande rotatividade de pessoas nas áreas de destino, como por exemplo, feriados nacionais, como é caso do Carnaval, Páscoa, 1º de Maio, Dia da Independência, entre outros.

2.2.2.2 Fatores sócio-econômicos

Neste grupo encontram-se os fatores talvez mais referidos na literatura no que concerne à sazonalidade institucional: as férias profissionais e as escolares (CEC, 1993; COOPER, FLETCHER *et al.* 1993; CTP, 1998; BUTLER, 2001²², *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 8). Estes dois fatores afetam direta e especialmente a população ativa no que diz respeito ao tempo de lazer e de férias. Mais especificamente, as limitações quanto à duração, calendarização e repartição das férias laborais e escolares, atuam normalmente e formalmente no consumo turístico e influenciam a concentração da procura numa área de destino em determinada época do ano.

Refletindo sobre a forma de utilização do período de férias laborais, percebe-se que uma percentagem significativa da população ainda goza o período de férias de forma compactada, ou seja, sem qualquer repartição. No entanto, é reconhecido o potencial das férias curtas intercaladas para a redução da sazonalidade.

De acordo com Cockrell²³ (1998 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ 2009, p. 8-9) a freqüência das viagens tem vindo a crescer continuamente, pois os turistas

²¹ BUTLER, R. **Seasonality in Tourism: Issues and Implications.** Seasonality in Tourism. T. Baum and S. Lundtorp. Oxford: Pergamont, p. 5-21, 2001.

²² BUTLER, R. **Seasonality in Tourism: Issues and Implications.** Seasonality in Tourism. T. Baum and S. Lundtorp. Oxford: Pergamont, p. 5-21, 2001.

²³ COCKRELL, N. **Outbond Markets/ Market Segment Studies: The Short Break Market in Europe.**

preferem realizar duas viagens por ano, em vez das longas férias anuais concentradas. Esta tendência, acompanhada pelo decréscimo generalizado da média de duração das viagens, começou no início da década de 80 verificando-se um crescimento mais acentuado das viagens de menos de 4 noites, relacionado com o crescente aproveitamento dos feriados públicos (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009). Este crescimento é também apontado pela OMT como uma das principais tendências turísticas:

Muitos turistas preferem férias mais curtas e mais freqüentes durante o ano. Isto oferece a possibilidade de desenvolvimento de novos destinos e de que os destinos atuais possam oferecer aos turistas instalações e serviços para o uso em diferentes estações do ano. (OMT, 1995, p. 21).

As férias escolares, embora sejam definidas de forma rígida quanto à sua duração e calendarização, são geralmente repartidas em três ou quatro períodos por ano, o que, comparativamente com a compactação das férias profissionais num só período, se poderia revelar como uma influência positiva. No entanto, o período de férias escolares de maior duração coincide com o verão (por razões que têm origem remota na necessidade de mão-de-obra extra para as colheitas) (BUTLER²⁴ 1994, *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 9), o que leva, conseqüentemente, a que as férias profissionais sejam igualmente marcadas nessa época, com efeitos diretos na definição dos padrões sazonais da procura. Pode-se constatar, então que esta situação é característica tanto do Hemisfério Norte como do Sul, o que se traduz numa disponibilidade da procura turística, nestas duas diferentes origens, em épocas opostas no ano.

Conforme Almeida e Kastenholtz (2009):

As condicionantes econômicas, embora sejam bastante evidenciadas como determinantes gerais da procura turística, não foram ainda suficientemente estudadas quanto à sua influência na formação dos padrões sazonais da procura. Poucos são, inclusive, os autores que destacam o potencial de contribuição deste fator como causa da sazonalidade. No entanto, é importante argumentar a relevância dos fatores econômicos (rendimento, preços, taxas de câmbio, etc.) na determinação do comportamento de consumo, com conseqüências na sazonalidade. (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 9).

²⁴ BUTLER, R. **Seasonality in tourism**: Issues and problems. *Tourism: The State of Art*. A. V.

Percebe-se então, a partir do que foi exposto, que os fatores naturais e institucionais são de maior relevância do que os fatores econômicos quando relacionados com o tempo de tirar férias ou viajar por um curto período, mas que os fatores econômicos torna-se relevantes na escolha de um destino em detrimento de outro.

2.2.3 Sazonalidade Comportamental

Esta categoria agrupa os fatores relacionados com determinadas motivações e preferências dos turistas que moldam os seus comportamentos de consumo e influenciam a sazonalidade (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009). Embora quase todos os fatores revistos possam ter uma leitura neste plano, podendo ser vistos como motivações de consumo turístico de raiz psicológica e comportamental, como por exemplo, o turismo de sol e praia (sazonalidade natural) ou, a maior ou menor repartição das férias profissionais (sazonalidade institucional), existem, no entanto, outros fatores com este caráter que podem ser equacionados autonomamente.

Um desses fatores, reportado por Osborne²⁵ (1992 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ 2009, p. 10) “consiste nos hábitos e tradições que moldam determinadas atitudes de consumo turístico.” O autor sugere que esta possa ser uma justificativa importante para a sazonalidade no turismo, embora não existam estudos suficientes que a comprovem. “Este fator traduz-se pela manutenção do comportamento de consumo que, por inércia ou, até, por resistência à mudança, caracteriza os turistas que já não são afetados pelos condicionalismos do passado (por ex.: férias profissionais).” (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 10). Embora a calendarização do período para o gozo de férias possa ser uma das principais concretizações deste comportamento de consumo, admite-se, porém, que a opção de repartição das férias possa ser igualmente influenciada.

Outro fator, capaz de influenciar comportamentos sazonais de visita e consumo, consiste na pressão social induzida pela moda. Segundo Butler²⁶ (2001 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009):

²⁵ OSBORNE, D. R. **Seasonality and habit persistence in a life cycle model of consumption.** Modelling Seasonality. S. Hylleberg. Oxford: Oxford University Press, p. 193-208, 1992.

²⁶ BUTLER, R. **Seasonality in Tourism: Issues and Implications.** Seasonality in Tourism. T. Baum

Em muitas sociedades as elites privilegiadas, que normalmente se constituem como líderes de opinião, alimentaram desde cedo a tradição de dividir o ano em temporadas específicas nas quais é considerado socialmente necessário participar de atividades selecionadas em certos locais, convertendo-se numa moda a seguir. (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 10).

Um bom exemplo seria o turismo de inverno que acontece na Serra Gaúcha e Serra Paulista (Campos do Jordão) que motiva fortes fluxos turísticos e, conseqüentemente, a concentração da procura nesses períodos, nas áreas de destino, cuja oferta se encontra vocacionada para atividades de lazer de inverno.

Numa perspectiva de análise mais ampliada destaca-se outro fator, relacionado com a massificação do turismo, que resulta da preferência ou motivação evidenciada por alguns segmentos turísticos para este tipo de turismo. Trata-se do consumo num período em que o ambiente na área de destino é humanamente mais denso, agitado e socialmente mais ativo, como é o caso das áreas litorâneas nos meses de verão. O relatório da Comissão Européia (CEC ²⁷1993 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009) refere-se a este propósito que:

O burburinho existente em muitos destinos devido a um largo número de visitantes, constitui uma atração importante para muitos turistas que é difícil encontrar nas épocas baixas. Contudo, alguns segmentos, nomeadamente aqueles com interesses especiais e os turistas sênior, podem preferir evitar os empurrões e a agitação associados à época alta. (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 11).

Pode-se dizer que essa preferência ou motivação específica influi diretamente na concentração da procura, quer em nível geográfico, quer em nível temporal. No entanto, como observado, nem todos os turistas têm a mesma preferência quanto a esta matéria. À medida que o turismo de massa se desenvolve, registra-se em paralelo, sobretudo no ocidente, uma tendência para o individualismo no consumo turístico, quando as pessoas procuram por viagens diferentes, roteiros e atividades alternativas. Segundo Montejano (1996), este tipo de turista também é chamado de turismo de minoria ou de elite, e é praticado por um segmento de mercado que viaja para lugares menos frequentados, periféricos ou até mesmo isolados e em qualquer época do ano. Por conseguinte, provavelmente esse grupo restrito que tem vindo a assumir uma importância crescente terá, por contraste com o turista de massas, uma

²⁷ CEC. **Season Tourism: Analysis of Experience, Suitable Products and Clientele.** Brussels:

menor apetência à concentração temporal do consumo, admitindo-se sua contribuição positiva para uma menor sazonalidade.

Conclui-se, através desta vertente de análise, que os diversos tipos de motivações dos turistas também são uma explicação essencial para a concentração das férias em determinado período, logo, para a explicação da sazonalidade.

2.3 SAZONALIDADE NO TURISMO EM ÁREAS LITORÂNEAS

O ambiente litorâneo é na sua proporção terra, considerado humanamente seguro e privilegiadamente agradável, quando oferta a conjunção da terra, mar e do sol, tornando inegável a vocação dessas áreas para o turismo, especialmente aquelas urbanizadas. Segundo Almeida (2000, p. 72):

Os subliminares atrativos turísticos dos ambientes litorâneos são o sol e o sal. Neles residem os desejos elementares de cor, da saúde, da disposição e do lazer. Agregam aos aspectos religiosos, e até míticos, da lavagem do corpo e da alma após a sétima onda. (ALMEIDA, 2000, p. 72).

Mas há um pesar em tudo isso, o turismo litorâneo, é sazonal, na maioria dos locais, ou seja, explorado até exaustão em poucos meses do ano.

O turismo transforma os lugares, as regiões, as paisagens criando atrativos para o fluxo de visitantes. O todo significativo desta criação não está nos lugares, nas regiões, ou nas paisagens. Para Luchiari (2000, p. 36), “estrutura-se na sociedade que, ao revalorizar as paisagens naturais, as culturas regionais, transformam-se em sua voraz consumidora, colocando em movimento a construção real e simbólica dos territórios turísticos.” A sazonalidade acaba por valorizar a estética das paisagens naturais e dos atrativos turísticos de uma forma geral, em apenas um período do ano, esquecendo que estes atrativos permanecem no local para que sejam usufruídos a qualquer momento.

Torna-se necessário desenvolver formas de lazer para todos, em que todas as pessoas envolvidas possam tirar proveito, em todas as épocas do ano, sem que outros seres humanos ou o meio ambiente sejam prejudicados. Argumenta Krippendorf (1989, p.25):

Talvez as férias e o lazer experimentados longe de casa possam precisamente se transformar num campo de aprendizado e de experiências para o cotidiano e afastar o pensamento de uma situação que não mais

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

nos satisfaz, mas viajar para aproveitar-se de uma oportunidade: a oportunidade de se enriquecer, de se exercitar na liberdade, na compreensão mútua e na solidariedade, e descobrir um pouco de tudo isso no cotidiano. (KRIPPENDORF, 1989, p. 25).

E aproveitar uma oportunidade não quer dizer que tenha que ser apenas em certa época do ano, quando todos resolvem tirar um tempo para o lazer e o descanso. Existem várias formas de atrair visitantes durante o ano todo, a questão é como dar-lhes essa oportunidade. O que fazer e como planejar para atrair o visitante durante o ano todo. Procurar saber o que o visitante procura fora da temporada.

O ideal antes de procurar analisar a sazonalidade e o que pode ser feito para reverter esta situação, é analisar a vocação turística do núcleo receptor e a caracterização e a classificação dos fluxos turísticos. Para Beni (1998, p. 382), em relação à vocação, o estudo pode ser dividido em: “climático e hidrotermal, paisagístico, cultural, religioso, desportivo, folclórico artesanal, científico, congressual, empresarial ou de negócios e de jogo.” Relacionado à caracterização, Beni subdivide em: “tráfego turístico e fluxo turístico.” (BENI, 1998, p. 383). Sobre a classificação dos fluxos turísticos, o mesmo Beni, os subdivide conforme quadro 3:

TIPO DE FLUXO	DESCRIÇÃO
Fluxo turístico receptivo	É o conjunto de turistas estrangeiros ou nacionais que aflui a uma determinada área geográfica receptora para ali permanecer por um tempo limitado. É subdividido em: fluxo turístico receptivo internacional intercontinental, fluxo turístico receptivo internacional continental, fluxo turístico receptivo nacional ou fluxo turístico interno, fluxo turístico receptivo regional.
Fluxo turístico emissivo	É o conjunto de turistas estrangeiros ou nacionais que parte de uma determinada área geográfica emissora para uma ou várias áreas receptoras. É subdividido em: fluxo turístico emissivo internacional intercontinental, fluxo turístico emissivo internacional continental, fluxo turístico emissivo nacional ou interno, fluxo turístico emissivo regional.
Fluxo turístico itinerante	Processa-se pelo deslocamento de turistas que se destinam a um ou mais núcleos receptores, não permanecendo nesses locais por mais de 12 horas, isto é, não gerando a possibilidade de pernoite.
Fluxo turístico de estada	Processa-se pelo deslocamento de turistas que se destinam a um ou mais núcleos receptores, aí permanecendo por mais de 24 horas, gerando, portanto um pernoite ou estada. É subdividido em: fluxo turístico de estada fêrio-semanal, fluxo turístico de estada fêrio-menso-estacional, fluxo turístico sedentário-residencial, fluxo turístico sedentário-residencial-fêrio-semanal, fluxo turístico sedentário-residencial-fêrio-menso-estacional.

QUADRO 3 – CLASSIFICAÇÃO DOS FLUXOS TURÍSTICOS

FONTE: Adaptado de BENI (1998).

Percebe-se a partir disso que o turismo litorâneo pode ser caracterizado pelos diversos tipos de fluxo, mas os mais comuns são os tipos receptivos, os itinerantes e os de estada. Conseguindo fazer uma análise do tipo de fluxo juntamente com o tipo de demanda, o planejador visualizará formas de estudar a sazonalidade e consequentemente propor ações que possam vir a revertê-la ou possivelmente minimizar seus impactos negativos.

Cada município ou empresa turística precisa estabelecer um nível desejado de transações com a demanda desejada. Algumas vezes, o nível da demanda pode ser baixo, igual ou superior ao nível de demanda desejado. Em locais, como o litoral paranaense, ocorrem variações de demanda (insuficiente, adequada, excessiva etc.) que exigem um maior esforço de municípios e organizações para equilibrar estes níveis. As diferentes situações de demanda são bastante comuns em municípios e em empresas situadas em áreas litorâneas que oferecem produtos e serviços

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

turísticos. A seguir foi estabelecido um quadro onde, segundo Kotler (1994), se pode observar as diferentes situações de demanda.

Situação	Característica	Ação
Demanda Negativa	O mercado está em situação de demanda negativa se grande parte do mercado não gosta e até evita o produto.	Analisar o porquê de o mercado não gostar do produto e modificá-lo, propor preços mais baixos e promoção focada na mudança de crenças e atitudes do mercado.
Demanda Inexistente	Quando consumidores-alvos estão desinteressados ou indiferentes ao produto.	Encontrar maneiras de conectar os benefícios do produto com as necessidades e interesses naturais das pessoas.
Demanda Latente	Muitos consumidores podem compartilhar de uma forte necessidade que não pode ser satisfeita pelos produtos existentes no mercado.	Mensurar o tamanho do mercado potencial e desenvolver bens e serviços eficazes que atenderiam à demanda.
Demanda Declinante	Processo natural no ciclo de vida do produto.	Reverter o processo, analisar as causas do declínio e determinar se pode ser estimulada, mudando as características e a comunicação do produto no mercado.
Demanda Irregular	Demanda sazonal, muito característica no turismo, causando problemas de capacidade ideal ou de saturação.	Realizar marketing de sincronização, encontrando maneiras de alterar o mesmo padrão de demanda por meio de flexibilização de preços, promoção e outros incentivos.
Demanda Plena	Nível satisfatório do volume de negócios.	Manter o nível de demanda diante das mudanças de preferência dos consumidores e da concorrência, mensurando o nível de satisfação dos consumidores.
Demanda Excessiva	Nível mais alto do que aquele que se pode ou deseja atender, o chamado <i>over-booking</i> na hotelaria.	Promover o <i>demarketing</i> , encontrando alternativas para reduzir a demanda temporária ou permanente, por meio da elevação de preços e redução das promoções e serviços; não visa destruir a demanda, mas apenas reduzir seu nível, deslocando-a se possível.
Demanda Indesejada	Demanda por produtos indesejados – nocivos ou prejudiciais.	Esforço organizado para desencorajar o consumo mediante preços elevados, redução da disponibilidade do produto e comunicação eficaz.

QUADRO 4 – DIFERENTES SITUAÇÕES DE DEMANDA

FONTE: Adaptado de KOTLER (1994, p. 31).

De acordo com o quadro acima, pode-se estipular que em Guaratuba, podem ser encontradas principalmente a demanda irregular, pois em cada época do ano tem-se uma quantidade e um tipo de turistas e a demanda excessiva, pois em época de alta temporada, a maioria dos locais não consegue atender satisfatoriamente os seus consumidores, acarretando problemas no atendimento e na ausência de produtos para todos os interessados. E esses tipos de demanda trazem diferentes efeitos para o município, e os efeitos mais sentidos encontram-se no âmbito econômico e social.

Conforme Bahl (2004, p. 42), “os grandes fluxos de viajantes comprovam a complexidade de interações oriundas da circulação humana, associados a um objetivo ou temáticas diferentes.”

2.4 IMPACTOS DA SAZONALIDADE

O turismo sazonal é algo complexo, amplo e difícil de ser explicado. Por que existe a sazonalidade? Os núcleos receptores estão preparados para três meses de trabalho, e o resto do ano, o que fazer? Esses impactos são muito danosos, pois os moradores locais trabalham em excesso para receber o turista durante a alta temporada (verão) e durante o resto do ano ficam praticamente sedentários.

A sazonalidade traz com ela os problemas sociais, ambientais, administrativos e principalmente econômicos. Um estudo mais aprofundado torna-se necessário para procurar caracterizar essa situação tão prejudicial às zonas de turismo sazonal, como é o caso de Guaratuba, objeto de estudo deste estudo.

Estudar este tema requer um estudo aprofundado da geografia sócio-ambiental. Segundo Mendonça e Kozel,

A abordagem da problemática ambiental, para ser levada a cabo com profundidade e na dimensão da interação sociedade-natureza, rompe assim com um dos clássicos postulados da ciência moderna, qual seja, aquele que estabelece a escolha de apenas um método para a elaboração do conhecimento científico. Tal abordagem demanda tanto a aplicação de métodos já experimentados no campo de várias ciências particulares, quanto a formulação de novos. Mas esta característica não é uma peculiaridade somente da abordagem ambiental, ela reflete a identidade própria da geografia em muitas de suas experiências. (MENDONÇA; KOZEL, 2004, p. 136).

Analisando os dizeres dos autores acima citados, pode-se constatar então, que o turismo também se enquadra como multidisciplinar e capaz de ser estudado por várias vertentes, a fim de se chegar a um consenso sobre a sua importância num contexto mais amplo. O turismo sazonal deve ser pesquisado e analisado para que seus principais pontos sejam caracterizados, e posteriormente, cientificamente trabalhados.

2.5 INTERRELAÇÃO ENTRE AS CAUSAS E AS ESTRATÉGIAS DE ATENUAÇÃO DA SAZONALIDADE

Numa perspectiva de minimizar os efeitos da sazonalidade e, particularmente, nos destinos turísticos consolidados, mas que sofrem anualmente com tais efeitos (como é o caso dos municípios do Litoral do Paraná e mais especificamente Guaratuba), o necessário planejamento turístico, não pode deixar de considerar formas de desenvolvimento em benefício de um crescimento turístico temporalmente mais equilibrado e, conseqüentemente, mais sustentável. Se a isto acrescer uma forte dependência econômica da atividade turística em áreas como Guaratuba, então, essa necessidade torna-se imperativa, nomeadamente, no sentido de potencializar a atratividade dos investimentos no setor, com vista a atrair demanda em diversas épocas do ano. Na sequência deste propósito, os investidores desses destinos mais fortemente afetados pela sazonalidade poderão assumir uma expectativa legítima de ganhos de eficiência e de potencial real de crescimento a partir de um equilíbrio maior de fluxo de demanda em diferentes épocas do ano.

De fato, se a redução da sazonalidade num destino for conseguida através do incremento da procura em épocas de menor fluxo, sem prejudicar a manutenção dos números e taxas de crescimento da alta temporada, poder-se-á esperar um duplo efeito, ou seja, a maior eficiência da atividade turística na alta temporada e um crescimento real da procura e das receitas na baixa temporada. Nesta perspectiva mais otimista, o fenômeno poderá ser visto como um desafio ou oportunidade conducente a um crescimento turístico mais equilibrado/ sustentado da área de destino.

Perseguir esse desafio poderá passar pela implementação da estratégia de diversificação da procura turística (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009), desenvolvida em duas vertentes complementares e inter-relacionadas:

A atração de diferentes origens e diferentes segmentos turísticos, cujo perfil se revele com forte potencial de captação para épocas de menor afluxo turístico na área de destino. O trabalho de identificação e posterior seleção destes segmentos/ origens, deverá ser alicerçado nos resultados de um estudo aprofundado sobre os constrangimentos de visita/ consumo dos turistas em determinadas épocas (particularmente na época baixa) e, por outro lado, sobre as motivações de visita e comportamentos de consumo em diferentes épocas do ano na área de destino. (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 3).

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

Difícilmente se encontrará uma área de destino em que a sazonalidade da procura seja explicada apenas através de um dos fatores enunciados. A justificativa da existência da sazonalidade pode estar num estudo sobre as motivações de consumo dos turistas em diferentes épocas do ano e os efeitos que as mesmas trazem ao núcleo receptor.

No sentido de melhor compreender as interações entre as causas da sazonalidade, justifica-se introduzir a análise de suas causas. A concentração da procura verificada num destino poderá ser justificada, predominantemente pela influência de fatores inerentes ao próprio destino, como por exemplo: clima, infraestrutura etc., à origem dos turistas, ou ainda, a uma correlação entre ambos. Butler²⁸ (2001 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009) sugere que:

É a interação entre as forças que determinam os elementos naturais e institucionais da sazonalidade do turismo, tanto nas áreas emissoras como receptoras, assim como, as modificações provocadas pelas ações dos setores público e privado que criam o padrão da sazonalidade turística. (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 12).

Essa consideração vem acentuar o caráter multigeográfico e multidisciplinar da sazonalidade, ou seja, a sazonalidade que caracteriza a procura num dado destino, pode, em alguns casos, ser essencialmente explicado por fatores relacionados com a origem dos turistas. Verifica-se assim, que uma área de destino pouco sujeita às variações climáticas, ou até mesmo caracterizada por um clima estável, possa registrar fortes flutuações sazonais da procura, pois muitas vezes essa sazonalidade não está apenas ligada ao clima, mas também à oferta de opções de lazer e infraestrutura em épocas que não sejam as de férias ou o verão.

Torna-se importante argumentar que nem sempre as variações climáticas são as únicas a afetar um destino, existem outras condicionantes que não se encontram apenas no destino, mas podem estar no local de emissão de fluxos turísticos. Neste caso, a grau de sazonalidade poderá ser maior, quanto maior for a dependência do destino das motivações dos mercados emissores.

²⁸ BUTLER, R. **Seasonality in Tourism**: Issues and Implications. Seasonality in Tourism. T. Baum

As causas da sazonalidade poderão então organizar-se em função do seu impacto primordial na origem ou, no destino dos turistas. Para Lundtorp *et al*²⁹ (1999 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009):

Sugerem a sua classificação como fatores *push* - relativos à origem ou, *pull* – relativos ao destino. Isto significa que alguns dos fatores tenderão a influenciar o turista, “empurrando-o” para a área de destino e, outros a exercer um efeito de atração a partir do destino, o que, mais uma vez, vem reforçar a noção da influência dos fatores explicativos no comportamento de consumo do turista. (ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 12).

O autor sugere que para um turista visitar um destino ele precisa ser atraído por ele ou ser “empurrado” para ele e que existem fatores que devem ser levados em consideração tanto na origem, quanto no destino. Acredita-se que esses fatores tenham sido citados anteriormente, pois levam em consideração a sazonalidade natural (fatores climáticos), a institucional (fatores sócio-econômicos e sócio-culturais) e a comportamental (fatores motivacionais). Nesse contexto, Butler e Mao³⁰ (1996 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 12) referem-se à influência da modificação do padrão sazonal por parte das organizações responsáveis pela gestão do destino, pois o importante são as orientações estratégicas para atenuar a sazonalidade de acordo com as combinações entre o planejamento turístico, as opções de oferta e os níveis de procura. Conforme Almeida e Kastenholtz (2009, p. 13), o processo modificação materializa-se essencialmente em três vetores: “a diversificação das atrações no destino, a diferenciação sazonal do preço e a diversificação dos mercados de origem.”

Lage e Milone (2000) sugerem a importância de quatro estratégias que podem auxiliar na modificação dos padrões sazonais:

A diversificação do *mix* de produto; a diversificação dos mercados (em relação aos segmentos turísticos); a diferenciação dos preços e a influência da decisão política facilitando uma maior repartição do período de férias ao longo do ano, atuando, por conseguinte, nos fatores de oferta e demanda em simultâneo. (LAGE; MILONE, 2000, p. 124).

Como se pode comprovar, a revisão da literatura evidencia a importância da estratégia de diversificação da procura para a atenuação da sazonalidade, quer em

²⁹ LUNDTORP, S. *et al*. **The Off-season is ‘no-season’**: the case of the Danish island of Bornholm. *Tourism Economics* 5 (1), p. 49-68, 1999.

³⁰ BUTLER, R.; MAO, B. **Seasonality in Tourism: Problems and Measurement**. *Quality Management*

nível das origens como dos segmentos de mercado. Os alvos desta estratégia só deverão, no entanto, ser selecionados de acordo com os resultados de estudos apropriados na área de destino, que comprovem as possibilidades reais da sua implementação. Isso poderá passar pela comprovação da existência de motivações de visita e consumo diferenciadas em cada época, para além da percepção das causas e conseqüências de visita em determinadas épocas do ano, que resultam na formação dos desequilíbrios temporais verificados no destino. O estudo que se apresenta em seguida tem o propósito de consolidar estes argumentos e caracterizar a sazonalidade do turismo no município de Guaratuba – PR, suas causas e efeitos.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA – PR

Como contribuição ao estudo empírico que segue no Capítulo IV, este Capítulo procurou caracterizar o município de Guaratuba para melhor compreensão dos dados analisados e obtidos e todo o contexto geográfico e econômico onde ele está inserido, ou seja, o Litoral do Paraná.

3.1 O LITORAL DO PARANÁ

A apropriação das orlas das praias é um fenômeno recente na história dos assentamentos costeiros e decorre de um interesse específico pelos litorais, não presente anteriormente como manifestação cultural, que é o uso da forma de ocupação baseada em balneário.

Invariavelmente vinculado a cidades próximas que concentram a produção do capital e onde residem permanentemente seus freqüentadores, os veranistas, o uso desta forma de ocupação no formato de balneários tem gerado assentamentos que se caracterizam, sobretudo pela presença dominante das segundas residências, de utilização temporária e pela ocupação longitudinal das orlas, que configura manchas urbanas estreitas e alongadas e que tendem a ocupar toda a extensão das praias, conforme mostra a figura 3.



FIGURA 3 – OCUPAÇÃO CONTINUADA DO LITORAL PARANAENSE

FONTE: Imagem de satélite LANDSAT – INPE, adaptada por SAMPAIO (2006, p.184)

No Estado do Paraná, a forma de ocupação baseada em balneários se iniciou na década de 1920, mas se desenvolveu, efetivamente, a partir dos anos 1950, por um processo intenso de apropriação que dominou completamente suas orlas oceânicas ao sul da baía de Paranaguá, e da qual derivaram danos como a erosão costeira, o comprometimento de cursos e corpos d'água, a destruição da paisagem e a expulsão de colônias de pescadores, além de problemas urbanos, como a desordem viária e a baixa qualidade ambiental dos assentamentos. (IPARDES, 2008).

Essa forma de ocupação nos espaços litorâneos se define contemporaneamente pelo desejo dos banhos de mar e do estar à beira-mar, para os “banhos de sol”, o caminhar, o relaxamento, a prática de esportes, o encontro, e tem nas praias seu local de realização, e nos verões, sobretudo, seu tempo de efetivação. Traz consigo duas características determinantes, conforme Sampaio:

Primeiro, o interesse do estabelecimento junto às praias, do que tem derivado a apropriação de suas orlas (o que não ocorria por outros usos),

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

certos períodos – nas vilegiaturas, notadamente, mas também nos feriados e finais de semana – e o vazio na maior parte do tempo o que produz, por sua vez, a ociosidade de sua base construída – habitações, comércio, serviços e infra-estruturas técnicas e sociais – nessas ausências, e, particularmente em países ou regiões subdesenvolvidos, a sobrecarga e a incapacidade de atendimento nos picos de frequência, com conseqüências especialmente graves para o meio ambiente. (SAMPAIO, 2006, p.170)

Nesse contexto de sazonalidade, pode-se dizer que grande parte Litoral do Paraná sofre com as altas demandas no decorrer da temporada de verão e sofre com a ociosidade durante todo o resto do ano, gerando graves problemas de ordem social, ambiental, cultural, econômica e administrativa.

O litoral paranaense se localiza entre os paralelos 25° e 26° de latitude sul e 48° e 49° de longitude oeste (IPARDES, 2010). Ainda segundo a mesma fonte, tem uma superfície total de 6.061,2 km², que representa apenas 3% da superfície do Paraná, e uma população total de 255.320 habitantes em 2007 (IPARDES, 2010).

Este litoral caracteriza-se pela sua diversidade física e biológica, que influenciou a sua forma de ocupação, condicionando seus usos. Deste modo, a análise das inter-relações entre a base natural, a ocupação e seus usos pode contribuir para identificar e caracterizar conflitos e tendências, ou seja, os conflitos sociais, por exemplo, e a tendência em se caracterizar, principalmente em municípios praianos, como de segunda residência.

Conforme Pierri *et al.* (2006), o Paraná é um estado de planaltos, que perfazem em torno de 95% do seu território, sendo as suas outras duas unidades de paisagem a Serra do Mar e o litoral, com apenas 5%. Contudo, o autor enfatiza que a diversidade se concentra nessas duas unidades. Também, nelas ocorrem morros e serras de até 1.600 m de altitude, remanescentes de antigos planaltos, planícies e leques aluviais, planícies costeiras, grandes ilhas costeiras e amplos complexos estuarinos. (PIERRI *et al.*, 2006) (figura 4).

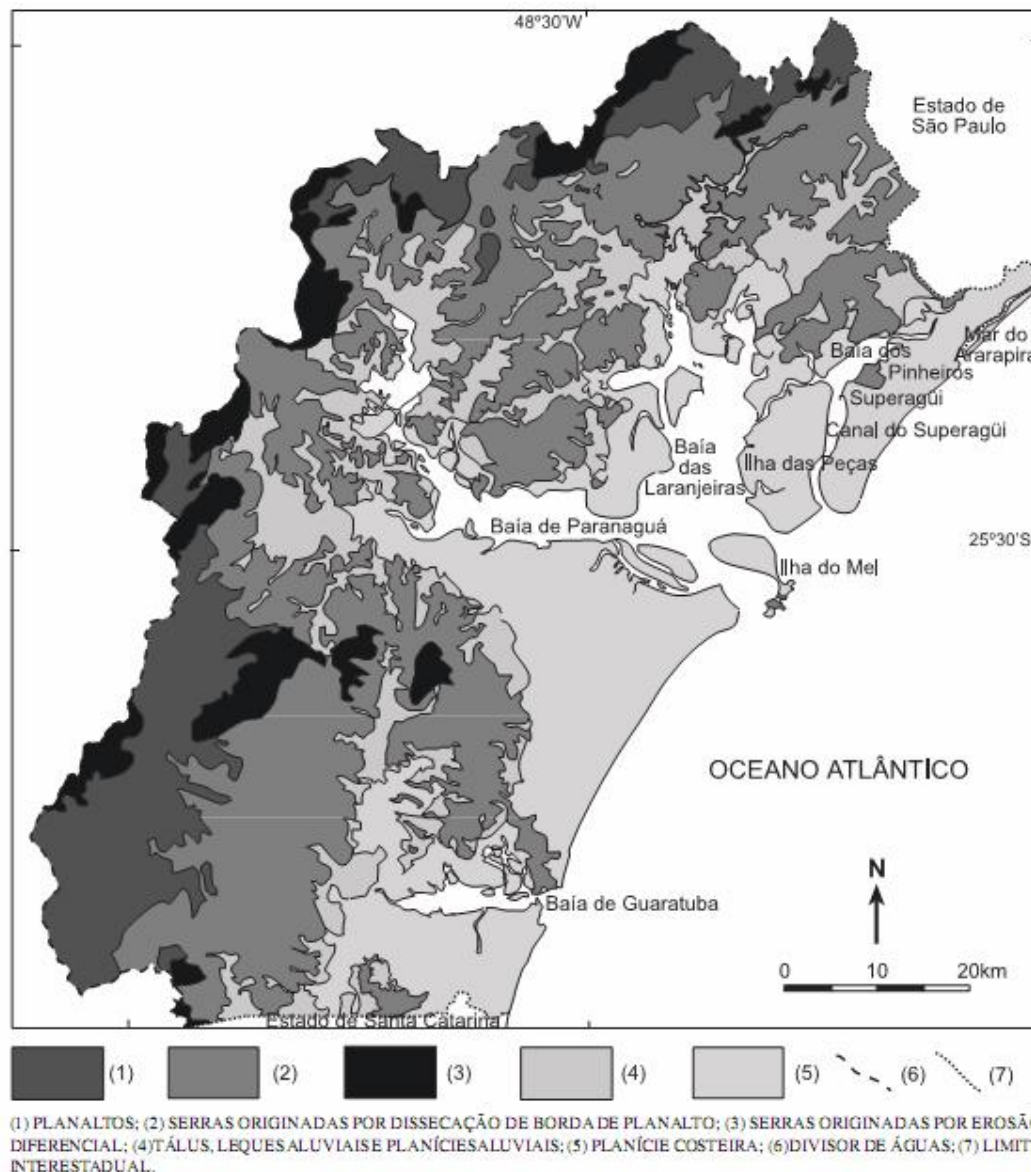


FIGURA 4 - PRINCIPAIS UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS DA REGIÃO LITORÂNEA PARANAENSE.

FONTE: PIERRI *et al.* (2006, p.140).

Angulo (2000) afirma que os complexos estuarinos originam uma costa muito recortada e que enquanto a costa oceânica possui em torno de 100 km, as costas estuarinas têm aproximadamente 1.300 km. Ainda o mesmo autor acrescenta que a extensa linha de costa, associada à diversidade geológica, geomorfológica e dinâmica do litoral, propicia a formação de numerosos tipos de costa. Considerando a morfologia e a dinâmica de ondas, marés e correntes associadas, podem ser reconhecidos três tipos principais de costa (figura 5): estuarinas, oceânica e de desembocadura (ANGULO, 2000). Pierri *et al.* (2006) acrescenta que:

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

As costas oceânicas são dominadas pela ação das ondas e se caracterizam por suas praias arenosas e dunas frontais. As costas estuarinas são dominadas pelas marés e apresentam planícies de maré com predomínio de manguezais. Já as costas de desembocadura são dominadas pela ação das ondas e das correntes de maré e se caracterizam por suas praias e por sua grande mobilidade. Neste tipo de costa são freqüentes intensos processos de erosão e sedimentação com grandes deslocamentos da linha de costa (PIERRI *et al.*, 2006, p.139).

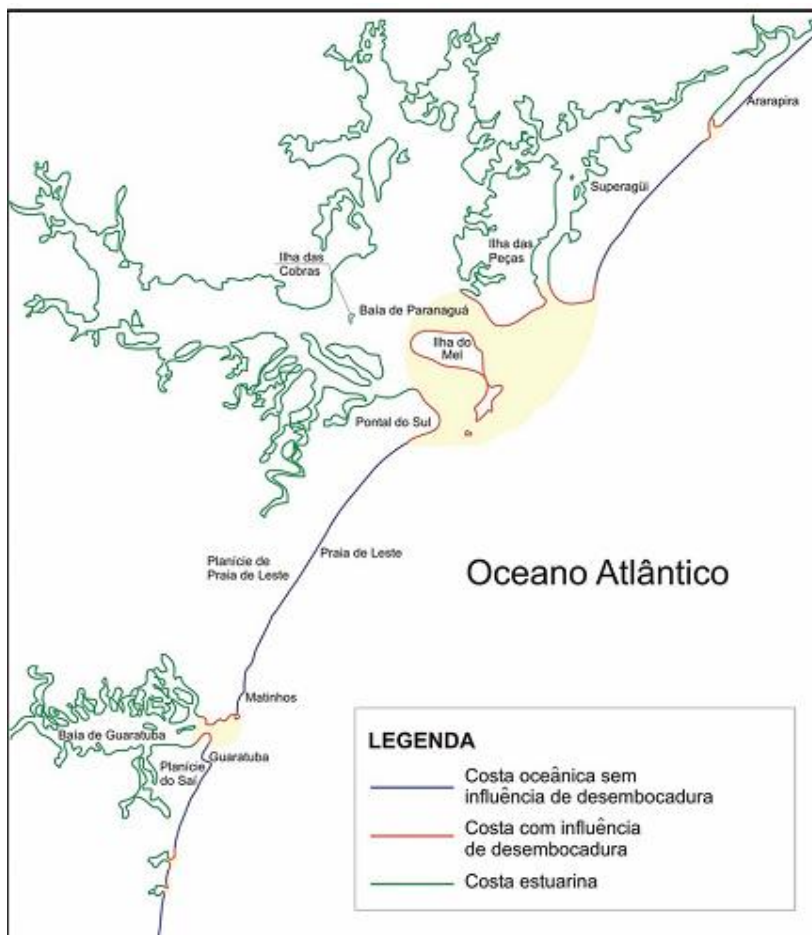


FIGURA 5 – TIPOS DE COSTA. AS PRAIAS CORRESPONDEM À COSTA OCEÂNICA SEM INFLUÊNCIA DE DESEMBOCADURA E À COSTA COM INFLUÊNCIA DE DESEMBOCADURA
 FONTE: Adaptado de Angulo e Araújo³¹ (1996) por SAMPAIO (2006, p.171).

No Paraná, as praias se localizam ao longo de sua faixa atlântica e em alguns trechos das embocaduras de suas duas baías. Totalizam 126 km, distribuídos de noroeste para sudeste, conforme IPARDES (2010): 31,0 Superagüi, 12,6 Ilha das Peças, 0,2 Ilha das Cobras (Baía de Paranaguá), 26,0 Ilha do Mel, 42,6 Orla

³¹ ANGULO, R. J; ARAÚJO, A. D. de. **Classificação da costa paranaense com base na sua dinâmica como subsídio à ocupação da orla litorânea.** Boletim Paranaense de Geociências, n. 44.

continental entre as Baías de Paranaguá e de Guaratuba (planície de Praia de Leste), 13,6 Orla continental ao sul da Baía de Guaratuba (Planície do Saí).

Do ponto de vista administrativo, o litoral paranaense é formado por sete municípios: Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Sul, Matinhos e Guaratuba (IPARDES, 2009). Até meados do século XVII, a área total pertencia ao estado de São Paulo, tendo-se desmembrado Paranaguá, em 1648, e sucessivamente os demais, sendo o último a ser criado o de Pontal do Paraná, em 1997 (PARANAGUA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2010). São municípios muito próximos a Curitiba, a capital do estado: Antonina, o mais próximo, dista 63 km de Curitiba, e o mais longe, Guaraqueçaba, 158 km (IPARDES, 2010). Antonina e Morretes, localizados no fundo da Baía de Paranaguá, não alcançam o mar aberto, e Matinhos é o único que tem costa exclusivamente para mar aberto. De extensão bastante desigual, Matinhos é o menor, com 111,5 km² (2% do total litorâneo); e o maior, Guaraqueçaba, com 2.159,3 km² (35% do total) (IPARDES, 2010).

Percebe-se que o espaço e a população permanente estão distribuídos de forma muito desigual, apresentando densidades municipais bem diferentes. Paranaguá, com apenas 11% da superfície total, concentra 54% dos habitantes (139.796), e Guaraqueçaba, com 35% da superfície total, tem apenas 4% da população (7.843 habitantes) (IPARDES, 2010). A densidade populacional média é de 38 hab/km², mas varia entre 4 hab/km², em Guaraqueçaba, 24,69 hab/km² em Guaratuba e 217 hab/km², em Matinhos, seguido por Paranaguá, com 191 hab/km² (IPARDES, 2010).

Do decurso histórico resultou que as orlas das praias ao norte da Baía de Paranaguá – no Superagüi e na Ilha das Peças –, sobretudo pela dificuldade de acesso por terra, restassem à margem do processo de ocupação para uso balneário, o que se consagrou a partir dos anos 1980, quando se viram incluídas em Unidades de Conservação, que abrangem quase a totalidade da parte norte da região litorânea (ao norte da baía de Paranaguá). (PIERRI *et al*, 2006).

Conforme Paranaguá, Prefeitura Municipal (2010), a Ilha das Cobras tem acesso proibido e nela funcionou um antigo presídio (desativado), posteriormente o local passou a abrigar a residência oficial de verão do governador do Estado, de modo que sua pequena praia está reservada para uso exclusivo.

A Ilha do Mel é freqüentada desde a década de 1930 por famílias curitibanas

utilização, o que está relacionado à valorização da ilha, como um dos locais mais bonitos do litoral paranaense, mas, também, com a melhoria dos seus meios de acesso e com a disponibilidade de energia elétrica (SAMPAIO, 2006). Mas, no que diz respeito à apropriação territorial, Paranaguá, Prefeitura Municipal (2010), a principal área da ilha se encontra protegida por Unidades de Conservação, ficando destinados à ocupação apenas pouco menos de 5% de sua área total.

Conforme Sampaio (2006), o curso da ocupação foi o mesmo nos diferentes trechos da orla. No que diz respeito à modalidade de assentamento, foram sempre parcelamentos do solo, na forma de loteamentos, chamados balneários, com predominância quase absoluta de localização com frente para a praia, e, na maioria das vezes, sem continuação, continente adentro, por outro empreendimento. As exceções ocorreram notadamente em Matinhos, que cresceu para o interior à medida que se transformava em cidade; entre Matinhos e Caiobá, onde o espaço de orla estava todo ocupado pelo empreendimento Cidade de Caiobá, e junto a Guaratuba, onde os primeiros balneários se fundiram à cidade pré-existente. (SAMPAIO, 2006).

Em fins dos anos 1970 começa a ter evidência um conjunto de problemas derivados do uso da orla oceânica, e estudos realizados no âmbito governamental estadual identificam sua origem no processo de urbanização ocorrido nas três décadas anteriores (ANGULO, 2000). Tais problemas, reconhecia o diagnóstico, provinham obviamente da extensão que a apropriação balneária alcançava, mas decorriam, sobretudo, da desordem com que esta se fazia, quadro que tendia a se agravar pelo ritmo de seu crescimento (IPARDES³², 1980 *apud* SAMPAIO 2006, p. 176).

Conforme Angulo (2000), como resultados do parcelamento do solo (e urbanizações posteriores), em si, eram apontados prejuízos como a erosão costeira em Matinhos, Caiobá e Guaratuba (provocada pela construção de vias e passeios sobre a praia), o risco de erosão em outros locais (motivado pela ocupação de trechos sujeitos aos ciclos de variação da linha de costa), o impedimento dos movimentos naturais das desembocaduras de pequenos rios no oceano (condicionados pelos traçados dos loteamentos), além do comprometimento da

³² INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Padrões e normas técnicas para a ocupação e uso do solo no litoral paranaense.** Curitiba:

paisagem e da expulsão de colônias de pescadores, esta última pela valorização imobiliária que se produzia. Das edificações altas, em Caiobá e Guaratuba, se anotavam danos à insolação das praias, pelas sombras que projetavam durante várias horas do dia, o comprometimento da paisagem, por sua descontextualização, com consequências, inclusive, para a própria utilização das praias, e as obras de defesa que impunham à dinâmica marinha, quando localizadas em áreas afetadas por erosão, e que poderiam ser, elas mesmas, reprodutoras dos processos erosivos. (ANGULO, 2000).

Pode-se perceber, portanto, que da ausência quase absoluta de infraestrutura técnica e da incapacidade operacional, iniciou-se a poluição dos rios, baías e trechos da orla oceânica por esgotos e lixo domésticos, o que, notadamente, se agravaria com a proliferação dos altos edifícios.

Conforme Sampaio (2006), nos anos 1980, o Governo do Estado percebe que os problemas referentes à ocupação adquiriam dimensões preocupantes no litoral paranaense. Nesse instante, o Estado cria um documento chamado “Padrões e normas técnicas para a ocupação e uso do solo no litoral paranaense” (IPARDES, 1980), que seria o primeiro estudo de abrangência regional elaborado após o de 1966, mas que, ao contrário daquele, que visava ao planejamento para uma ocupação predominantemente ainda por ocorrer, se realizava agora na contingência da necessidade de controle sobre um processo intenso e desordenado e que já definia todo o espaço balneário.

Sampaio (2006) ainda argumenta que, entre as causas da situação diagnosticada, o estudo reconhecia a fragilidade institucional dos municípios praianos, cujas condições – legislação urbana precária e insuficiência de recursos financeiros e humanos – os situavam muito aquém do conjunto de forças que produziam seus espaços e, notadamente, suas orlas, onde se constatava a franca predominância dos interesses ligados à produção imobiliária. Desse modo, e como documento de caráter consultivo que era, além de recomendar às instâncias governamentais estaduais todo um conjunto de normas para o ordenamento do uso e ocupação do solo na Região Litoral (como um todo), o estudo propunha ainda alternativas para a interferência direta do Governo Estadual naquele território (inclusive em suas áreas urbanas), a fim de impor critérios e controles que os municípios não praticavam.

Identificou-se que todo este trabalho tentou conter um crescimento desordenado e sem qualquer planejamento que transformou a região da orla litorânea paranaense num território sem lei e de grande especulação.

Conforme Sampaio (2006), uma das alternativas propostas, a que sugeria, com base na Lei Federal 6.513/77, o enquadramento do litoral paranaense como área especial de interesse turístico – prosperou, e acabou por se realizar, ainda no mesmo ano da apresentação do estudo, pela Lei Estadual 7.389/80, que assim efetivava porções dos seis municípios litorâneos, e franqueava ao governo estadual poderes sobre essas áreas, que incluíam o estabelecimento de normas para seu aproveitamento, a função de anuir, previamente às municipalidades, sobre aprovações de parcelamentos do solo, e também o direito de fiscalizar. E à Lei 7.389/80 seguiu-se um processo que culminou em 1984 com o Decreto 2.722, que permanece vigendo e que regulamentou para aquela lei onze categorias de áreas e locais de interesse para fins de proteção.

Torna-se importante salientar que a eficácia da intervenção estadual para o controle da ocupação do solo pelo uso balneário no litoral paranaense, passados já mais de vinte anos desde seu estabelecimento, é visível, notadamente no que diz respeito ao conjunto volumétrico de maior porte, e, de certo modo, pode ser considerado, pelo momento em que ocorreu (1984), como “um golpe de sorte”, que impediu que a orla sul do estado tivesse destino semelhante ao de outros balneários, onde a ausência de parâmetros construtivos adequados gerou os conhecidos “paredões” de edifícios na linha de frente para a praia, geradores das “ilhas de calor” nas quadras seguintes, pela ausência de ventilação.

Para Sampaio (2006) dois anos depois, por razões conjunturais nacionais que escapavam completamente às motivações que geraram o Decreto 2.722/84 (o “Plano Cruzado” e o fechamento dos financiamentos para a área imobiliária pelo extinto Banco Nacional da Habitação – BNH), houve um forte redirecionamento dos investimentos da indústria imobiliária, que, vendo reduzidos seus mercados de habitações, dependentes de financiamento de longo prazo para sua comercialização, passaram a concentrar suas ações (e capitais próprios) na produção de imóveis destinados às camadas sociais de maior renda, capazes de adquiri-los sem o apoio de financiamentos, o que fez das segundas residências nas áreas balneárias mais valorizadas um segmento importante a ser explorado.

Notadamente percebe-se a importância do uso balneário em praticamente boa parte da costa paranaense. Conforme Pierri *et al* (2006), o uso balneário acarreta dois grandes processos que envolvem populações diferentes e que acontecem em diferentes ritmos, e até certo ponto, em diferentes espaços. Por um lado, a afluência dos turistas, sejam aqueles que constroem suas segundas residências, impulsionando a urbanização mais próxima ao mar e de melhor qualidade, como aqueles que visitam o litoral sem possuir casa própria. Trata-se de uma população de presença concentrada na temporada de verão e feriados próximos, e, em muito menor grau, nos fins de semana do resto do ano. Por outro lado, a afluência permanente de pessoas que vêm de outras regiões para estabelecer sua moradia no litoral, com expectativas de melhorar sua renda e qualidade de vida, em grande parte pessoas de baixa renda, buscando novas oportunidades. Eles ocupam espaços menos valorizados, regular ou irregularmente, e impulsionam a urbanização mais precária, sofrendo dia após dia as carências presentes de infra-estrutura e serviços.

Um indicador do primeiro processo é o fluxo de turistas na temporada. As estatísticas da Secretaria de Estado do Turismo - SETU (2010) informam que este atingiu uma média de 1.518.826 pessoas nas temporadas do período 2000 a 2006, com um mínimo de 1.365.885 turistas em 2002, e um máximo de 1.643.892 turistas, em 2005.

No conjunto dos dados analisados (SETU, 2010) analisa-se que o uso turístico do litoral serve, principalmente, aos moradores do estado, e destes, particularmente, àqueles que moram na capital, grande parte dos quais possuem nele casa própria. Isto, somado a pouca distância e a estradas em condições relativamente boas, permite-lhes frequentá-lo assiduamente.

Conforme Moura e Werneck (2000), o uso balneário se caracteriza pela procura das praias e a sua ocupação. No Paraná, inicialmente, os balneários se localizaram nas praias mais abrigadas, onde morros próximos ou bancos de areia diminuía a energia das ondas. Tal o caso das praias mansas de Caiobá e Matinhos, e as praias de Guaratuba e Pontal do Sul.

Posteriormente, foram sendo ocupadas as praias de maior energia de ondas até formar a ocupação contínua do litoral sul do Paraná. No litoral norte, o processo de ocupação por uso balneário foi retardado pela falta de acesso terrestre adequado

setor, todas as praias localizam-se em ilhas naturais ou artificiais, como é o caso de Superagüi; uma península que foi isolada do continente pela escavação do canal do Varadouro nos anos 60 do século XX. Ainda, segundo o mesmo autor, posteriormente, o potencial de ocupação foi extremamente reduzido, com a criação do Parque Nacional do Superagüi, que inclui as praias do Superagüi e Ilha das Peças, a APA (Área de Proteção Ambiental) de Guaraqueçaba e a APA de Guaratuba. Também comenta que foram excluídas do parque as vilas de pescadores, notadamente a Vila das Peças e a da Barra do Superagüi, que vem sofrendo crescente pressão por ocupação turística, pois a partir destas vilas se tem acesso às praias desertas do parque.

Finalmente, analisando as palavras de Pierri *et al* (2006) a grande extensão de natureza preservada do litoral paranaense, de valor ambiental mais que econômico, propiciou, no contexto político contemporâneo, de preocupação pela proteção da natureza e da biodiversidade, que se tenha constituído a maior parte de seu território em área de conservação.

Concluí-se, dessa forma, que no presente, o litoral deste estado pode-se definir como uma grande área de conservação (82% de seu território) (IPARDES, 2010) com um grande porto de exportação. Portanto, ambos os usos de seu solo não atendem primeiro, nem principalmente, à população litorânea: o primeiro, teoricamente, atende às gerações presentes e futuras; o segundo, ao comércio internacional, à economia do país e do estado e, em particular, aos setores produtivos exportadores. (SAMPAIO, 2006)

Secundariamente, o litoral destina parte de seu solo para o uso balneário e o uso pesqueiro. O primeiro, para desfrute principal dos cidadãos curitibanos e de outras regiões que escolhem esse lugar para descansar em certas épocas do ano; e o segundo, o uso pesqueiro, é o único cujos beneficiários principais são pessoas que vivem no litoral o ano todo. (SAMPAIO, 2006)

Portanto, pode-se considerar que os principais usos historicamente determinados do solo do litoral do Paraná alienam a sua população de seus principais benefícios, formulando novamente o paradoxo do contraste entre riqueza natural e pobreza social, mas também o contraste entre tanta riqueza social de outros, externos à região, e a pobreza dos locais.

3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCADO TURÍSTICO DO LITORAL DO PARANÁ

O mercado do turismo no Litoral tem cumprido um papel relevante na geração de emprego e de renda e na distribuição da população do território, sendo, portanto um vetor da estruturação sócio-espacial da região.

Conforme IPARDES (2008), a Região Turística do Litoral no Paraná tem seu pólo econômico em Paranaguá, cuja economia está fortemente vinculada às atividades portuárias, que são demandantes em larga escala dos serviços disponibilizados pelos estabelecimentos comerciais da Cadeia Produtiva do Turismo. Nos demais municípios, esses serviços destinam-se a atender a uma demanda local e a outra associada ao turismo de lazer. É isso que explica, em Paranaguá, o uso mais intenso dos equipamentos da cadeia produtiva nos meses considerados de baixa temporada, conferindo certa constância ao ritmo das atividades durante todo o ano e sua intensificação nos meses de verão, com o turismo de sol e praia, o que caracteriza a sazonalidade das atividades da cadeia nos demais municípios da região.

Assim, pode-se afirmar que duas situações conferem particularidade ao turismo no Litoral. Conforme IPARDES (2008), de um lado está a sazonalidade, especialmente nos municípios que dependem do turismo de sol e praia; de outro, as atividades econômicas do Porto de Paranaguá, que, embora avolumem o tamanho da atividade econômica geral, distorcem a grandeza do Produto Interno Bruto (PIB) turístico no conjunto da região.

Através da análise do estudo sobre a Cadeia Produtiva do Litoral do Paraná – IPARDES (2008) constatou-se que no mercado do Litoral predominam firmas micro e pequenas, administradas por seus proprietários, que têm na atividade comercial a sua principal ocupação. A grande maioria das empresas na região, por consequência, é formada por micro e pequenos negócios, com baixa capacidade de reprodução do capital. Os Meios de Hospedagem (hotéis e pousadas) e os Serviços de Alimentação são as atividades preponderantes da cadeia produtiva na região. Embora a situação seja semelhante em todo o Estado, o dinamismo destes no conjunto dos municípios do Litoral é altamente influenciado pela atividade turística.

O IPARDES (2008) analisou cada uma das atividades da Cadeia Produtiva do

à forma de propriedade, objetivo das operações, escala de operações, vínculo com o mercado e relações inter e intracadeia produtiva, que são as seguintes:

- Forma de propriedade - o tipo de sociedade predominante é a individual, com gestão familiar; os administradores tendem a conhecer a maioria dos aspectos da administração da empresa, mas não a mão-de-obra que nela trabalha, e não há participação geral no processo de tomada de decisão; são poucos os estabelecimentos que repassam parte dos processos administrativos a terceiros.
- Objetivo das operações - são direcionadas predominantemente ao mercado local; poucas vislumbram o mercado regional.
- Escala de operações - operam em pequena escala e, por consequência, tendem a ter uma participação muito limitada no mercado, pois são interdependentes do sistema geral e do comportamento do mercado global.
- Vínculo com o mercado - dada a escala, por outro lado, são independentes em termos de organização empresarial, pois não fazem parte de um sistema complexo, tal como uma pequena divisão de uma grande empresa. Porém, essa independência implica aos proprietários/administradores terem autoridade máxima e controle total da firma, embora sua liberdade possa ser refreada por obrigações para com fornecedores, instituições financeiras e para com as relações exigidas pelo Estado e/ou município; por isso, nesse caso, a independência é uma qualidade ruim para o quesito relacionamento com o mercado, pois, quanto mais independente o vínculo, menor a capacidade e o interesse da empresa em estabelecer relações de cooperação e parceria com vistas em ampliar a atuação no mercado.
- Relações inter e intracadeia produtiva - há dois carros-chefes na Cadeia do Turismo no Litoral: um, na atividade de Meios de Hospedagem e Serviços de Alimentação, espacialmente localizado nas cidades que oferecem sol e praia (Paranaguá (Ilha do Mel), Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná); outro, entre os Meios de Hospedagem e as atividades extracadeia, como são as indicativas da administração dos Portos de Paranaguá e Antonina; e um terceiro grupo que se sustenta com o desenvolvimento do turismo gastronômico e de patrimônio histórico (situado no eixo de Morretes, Antonina e Paranaguá). De outro lado, duas novas frentes de inter-relacionamento

começam a despontar na Região, uma ligada ao turismo religioso e outra às atividades voltadas ao turismo em áreas naturais, ou ecoturismo. Como destacado, a assimetria do mercado condiciona o estabelecimento de redes e contribui para sedimentar o ambiente de incerteza, aumentando os riscos inerentes a uma atuação cooperada entre as diversas atividades no mercado. (IPARDES, 2008)

Ainda analisando a pesquisa realizada pelo IPARDES (2008), percebe-se a falta de eficiência coletiva. Esse é um fator que contribui para restringir a oferta de novos atrativos e produtos turísticos formatados e competitivos, em sistema de cooperação de todos os elos da cadeia. Embora todos, empresários, moradores e turistas, concordem que o Litoral do Paraná tem muito a oferecer em termos de turismo, há queixas provenientes do poder público municipal em relação ao Estadual, das empresas em relação a ambos e ao governo federal e da comunidade em relação a todos os anteriores.

Dentro deste estudo o IPARDES (2008) constatou algumas barreiras que impedem o fortalecimento da Cadeia Produtiva do Litoral, que são:

a) escassa formação e desenvolvimento de gestão; b) limitações na capacitação e no desenvolvimento de recursos humanos; c) limitação nos sistemas de informação, desconhecimento do mercado e problemas de redução de custos e comercialização; d) falta de vínculo e desconhecimento do uso das novas tecnologias, com pouca ou nenhuma incorporação de inovação tecnológica, inclusive como ferramenta de marketing das empresas; e) difícil acesso a linhas de financiamento e crédito adequadas e em condições competitivas, por conta do desconhecimento dos mecanismos de crédito existentes para as micro e pequenas empresas. (IPARDES, 2008, p. 59)

Tais restrições observadas não devem representar limites intransponíveis ao desenvolvimento do setor. O Litoral precisa valorizar seu espaço e não esperar que o Governo do Estado ou apenas as Prefeituras façam algo. Toda comunidade deve trabalhar de forma coesa a fim de alavancar o crescimento da atividade na região para de certa forma minimizar os efeitos negativos advindos da sazonalidade.

Através de tais estudos, percebe-se que a sazonalidade acarreta grandes problemas de ordem social e econômica precisando ser estudada e principalmente analisada a ponto de se achar soluções que minimizem seus impactos perante os vários setores produtivos do litoral, para daí sim trazer um pouco mais de qualidade de vida para os indivíduos que nele vivem.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA - PR

A necessidade de estudos relacionados à sazonalidade tornam-se muito relevantes, pois podem apontar fatores que possibilitem auxiliar os destinos turísticos a se prepararem para receber turistas de todos os nichos de mercado, ou de nichos específicos o ano todo, facilitando a vida da população local, que sentirá sua auto-estima crescer como consequência do aumento do fluxo de turistas. Mas para que a sazonalidade deixe de existir, ou ao menos seja minimizada, é necessário que o turismo seja planejado de forma consciente e ordenada para não prejudicar o meio onde ele está inserido.

Como objeto de estudo desta pesquisa surge o município de Guaratuba, que sofre anualmente os efeitos negativos da sazonalidade.

3.3.1 Histórico de Guaratuba

O histórico do município que será apresentado a seguir reúne acontecimentos e datas tratados resumidamente, a fim de contemplar o objetivo de se entender os motivos e os processos que envolvem o início da vila, bem como fatos que no decorrer do tempo marcaram a história de Guaratuba. Vale mencionar que as informações históricas sobre a região são escassas e que o trabalho “A História do Município de Guaratuba” de Joaquim da Silva Mafra (1952) foi essencial para se discorrer sobre a maioria dos assuntos relacionados à história do município.

Os primeiros relatos a respeito do litoral paranaense foram feitos por Hans Staden, alemão que veio ao Brasil com destino ao Rio da Prata, que com ajuda de intérpretes estabeleceu os primeiros contatos com os povos da região, quando a embarcação aportou na Ilha de Superagüí. (PDDU PONTAL DO PARANÁ, 2001).

Conforme Mafra (1952), D. Luís Antônio Botelho Mourão obedecendo às ordens do Marquês de Pombal - ministro de D. Jose I, Rei de Portugal - Governador da Província de São Paulo (à qual o Paraná estava anexado), incumbiu, após anos de novos tratados, conflitos e invasões, de se encarregar do território paranaense, seu sobrinho Afonso Botelho Sampaio e Souza, com a seguinte missão: fortalecer o litoral, prevenindo-se contra um ataque espanhol. Assim, segundo o autor, as providências imediatas foram fortalecer a Ilha do Mel, construindo uma fortaleza, e

também ampliar os domínios territoriais portugueses, manter o controle sobre o comércio aurífero e facilitar, com a fundação da vila, o recebimento de impostos.

De acordo com Mafra (1952), em correspondência ao Marquês de Pombal, D. Luiz Antônio escreve, referindo-se a Guaratuba:

[...] e a favor da mesma conjuntura, tenho igualmente projectado fundar uma povoação, quatorze léguas mais abaixo para a parte do sul, e na enseada chamada de Guaratuba, por ser muito abundante de peixe, e com suficiente Barra, e ter citios de terras muito a porpozito, para a dita fundação, havendo juntamente nelles, minas de ouro, pelo que se faz muito preciso quem as defenda. (MAFRA, 1952, p. 5).

A história da fundação da Vila começa, segundo Mafra (1952), quando Afonso Botelho, dando cumprimento às ordens de D. Luiz, convocou todos os moradores da região para se reunirem na pequena povoação já existente, na enseada de Guaratuba. Reuniu 200 casais, dando-lhes ferramentas necessárias e demarcando-lhes as terras, de acordo com as necessidades e possibilidades de cada casal. (MAFRA, 1952).

Conforme Mafra (1952), quanto ao local onde seria levantada a nova vila, Dom Luís Antônio, aprovando o escolhido pelo seu Ajudante de Obras, determinou-lhe em carta de 14 de Abril de 1767:

Assim tornará Vmce. a ir ver aquela paragem, e examinará fundamentalmente o sítio para se fundar a povoação porquanto me parece muito melhor êsse da parte Sul, por muitas vantagens: a 1º pelo sítio que Vmcê. apontar ser capaz de conter uma cidade; a 2º pelo seu porto sossegado e abrigado dos ventos para facilitar o comércio; a 3º pelo fundo dela (baía de Guaratuba) ser capaz de conter grandes navios e permitir desembarque junto à praia; a 4º por ficar virada para o Sol. (MAFRA, 1952, p. 4).

Levantado em 30 de abril de 1771, o Pelourinho, de acordo com Mafra (1952), foi erguido no lugar em que mais tarde seria o Paço do Conselho e Cadeia, e posteriormente, o paço São Luís. Mafra o menciona como símbolo de justiça, pois era uma coluna erguida em praça pública, onde era exposto o criminoso aos castigos. Consistia de uma coluna de madeira de massaranduba, de quatro faces de dez palmos e daí pra cima oitavado, com quatro argolas de ferro, quatro espas e um cutelo no alto. (MAFRA, 1952).

Quando se efetivou o auto da criação da Vila de Guaratuba em 1771, já havia muitas casas, sendo nessa ocasião acesas fogueiras nas ruas à noite, para servirem de iluminação. (MAFRA, 1952). A 13 de maio de 1768, D. Luiz manda construir a

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

Igreja que serviria como posto espiritual à população e em 29 de abril de 1771 deu o nome à vila de Vila de São Luiz de Guaratuba da Marinha, constando das solenidades, a celebração da Santa Missa. Conforme Mafra (1952), em 30 de abril de 1771 foi eleita a primeira câmara municipal, com a aprovação da Vila e do ouvidor geral.

Conforme Mafra (1952), Saint'Hilaire³³, naturalista francês em viagem pelo litoral brasileiro, descreve a cidade de Guaratuba, em 1820:

Com umas quarenta casas, quinze mais ou menos formam o semi-círculo na margem da angra; as outras estão por trás destas, ao redor duma vasta praça coberta de grama, na extremidade da qual está a Igreja. As mais antigas não são mais que miseráveis choupanas construídas com taipa e em mau estado, mas pouco tempo antes da minha viagem, tinha-se construído algumas em pedra que eram bonitas. (MAFRA, 1952, p.5)

Com a proclamação da República em 1889, segundo Guaratuba, Prefeitura Municipal (2010), Guaratuba elegeu seu primeiro prefeito, Senhor Manoel Antônio de Souza, que assumiu o cargo até 1892, prosseguindo a localidade nesta condição legal até 20 de outubro de 1938, quando foi extinto o município, passando a fazer parte de Paranaguá como simples distrito. Ainda conforme dados da Prefeitura, em 10 de outubro de 1947, o município tem sua autonomia restaurada e Berilo da Cunha Padilha passa a ser o primeiro prefeito desta segunda fase administrativa. O município de Guaratuba fez parte da Comarca de Paranaguá até 1954, quando passou a representar Distrito Judiciário da Comarca de São José dos Pinhais, a Comarca de Guaratuba foi criada pela Lei 8280/86 e sua instalação ocorreu em 03/02/86, através da Portaria nº 747/86 (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2010).

A denominação do município de Guaratuba vem do tupi, que significa “muito guará” (“tuba, do indígena, quer dizer “em quantidade excessiva”), conforme Mafra (1952).

Os guarás (figura 6) são aves marinhas de cor vermelho escarlate, com asas longas e largas e a cauda bastante curta, existentes em excessiva abundância, habitando a região litorânea do Paraná (SEMA, 2001). Segundo o naturalista francês Saint'Hilaire (*apud* MAFRA, 1952), estes pássaros se encontravam também

³³ Saint Hilaire, Augustin François César Prouvençal (1779 - 1853). Foi um botânico, naturalista e viajante francês. Viajou alguns anos pelo Brasil, tendo escrito importantes livros sobre os costumes e

em Santos e em Santa Catarina, mas a desova só se dava na Ilha de Capim (antes Guará), na baía de Guaratuba. Ainda conforme o mesmo autor, desde o mês de agosto até novembro, eles se reuniam em grupos numerosos, fazendo ninhos toscos nos ramos dos mangues, e sua reprodução seria prodigiosa se o vento não derrubasse grande parte deles, ou se as aves de rapina não devorassem grande parte dos ovos. A cor de suas penas também atraiu a cobiça dos homens e a caça desse tradicional e precioso pássaro levou à quase total extinção dos guarás. (MAFRA, 1952)



FIGURA 6 – GUARÁ
FONTE: GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009.

Conforme SEMA (2001), já no século XVII foi decretada uma lei que proibia a molestação desses animais e de seus ninhos na região de Guaratuba, pois a espécie começa a se extinguir. Não obstante, essa medida foi uma das primeiras exigências governamentais brasileiras em prol da conservação da natureza. As populações de guará foram gradativamente declinando até que em 1979 deu-se o último registro desta espécie no Estado, sendo uma ave considerada ameaçada de extinção. (SEMA, 2001)

Segundo Mafra (1952), há uma particularidade que ensina Saint' Hilaire³⁴, no comentário que adiante se vê, anotado na sua passagem pela Vila:

³⁴ Saint Hilaire, Augustin François César Prouvençal (1779 - 1853). Foi um botânico, naturalista e viajante francês. Viajou alguns anos pelo Brasil, tendo escrito importantes livros sobre os costumes e paisagens brasileiros do século XIX.

Que embarcações de 80 a 100 palmos de comprimento podem entrar nela, mas não atracam diante da cidade. Em frente desta há um canal muito estreito, e além, uma dessas ilhas pantanosas cobertas das gramíneas chamadas paratuva. É do outro lado dessa ilha, que é muito pequena e de forma alongada, que atracam os navios. É de crer, de resto, que ela desaparecerá logo, pois, cada ano me disseram as águas carregam uma parte delas. (MAFRA, 1952, p. 8).

A ilha referida pelo historiador, conforme Mafra (1952) é a parte que foi coberta de paraturá, por onde se assenta o trapiche (figuras 7 e 8), e que nenhuma semelhança apresenta mais da ilha, confundindo-se numa só planície pantanosa que separa o canal, do platô da avenida Afonso Botelho (figura 9).

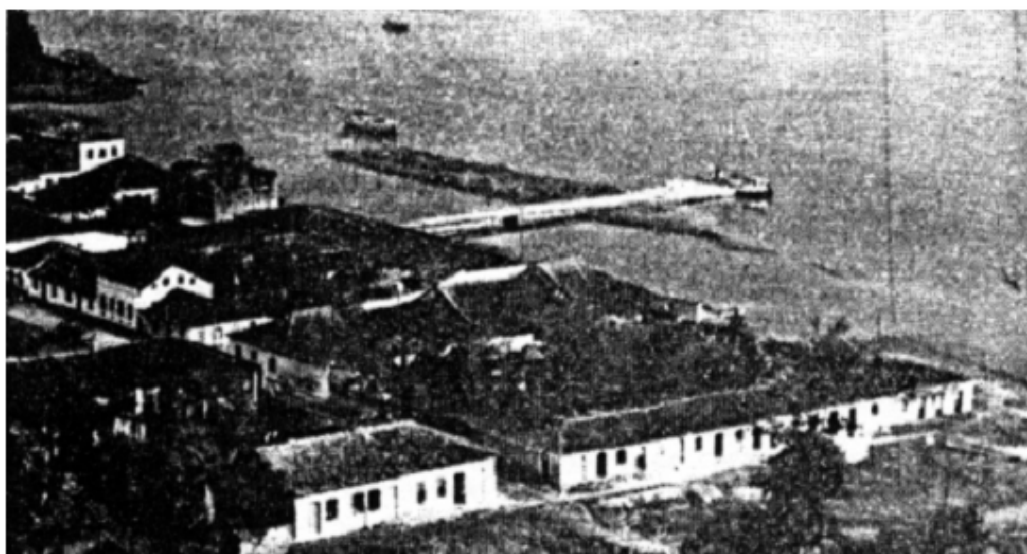


FIGURA 7 – VISTA DO TRAPICHE E DA PARTE ANTIGA DE GUARATUBA, TOMADA EM 1936 DURANTE A PREAMAR.

FONTE: Bigarella³⁵, *et al.* (1970 *apud* PDDI GUARATUBA, 2002, p.14).

³⁵ BIGARELLA, J. J.; SILVA, J. X. da; DUARTE, G. M. **O desastre de Guaratuba: Um estudo de**



FIGURA 8 – VISTA DO MURO DE ARRIMO E TRAPICHE, ANTES DO INÍCIO DA EROSÃO.
FONTE: Bigarella³⁶, *et al.* (1970 *apud* PDDI GUARATUBA, 2002, p. 14).



FIGURA 9 – OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO MURO DE ARRIMO E AVENIDA CORONE AFONSO BOTELHO EM 1954.
FONTE: Bigarella³⁷, *et al.* (1970 *apud* PDDI GUARATUBA, 2002, p.14).

Nesta área, além do antigo prédio da prefeitura (figura 10), foram destruídas algumas casas (figura 11) e um trapiche. O prédio que servia à prefeitura de Guaratuba, afundado quase por completo, provocou grandes problemas para o

município, principalmente pela documentação que desapareceu (PDDI, GUARATUBA, 2002). Segundo O Cruzeiro³⁸ (1968, *apud* PDDI GUARATUBA 2002), na noite de 22 para 23 de setembro de 1968, Guaratuba presenciou um acontecimento que ficaria marcado para sempre na história do município. Uma área, conforme figura 12, de cerca de 130 metros de comprimento por 50 metros de largura foi literalmente “engolida” pelo mar, sem registro de mortes. A figura 12 representa o esquema do local afetado pela erosão.



FIGURA 10 – PREFEITURA ANTIGA, ANTES DA EROSÃO MARINHA DE 1968.
FONTE: Paraná em Páginas³⁹ (1978, *apud* PDDI GUARATUBA, 2002, p. 14).



FIGURA 11 – CASAS DESTRUÍDAS COM O DESASTRE DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 1968.
FONTE: O Cruzeiro⁴⁰ (1968 *apud* PDDI GUARATUBA, 2002, p. 15).



FIGURA 12 – ESQUEMA REPRESENTATIVO DO LOCAL AFETADO PELA EROSÃO.
 FONTE: Bigarella⁴¹, *et al.* (1970, *apud* PDDI GUARATUBA, 2002, p.14)

A constituição do subsolo da área atingida, conforme Bigarella⁴² (1970) *apud* PDDI Guaratuba (2002), tem particular importância para a explicação das causas e processos envolvidos no desastre de Guaratuba. Ainda argumenta o mesmo autor, que em frente às primeiras edificações havia sedimentos arenosos e siltico-argilosos sobre os quais foram construídos o trapiche e o muro de arrimo de pedra com cerca de 3,5 metros de altura sobre a superfície dos sedimentos. O autor afirma que as vagas (que têm atuação erosiva condicionada a ventos), as correntes de marés (que circulavam em velocidades consideráveis, tornando-se um poderoso agente erosivo, removendo a proteção natural), o lençol freático (desequilibrado de suas condições hidrodinâmicas) e as variações ambientais introduzidas pela ocupação humana foram o conjunto de fatores que geraram o processo de afundamento, desmoronamento e deslizamento da área (figura13).

⁴¹ BIGARELLA, J. J.; SILVA, J. X. da; DUARTE, G. M. **O desastre de Guaratuba: Um estudo de Geomorfologia Aplicada**. Curitiba: Imprensa Paranaense S. A., 1970.

⁴² BIGARELLA, J. J.; SILVA, J. X. da; DUARTE, G. M. **O desastre de Guaratuba: Um estudo de**



FIGURA 13 – LOCAL DA EROÇÃO DE 1968

FONTE: Paraná em Páginas⁴³ (1978, *apud* PDDI GUARATUBA, 2002, p.15).

Conforme Guaratuba, Prefeitura Municipal (2010), naquela época um projeto de recuperação para a área foi elaborado pelo professor Arinos Xavier Tavares, constituído de um enrocamento de pedra com 180 metros de extensão, cujo eixo dista onze metros e meio do alinhamento do muro primitivo. Dados da Prefeitura dizem que a vantagem do enrocamento seria a execução mais econômica, quando comparada a outras soluções possíveis, assegurando garantia para a não-continuidade do processo e permitindo a recuperação quase total da área perdida. Mas o projeto não foi executado e hoje a imagem do local não se modificou muito desde 1968, conforme figura 14. Na figura 15 pode-se se observar a imagem atual do local que foi atingido pela erosão.



FIGURA 14 – IMAGEM ATUAL DO LOCAL ATINGIDO PELA EROSÃO DE 1968
FONTE: A autora (2010)

3.3.2 Principais vias de acesso

Guaratuba se interliga com o Paraná e outros estados do Sul do Brasil através das seguintes estradas (figura 15) estaduais e federais: PR-407; PR-412; BR-277. A construção e a pavimentação das vias de acesso à Guaratuba iniciam-se a partir da década de 60, gerando-se assim novas condições de fluxo e ocupação do litoral (PDDI, Guaratuba, 2002). Primeiramente é concluída a Estrada do Café e em seguida, em 06 de abril de 1968, é inaugurada a BR-277, estrada de acesso ao litoral paranaense, facilitando o acesso ao porto de Paranaguá (PDDI GUARATUBA, 2002).

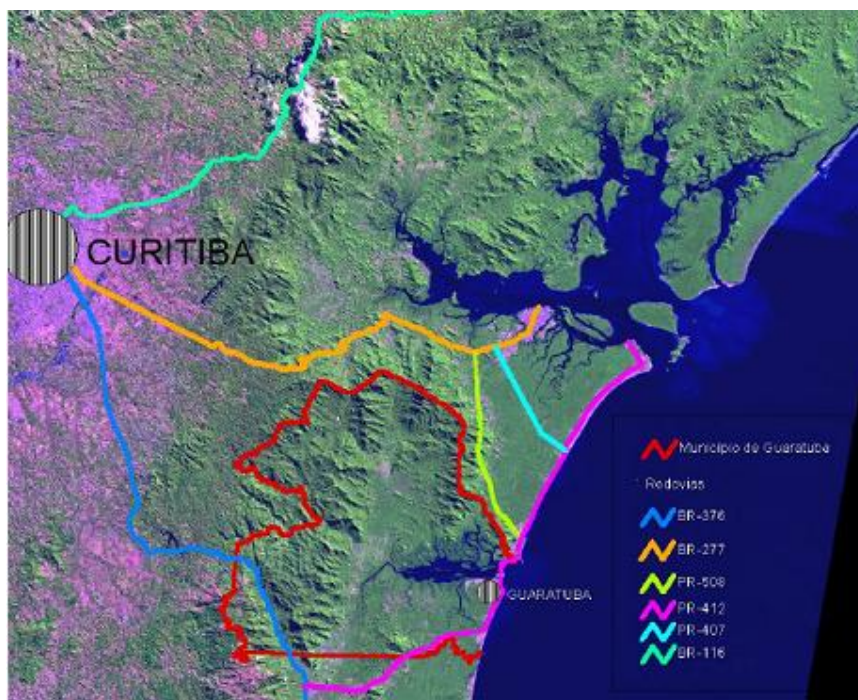


FIGURA 15 – ESQUEMA REPRESENTATIVO DAS PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO A GUARATUBA. FONTE: PDDI GUARATUBA (2002).

Segundo Guaratuba, Prefeitura Municipal (2009), a década de 70 é de extrema importância para o início da intensificação da ocupação urbana e da intensificação do fluxo de pessoas ao município de Guaratuba. Ainda segundo a Prefeitura Municipal, em 1º de janeiro de 1970 é implantada a PR-407, que liga a BR-277 à Praia de Leste, em 1971, a 10 de maio, inaugura-se a pavimentação do trecho da BR-376 entre Curitiba e Garuva (Santa Catarina). A PR-412, que interliga Guaratuba a Garuva e Guaratuba a Pontal do Sul (Paraná), disponibilizada em 1974, é de significativa importância para o município (PDDI, GUARATUBA, 2002). Com a sua construção viabilizou-se o acesso fácil à região, evitando a travessia com o *ferry-boat*, e, como eixo indutor, contribuiu para o aumento da ocupação urbana no município. Liga-se à BR-376, que dá acesso a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul.

3.3.3 Situação Geográfica

O município de Guaratuba localiza-se na região sul do litoral paranaense (figura 16), contido na folha cartográfica Guaratuba MI – 2858-4, coordenadas no sistema de projeção UTM – 680.000, 740.000 e 7.120.000, 7.170.000. (PDDI

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

GUARATUBA, 2002). Segundo dados de Guaratuba, Prefeitura Municipal (2009), o município está localizado a 3m de altitude, possui área de 1.316,51 km² e dista 115 km de Curitiba, capital do estado, 65 Km de Joinville, em Santa Catarina, e 54 Km da cidade de Paranaguá. Possui 30.973 habitantes (IBGE, 2007), sendo 86% na área urbana e 14% na área rural. Seu clima é tropical super-úmido, sem estação seca definida, com temperatura média de 22° C no verão e 18°C no inverno (IPARDES, 2010). Sua latitude é 25° 52' 58" Sul e sua longitude é 48° 34' 29" Oeste (IPARDES, 2010). Limita-se ao norte com os municípios de Morretes e Paranaguá, a oeste com o município de São José dos Pinhais, a leste com o município de Matinhos e Oceano Atlântico e ao sul com os municípios de Itapoá e Garuva no estado de Santa Catarina.



FIGURA 16 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO NO ESTADO DO PARANÁ
FONTE: IPARDES, 2009

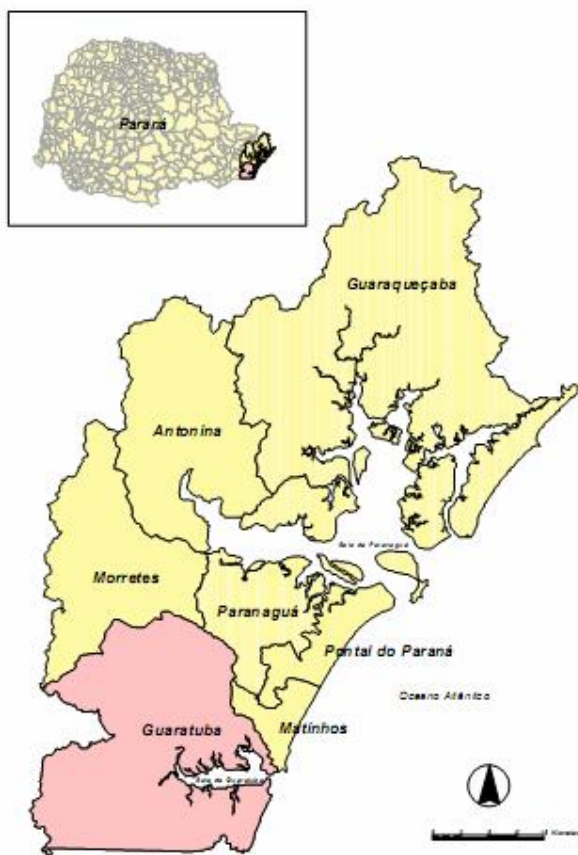


FIGURA 17 – CARTOGRAMA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
FONTE: PDDI GUARATUBA (2002, p. 18).

Para situar o município faz-se necessário incluir uma foto de satélite (figura 18), onde pode ser visualizada toda a área de Guaratuba. A área ao centro, em azul é chamada de Baía de Guaratuba, lugar muito explorado pelo turismo náutico e pela pesca como fator de sobrevivência da população local.

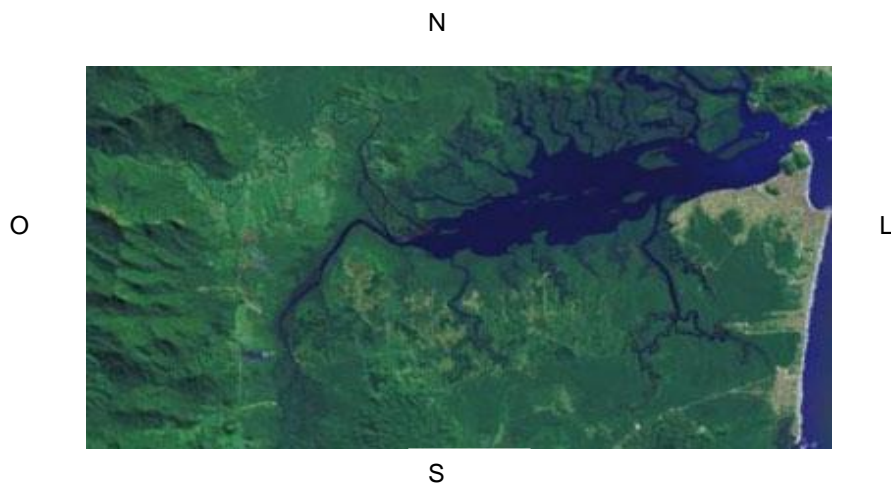


FIGURA 18 – FOTO DE SATÉLITE DA BAÍA DE GUARATUBA
FONTE: GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL (2007)

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

3.3.3.1 Geologia

No Paraná, a Planície Litorânea, ou Planície Costeira, estende-se desde o sopé da Serra até o oceano e tem um comprimento de aproximadamente 90km e uma largura máxima em torno de 55km na região de Paranaguá (ANGULO, 2000).

Conforme PDDI Guaratuba (2002) a planície está profundamente recortada pelos complexos estuarinos das baías de Paranaguá, Laranjeiras, Pinheiros e Guaratuba, resultando em numerosas ilhas, como as ilhas das Peças, do Mel, Rasa, da Cotinga e Rasa da Cotinga, a planície tem em geral uma altura inferior a 20m sobre o nível do mar. Em diversos locais, ocorrem morros e colinas isolados na planície, com altitudes que podem alcançar centenas de metros, tais como os morros Grande (479m) e do Canudal (245m) e em geral, a altura da planície aumenta da costa para o continente, alcançando as maiores altitudes no sopé da serra (PDDI, GUARATUBA, 2002).

De maneira geral, a planície costeira é constituída por sedimentos continentais e costeiros (GUARATUBA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, 2009). Dentre os primeiros, destacam-se os sedimentos associados a encostas, tais como leques, tálus, colúvios e sedimentos fluviais. Os depósitos continentais incluem duas unidades que receberam denominação estratigráfica formal: a Formação Alexandra e a Formação Iquererim. (GUARATUBA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, 2009).

Conforme PDDI Guaratuba:

Os sedimentos costeiros pertencem a dois tipos de sistema principais: o de planície costeira com cordões litorâneos, e o estuarino. Ambos são representados tanto por ambientes antigos formados durante períodos em que o mar tinha níveis relativos mais altos que o atual, como por ambientes atuais, tais como praias, planícies de maré, deltas de maré e dunas frontais (PDDI GUARATUBA, 2002).

Conforme Angulo (2000), em geral as altitudes da planície são inferiores a 20m e em morros e colinas isolados, ocorrem altitudes de até 500m, a altitude da planície aumenta da costa para o continente, alcançando as maiores altitudes no sopé da serra. A planície é constituída por sedimentos continentais e costeiros (ANGULO 2000). Dentre os primeiros destacam-se os sedimentos associados a encostas, tais como leques, talus, colúvios e sedimentos fluviais, os sedimentos costeiros pertencem a dois tipos de sistemas principais: o de planície costeira com

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

cordões litorâneos e o estuarino, ambos são representados por ambientes antigos e atuais (praias, planícies de maré, deltas de maré e dunas frontais). (ANGULO, 2000).

Segundo dados retirados do PDDI Guaratuba (2002) os sedimentos costeiros foram divididos em dois grupos principais, correspondentes a sistemas deposicionais diferentes. Ainda conforme o mesmo estudo, o primeiro deles corresponde à planície costeira com cordões litorâneos (*strand plain*), que inclui principalmente sedimentos de face litoral (*shore face*), praias e duna frontal. Nos ambientes atuais desses sistemas, foram discriminadas praias, dunas frontais e brejos intercordões (PDDI, GUARATUBA, 2002). No Paraná, a planície costeira com cordões litorâneos estende-se desde o Canal do Varadouro, ao norte, até o rio Saí-Guaçu, ao sul, e em alguns setores da planície os cordões são pouco definidos ou ainda não foram observados. Muitas vezes são pouco visíveis em campo, porém são evidentes em fotografias aéreas e imagens orbitais. (PDDI GUARATUBA, 2002).

O segundo sistema deposicional corresponde aos estuários; nos sedimentos antigos, podem ser reconhecidos ambientes de planícies de maré e fundos rasos, nos ambientes atuais a planície de maré foi dividida em seis sub-unidades, sendo também reconhecidos os deltas de maré. (PDDI, GUARATUBA, 2002). Em relação à idade os sedimentos costeiros foram divididos em pleistocênicos e holocênicos (IPARDES⁴⁴, 1989 *apud* PDDI GUARATUBA, 2002).

3.3.3.2 Hidrografia

A região litorânea do Paraná abrange principalmente duas bacias hidrográficas: a de Paranaguá, com aproximadamente 3.882 km² de extensão, e a de Guaratuba, com uma área em torno de 1.393 km². (PDDI, GUARATUBA, 2002). Essas bacias podem ser divididas em diferentes sub-bacias. Completam as bacias da região litorânea, a do rio Saí-Guaçu, ao sul, no limite com o estado de Santa Catarina, a do Mar de Arapira, ao norte, no limite com o Estado de São Paulo, bacias de pequenos riachos, que drenam diretamente para o mar, conforme dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guaratuba, 2009.

A bacia hidrográfica de Guaratuba possui rios que nascem nas serras dos Castelhanos, da Prata, da Igreja, Araraquara (rio Cubatão com seus afluentes Cubatãozinho, Arraial, São João, Guaratubinha e Castelhanos) e na planície (rios de menor magnitude como o do Pontal, Taquaraçu, do Meio, Vitória e Claro) (PDDI, GUARATUBA, 2002). As serras da Igreja, Canavieiras e da Prata constituem um divisor de águas com drenagem para as baías de Paranaguá e Guaratuba, originando a maioria dos afluentes do rio Cubatãozinho (Canavieiras, Furta Maré, Rasgado, Henrique, Guarajuran, Alegre das Onças) e vindos do sul e desaguando na baía de Guaratuba, são importantes ainda os rios Descoberto e Boguaçu (figura 19) (PDDI, GUARATUBA, 2002).

Entre as Serras Papanduras e Araraquara nasce o rio São João, que percorre a região da Pedra Branca do Araraquara, e é margeada pela BR-376 no sentido norte-sul, passa por Garuva, em Santa Catarina, contornando a região do Morro da Onça, e girando 180° retorna ao Paraná, já como rio de planície, seguindo o sentido sul-norte até desembocar na Baía de Guaratuba (PDDI, GUARATUBA, 2002).

Ainda o mesmo estudo afirma que a interferência dos territórios de outros municípios na bacia hidrográfica de Guaratuba requer ações integradas para sua gestão, notadamente no caso do rio Cubatão com seus afluentes São João II, Arraial, Rio São João e, especialmente, o Rio Saí-Guaçu, pois o último, embora tenha menor extensão territorial dos que os demais, servirá como manancial para ampliação do sistema de abastecimento de água de Guaratuba (PDDI, GUARATUBA, 2002).



FIGURA 19 – BACIAS HIDROGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA.
 FONTE: PDDI GUARATUBA (2002, p. 20)

3.3.4 Unidades de Conservação

Determinadas paisagens naturais têm seu valor reconhecido pelo grau de encantamento ou singularidade presente. Lucas (1991) discute o fato de que o espírito de um lugar ou gênio 'loci' é a qualidade ou qualidades da paisagem que a faz única e especial.

O litoral paranaense, cujo patrimônio natural é notável e singular, tem no Tombamento da Serra do Mar o primeiro ato institucional de reconhecimento de seu valor ambiental, único e especial. Ocorrido em 25 de julho de 1986, o Tombamento da Serra do Mar é um marco na cultura preservacionista paranaense. (PARANAGUÁ, PREFEITURA MUNICIPAL, 2010)

Com área total de 376 mil hectares, o perímetro de Tombamento inicia no cruzamento da Rodovia Garuva - Cubatão, na divisa do Estado do Paraná e Santa Catarina e inclui áreas dos municípios de Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Morretes, Antonina, e Guaraqueçaba (PDDI, GUARATUBA, 2002). Mas como explicou na época Rodolfo Angulo, responsável pela equipe técnica que realizou o trabalho de delimitação da área de tombamento: “a Serra do Mar não tem limites

precisos, é uma denominação geográfica regional que não tem, necessariamente, um limite físico definido.”⁴⁵

O Bioma Floresta Atlântica é reconhecido internacionalmente no ano de 1993. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, por decisão do Bureau do Conselho Internacional de Coordenação do Programa o Homem e a Biosfera, cria a Reserva da Biosfera da Floresta Atlântica⁴⁶, englobando áreas do litoral paranaense, São Paulo e Rio de Janeiro. A área integra a Rede Internacional das Reservas da Biosfera, por merecido reconhecimento de sua biodiversidade, identidades histórica e cultural e equilíbrio ecológico da Serra do Mar e de sua paisagem (SEMA, 2001).

Em 18 de julho de 2000 a Lei Federal 9985, regulamentando o artigo 225 da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Por Unidades de Conservação a lei define:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (SEMA, 2001).

Em face da elevada qualidade paisagística do seu território, a singularidade de sua baía, a beleza de seus rios, a diversidade biológica e a excepcionalidade dos complexos florestais de restingas e manguezais que exigem proteção, Guaratuba possui três Unidades de Conservação, conforme PDDI Guaratuba (2002): Área de Proteção Ambiental, Parque Estadual do Boguaçu, Parque Nacional de Saint Hilaire/Lange (figura 20).

⁴⁵ Extraído do livro “Cadernos de Tombamento da Serra do Mar”, Secretaria de Estado da Cultura. Curitiba, 1987, p. 84.

⁴⁶ Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações. – Lei Federal

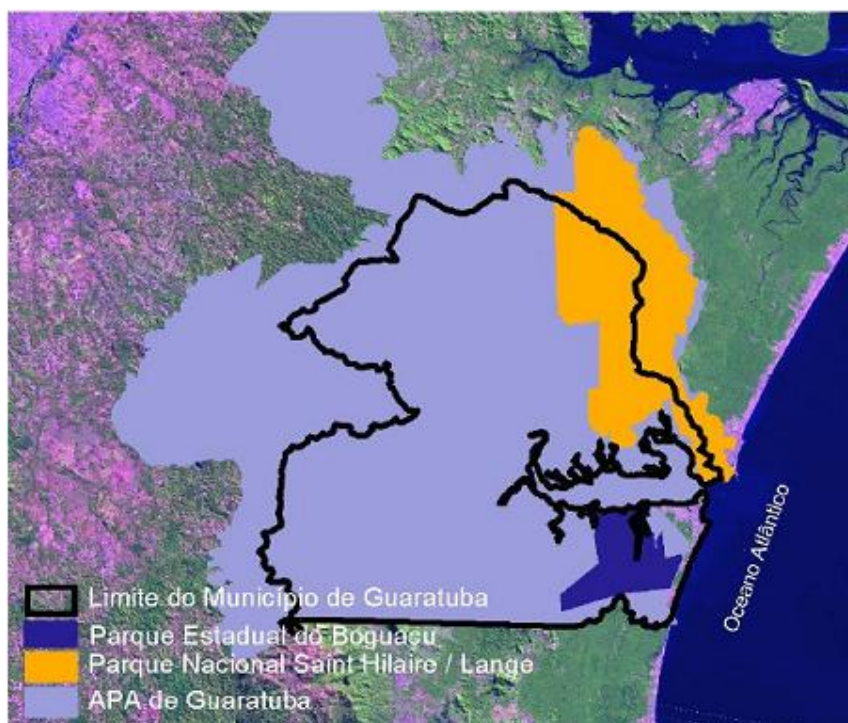


FIGURA 20 – LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM GUARATUBA
 FONTE: PDDI GUARATUBA (2002, p.81)

Em nível municipal, no ano de 1996, é declarado de utilidade pública para fins de implantação do Parque Municipal da Lagoa do Parado o local conhecido como Lagoa do Parado e seus afluentes. (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2010).

3.3.4.1 Área de Proteção Ambiental – APA de Guaratuba

A APA de Guaratuba, declarada como área de proteção ambiental em 27 de março de 1992 através do Decreto Estadual n.1234 tem como objetivo resguardar os aspectos biológicos, cênicos e culturais de uma extensão aproximada de 199.596,50 hectares de Floresta Atlântica e ecossistemas associados (figura 21). Seu perímetro inicia na linha de Tombamento da Serra do Mar e abrange parte dos municípios de Guaratuba, Matinhos, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais e Morretes. (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2010).

Conforme dados do PDDI Guaratuba (2002), a APA de Guaratuba tem como objetivo compatibilizar o uso racional dos recursos ambientais da região e a ocupação ordenada do solo, proteger a rede hídrica, os remanescentes da Floresta

Atlântica e de manguezais, os sítios arqueológicos e a diversidade faunística. Objetivou-se também, com a criação da APA de Guaratuba, disciplinar o uso turístico e garantir a qualidade de vida das comunidades caiçaras e da população local. Ainda, segundo a mesma fonte, no município de Guaratuba a APA atinge aproximadamente 98% do seu território, e na área urbana atinge total ou parcialmente 24 loteamentos. São loteamentos atingidos pela APA de Guaratuba: Jardim Village, Jardim Nações Bairro Fechado, Jardim dos Estados, Planta Piçarras, Jiçara, Vila Rica, Castel Novo, Eliana, Jardim Rosana, Jardim Guaratuba, Nereidas de Guaratuba, Nereidas 2, Nereidas 3, Nereidas 4, Nereidas Novo, Cidade Balneária Brejatuba, Chácaras Santo Amaro, Jardim Santo Amaro, Barra do Saí, Palmeiras, Jardim Nações I, Jardim Nações, Jardim As Nações, Parque Balneário Coroados.



FIGURA 21 – LOCALIZAÇÃO DA APA DE GUARATUBA
FONTE: PDDI GUARATUBA, (2002)

Conforme o IAP (Instituto Ambiental do Paraná, 2010), o Decreto de criação da APA estabelece a necessidade de Zoneamento de Uso e Ocupação para área, proíbe a implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água e o complexo estuarino da baía. Ainda segundo a mesma fonte, é vedada a realização de obras ou atividades que importem em alteração das condições ecológicas, erosão das terras e/ou assoreamento da rede

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

hídrica, proíbe o uso de biocida, quando em desacordo com as técnicas e normas vigentes. O IAP ainda remete à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA a abertura de vias de comunicação, canais e projetos de urbanização, visando controlar o potencial poluidor das atividades de uso humano, não permite a construção de edificações que não comportem simultaneamente tratamento primário do esgoto e captação de água para abastecimento, quando não houver rede de coleta e tratamento de esgoto e rede de abastecimento de água. O IAP ainda proíbe a retirada de areia e material rochoso, nem admite construção de qualquer natureza, exceto embarcadouros, nos terrenos da marinha e acrescidos (IAP, 2010).

A APA de Guaratuba não possui Plano de Manejo⁴⁷ e a competência legal de sua administração é da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas - DIBAP, do Instituto Ambiental do Paraná. (PDDI, GUARATUBA, 2002)

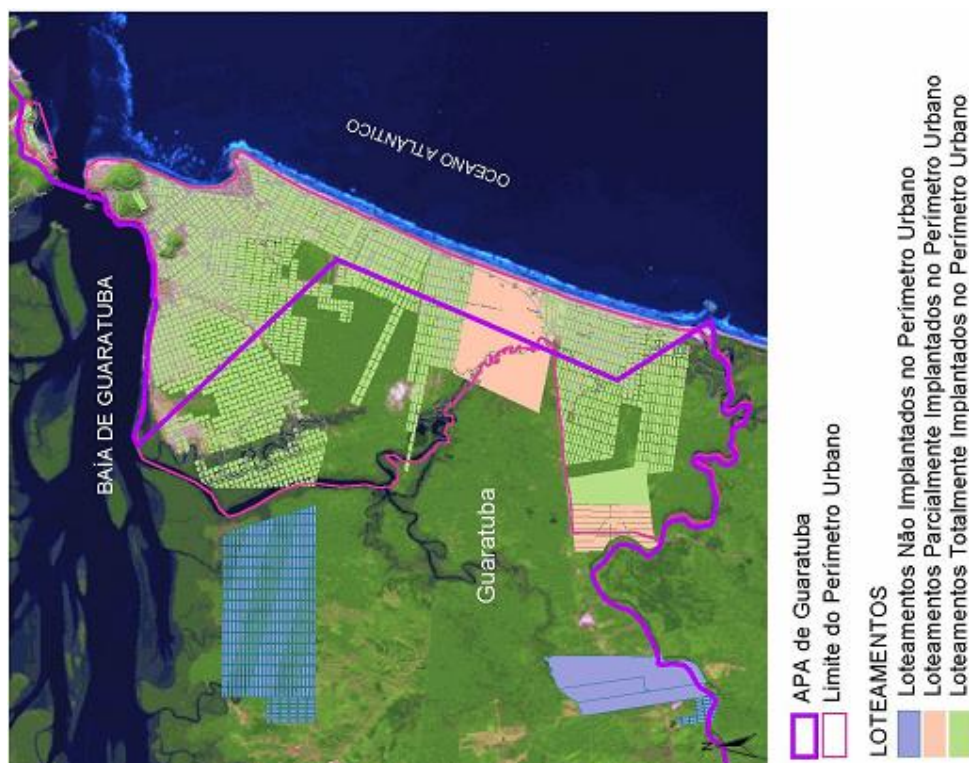


FIGURA 22 – LOCALIZAÇÃO DOS LOTEAMENTOS EM RELAÇÃO À APA DE GUARATUBA
FONTE: PDDI GUARATUBA (2002)

⁴⁷ De acordo com a Lei Federal 9985/00, Plano de Manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais.

3.3.4.2 Parque Estadual do Boguaçu

Conforme dados fornecidos por Guaratuba, Prefeitura Municipal (2010), o Parque foi criado pelo Decreto Estadual 4056, de 26 de fevereiro de 1998 e possui área de 6052 ha, e tem por objetivo assegurar a preservação dos ecossistemas de manguezal e restinga do entorno do Rio Boguaçu e Boguaçu Mirim. Está localizado nos limites das atuais áreas urbanizadas, incluindo partes de 9 loteamentos regularmente aprovado. Os loteamentos atingidos pelo Parque Estadual do Boguaçu são Jardim Village, Jardim dos Estados, Jardim Rosana, Nereidas de Guaratuba, Nereidas 2, Nereidas 3, Nereidas Novo, Nereidas 4 e Cidade Balnearia Brejatuba (figura 23).



FIGURA 23 – LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO BOGUAÇU
FONTE: PDDI GUARATUBA (2002)

Além da importante função de preservação dos ecossistemas de mangue e restinga, esse parque poderia se constituir em equipamento urbano de lazer e cultura, voltado para a conscientização da comunidade da importância e notabilidade da paisagem litorânea.

Segundo PDDI Guaratuba (2002), o Parque Estadual não possui Plano de Manejo e a competência legal de sua administração é da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas - DIBAP, do Instituto Ambiental do Paraná.

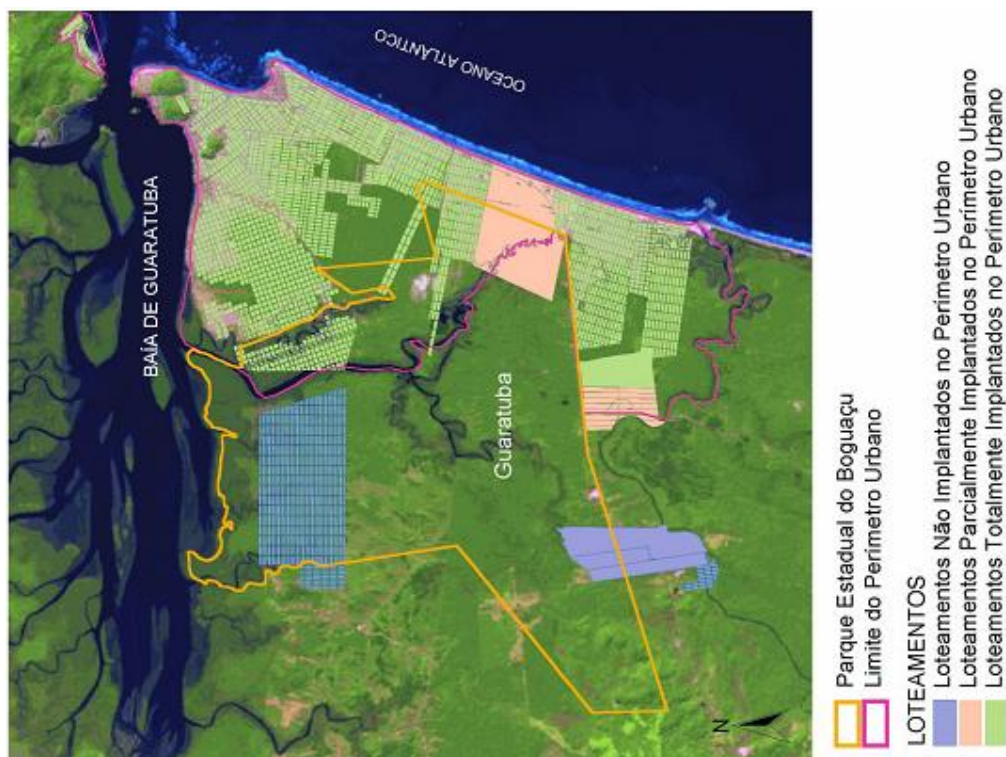


FIGURA 24 – LOCALIZAÇÃO DOS LOTEAMENTOS EM RELAÇÃO AO PARQUE ESTADUAL DO BOGUAÇU

FONTE: PDDI GUARATUBA (2002)

3.3.4.3 Parque Nacional Saint Hilaire/Lange

Conforme dados fornecidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (2010), o parque foi criado pela Lei Federal n.10.227, de 23 de maio de 2001 e tem como objetivo proteger e conservar os ecossistemas da Floresta Atlântica e o equilíbrio ambiental dos balneários e comunidades. Objetiva ainda a proteção dos mananciais de abastecimento público e a conservação da qualidade de vida das populações litorâneas. Situa-se na porção sul da Serra do Mar, no maciço da Serra da Prata, com altitudes que variam de 50 até 1460 metros, de magnífica beleza cênica. Compõe seu sistema vegetacional Floresta Ombrófila Densa (Submontana, Montana e Altomontana). Situado entre as latitudes sul 25°32'19" e 25°32'49" e Longitude Oeste de 48°41'52" e 48°32'23", abrangendo

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

partes do município de Guaratuba, Matinhos e Paranaguá, sendo a sua sede administrativa em Matinhos. (ICMBio, 2010)

O Parque Nacional de Saint Hilaire/Lange criado há pouco tempo não possui Plano de Manejo e a competência de sua administração era do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e atualmente fica a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2010).

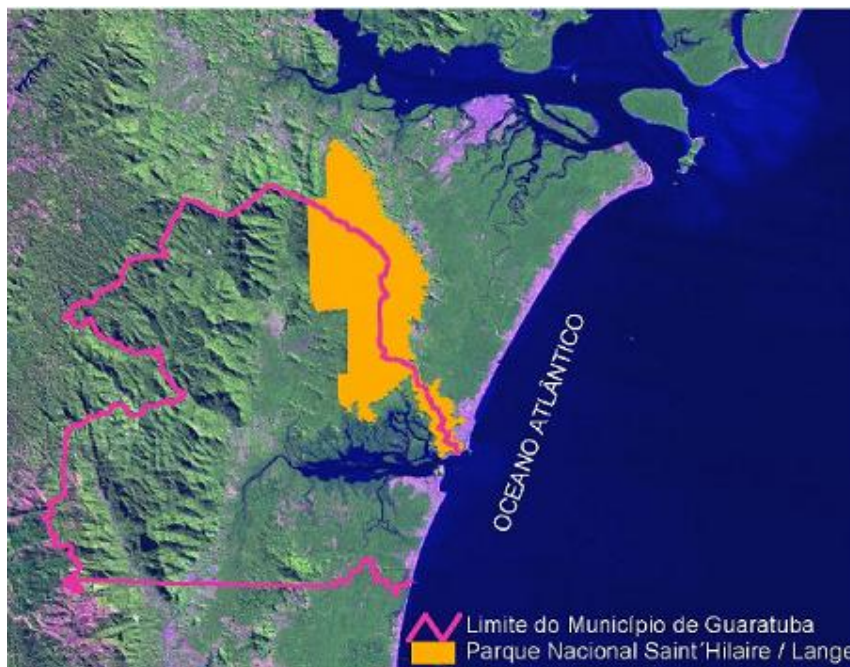


FIGURA 25 – LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL SAINT HILAIRE/LANGE
FONTE: PDDI GUARATUBA (2002)

3.3.4.4 Parque Municipal da Lagoa do Parado

Conforme dados fornecidos por Guaratuba, Prefeitura Municipal (2010), em 10 de dezembro de 1996, o Decreto Municipal n.1626 declara de utilidade pública a área que abrange a Lagoa do Parado e seus afluentes, para fins de implantação do Parque Municipal da Lagoa do Parado. A Lagoa do Parado, considerada berçário natural de organismos marinhos, possui uma paisagem de rara beleza. Situada na coordenadas médias no sistema de projeção UTM – 730.000 e 7.150.000 – a Lagoa está inserida no ecossistema Floresta Atlântica (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL (2010).

Para a efetiva implantação do Parque Municipal da Lagoa do Parado se faz necessário estabelecer a regulamentação específica e definição do seu perímetro. A declaração de utilidade pública da área abrangida pela Lagoa é o marco para a concretização de uma importante Unidade de Conservação de caráter municipal. (PDDI, GUARATUBA, 2002).



FIGURA 26 – LOCALIZAÇÃO DO PARQUE LAGOA DO PARADO
FONTE: PDDI GUARATUBA (2002)

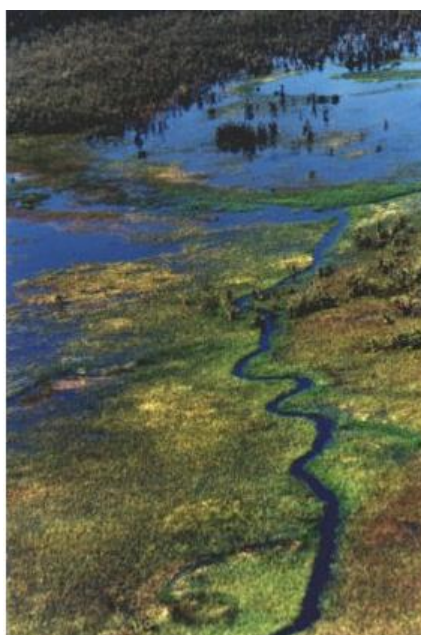


FIGURA 27 – FOTO AÉREA DO PARQUE LAGOA DO PARADO
FONTE: PDDI GUARATUBA (2002)

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

3.3.5 Análise da infraestrutura básica do Município de Guaratuba

Conforme dados fornecidos por Guaratuba, Prefeitura Municipal (2009) fez-se a seguinte análise: a região central de Guaratuba tem a maior concentração de equipamentos e serviços, possui rede coletora de esgoto, abastecimento de água, ruas pavimentadas e sinalizadas.

Ainda conforme a mesma fonte, nas áreas rurais as infra-estruturas são as estradas vicinais de leito natural, compondo um emaranhado de vias, com pouca ou nenhuma sinalização, dificultando o deslocamento entre as diversas localidades do município. Também nela consta que as escolas rurais, a maioria de ensino fundamental de primeira a quarta série, estão localizadas nas principais comunidades: Descoberto, Alto da Serra, Caovi, Empanturrado, Limeira, Parati, Pedra Branca, Potreiro, Rasgadinho, Rio Bonito, Riozinho, Pirizal, Três Barras e Cubatão.

A baía de Guaratuba e a longa faixa de praia, que se estende de Caieiras até o limite sul do município, são os principais locais de turismo e lazer. Esses pontos turísticos induzem o crescimento urbano ao longo das faixas de praia e no entorno sul da baía. Essa ocupação se caracteriza por um adensamento marcadamente horizontal, com baixo coeficiente de aproveitamento do solo.

A captação para o abastecimento de água é feita no Rio do Melo, localizado no Morro do Melo e o aterro sanitário municipal está localizado na bacia do Rio Boguaçu, e a Estação para o tratamento do esgoto – ETE, situa-se na porção centro-sul da área urbana, entre a Avenida Paraná e Rua Afonso Pena (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).

Em Guaratuba, a comunidade do Cabaraquara, localizada ao norte da baía, conta com estradas vicinais que acessam a PR-412, essa, liga-se ao município de Matinhos, onde se localizam os principais serviços que a população da comunidade faz uso (PDDI, GUARATUBA, 2002).

3.3.6 Análise sócio-econômica do município de Guaratuba

Por ser um município que vive praticamente do turismo e da prestação de serviços, os setores primários e secundários são menos relevantes, mas têm a sua

um número expressivo, segundo o IPARDES (2010) é a aquicultura, a lavoura permanente (arroz, banana, cana de açúcar, feijão, mandioca, milho e tangerina) e a pecuária e a criação de outros animais. No que diz respeito à produção industrial, o município recebe os *royalties* do governo federal, como forma de compensação financeira pela produção de petróleo e outros minerais.

O setor industrial de Guaratuba está presente em todo o município através das atividades ligadas à construção civil, que representam aproximadamente 70% dos estabelecimentos industriais do município. Há ainda uma ligeira diversificação para o ramo mobiliário, particularmente marcenaria, serralheria e alumínio, e a fabricação de alguns produtos alimentares. (SCHEUER, 2010).

Quanto à educação, segundo dados do IPARDES (2010) com base em pesquisa realizada em 2008, o município possui 9664 alunos entre o ensino infantil e o ensino médio e aproximadamente 350 alunos matriculados nos dois estabelecimentos de ensino superior (particulares), conforme quadro abaixo:

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E NO ENSINO PROFISSIONAL SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2008

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	FUNDAMENTAL	MÉDIO	PROFISSIONAL
Federal	-	-	-	-	-
Estadual	-	-	2.807	1.472	-
Municipal	245	777	2.852	-	-
Particular	80	81	317	33	-
TOTAL	325	858	5.976	33	-

FONTE: SEED

NOTAS: 1 - Os dados referem-se à matrícula do ensino regular com os inclusos.

2 - Ensino Fundamental: inclui matrículas do ensino de 8 e de 9 anos.

QUADRO 5 – ALUNOS MATRICULADOS EM GUARATUBA (ENSINO INFANTIL AO MÉDIO)

FONTE: IPARDES, 2010.

MATRÍCULAS E CONCLUÍNTES SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - EDUCAÇÃO SUPERIOR - 2008

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	MATRÍCULAS	CONCLUÍNTES
Particular	305	49
TOTAL	305	49

FONTE: MEC - INEP

QUADRO 6 – ALUNOS MATRICULADOS EM GUARATUBA (ENSINO SUPERIOR)

FONTE: IPARDES (2010)

Quanto ao abastecimento, conforme dados de 2009, 21.823 habitantes são atendidos pela Copel (energia elétrica), 17.493 possuem água tratada (Sanepar) e 7.964 possuem rede de esgoto interligada ao sistema (Sanepar), o que demonstra

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

que menos da metade das pessoas que possuem água tratada nem usufruem da rede de esgoto, o que pode justificar a poluição de rios e mares. (IPARDES, 2010).

CONSUMO E NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA - 2009

CATEGORIAS	CONSUMO (Mwh)	CONSUMIDORES
Residencial	34.508	19.468
Setor secundário	2.928	375
Setor comercial	15.813	1.163
Rural	2.219	638
Outras classes	11.851	178
Consumo livre (Indústria)(1)	24.184	1
TOTAL	91.503	21.823

FONTE: COPEL, Concessionárias - CPFL, COCEL, FORCEL, CFLO e CELESC

(1) Refere-se ao consumo de energia elétrica da autoprodução da indústria. Inclui os consumidores atendidos por outro fornecedor de energia e os que possuem parcela de carga atendida pela COPEL Distribuição e a outra parcela por outro fornecedor.

QUADRO 7 – CONSUMO E NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

FONTE: IPARDES (2010)

ABASTECIMENTO DE ÁGUA, PELA SANEPAR, SEGUNDO AS CATEGORIAS - 2009

CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS	LIGAÇÕES
Residenciais	20.256	16.354
Comerciais	1.062	908
Industriais	15	15
Utilidade pública	119	116
Poder público	101	100
TOTAL	21.553	17.493

FONTE: SANEPAR

NOTA: Unidades (Economias) Atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

QUADRO 8 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA, PELA SANEPAR

FONTE: IPARDES (2010)

ATENDIMENTO DE ESGOTO, PELA SANEPAR, SEGUNDO AS CATEGORIAS - 2009

CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS	LIGAÇÕES
Residenciais	10.421	7.270
Comerciais	721	597
Industriais	4	4
Utilidade pública	45	43
Poder público	51	50
TOTAL	11.242	7.964

FONTE: SANEPAR

NOTA: Unidades (Economias) Atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

QUADRO 9 – ATENDIMENTO DE ESGOTO, PELA SANEPAR

FONTE: IPARDES (2010)

Guaratuba possui o 5º IDH-M do litoral do Paraná, correspondendo a 0,764 (2009) e uma densidade demográfica (2009) de 24,69 hab/km². (IPARDES, 2010), conforme quadros a seguir:

Município	IDH-M	Ranging - Paraná
Matinhos	0,793	32º
Pontal do Paraná	0,788	41º
Paranaguá	0,782	58º
Antonina	0,770	91º
Guaratuba	0,764	108º
Morretes	0,755	139º
Guaraqueçaba	0,659	393º

QUADRO 10 – RANKING DO IDH-M NO LITORAL DO PARANÁ.

FONTE: Adaptado de IPARDES (2010)

DENSIDADE DEMOGRÁFICA - 2009

DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²)
24,69

FONTE: IPARDES

NOTA: Calculada em função da população estimada pelo IBGE.

QUADRO 11 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA DE GUARATUBA

FONTE: IPARDES (2010)

Conforme Scheuer (2010), nas atividades comerciais predominam aquelas voltadas para a comercialização de alimentos, respondendo a praticamente 50% do

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

total dos estabelecimentos comerciais cadastrados no município, dando destaque para o setor da construção civil representado pelos estabelecimentos que comercializam materiais de construção, dado os contínuos investimentos na construção e reformas de edificações. Na configuração do comércio local destaca-se a presença de supermercados, farmácias, lojas de vestuário, artigos de praia e postos de combustíveis. (SCHEUER, 2010).

No que se refere à oferta de serviços, nota-se uma maior diversificação, embora a natureza do serviço prestado alinhe-se às características gerais do município. Neste sentido, predominam os serviços voltados à hospedagem e alimentação, reparação, conservação, limpeza e diversão pública.

Conforme Scheuer (2010), o setor terciário, que é a base da economia, encontra-se estruturado para atender a atividade de veraneio como lojas de materiais de construção, condomínios náuticos, bares e restaurantes, panificadoras, aviários, autopeças, distribuidoras de bebidas, açougues, farmácias, vídeo locadoras, academias de ginástica etc.

A maior participação das mulheres no mercado de trabalho é outra importante mudança ocorrida no âmbito do emprego. A inserção das mulheres se dá, sobretudo, pela necessidade de as famílias complementarem suas rendas, anteriormente restritas às atividades do chefe da casa.

O envolvimento da comunidade com o turismo em Guaratuba iniciou-se nas décadas de 50 e 60, quando os primeiros veranistas vindos de Curitiba e Norte do Paraná passaram a frequentar as praias do litoral do Estado, a partir da construção de rodovias como a BR-277 e BR-376 (PDDI, GUARATUBA, 2002). A partir deste momento começou a inter-relação entre turistas e comunidade local, pois iniciou-se o turismo de segunda residência, principalmente na prestação de serviços, como jardinagem, serviços domésticos, comércio de produtos caseiros, de produtos da pesca e de pequenos serviços. (SCHEUER, 2010).

Atualmente o município conta com uma população bem heterogênea do ponto de vista de origem dos munícipes, desta maneira a comunidade participa do envolvimento com o turista de forma menos contundente devido à verdadeira invasão de pequenos e médios comerciantes que praticam suas atividades durante a temporada de veraneio, sem dar oportunidade de trabalho para a comunidade local e sem aproveitar de seus conhecimentos comuns ao local (SCHEUER, 2010).

3.3.7 Turismo e Lazer

Guaratuba possui um grande potencial turístico. Suas paisagens e ecossistemas de relevante biodiversidade são considerados pela legislação em vigor como especiais para fins de proteção. (PDDI, GUARATUBA, 2010). O oceano, as faixas de praia, a baía, seu complexo estuariano, as serras, os morros e a vegetação exuberante compõem um cenário de grande beleza e, ao mesmo tempo, indica um território, que é principalmente utilizado para o turismo e as atividades ligadas a ele.

Como Guaratuba possui uma grande APA (área de proteção ambiental) em meio à Mata Atlântica, mantém preservadas algumas áreas de restinga na beira da praia que, além de abrigar espécies vegetais típicas, servem de berçário para alguns animais como a coruja buraqueira (PDDI, GUARATUBA, 2002).

Em Guaratuba o turismo de massa tem como principal atividade o lazer e a recreação nos 15 km de praia, ou seja, o “turismo de sol e praia” que se estende desde a localidade de Caieiras até a Barra do Saí, incluindo ainda, a Prainha, balneário situado ao norte da baía de Guaratuba (SCHEUER, 2010). Com faixas que variam de 6 a 280 metros de largura, são as praias os maiores atrativos do turismo e geração de atividade econômica na temporada de verão no município (PDDI, GUARATUBA, 2002). Guaratuba apresenta ainda uma diversidade de ambientes cujo potencial turístico é de grande valor, ressaltando-se por seu grau de importância o complexo estuariano da baía, e em especial, o Rio Boguaçu e seus afluentes. São notáveis o Rio Saí-Guaçu, Rio São João e a Lagoa do Parado (PDDI GUARATUBA, 2002).

Quanto aos atrativos turísticos, Guaratuba é uma cidade com muitas praias, eventos locais, lugares religiosos, rios, quedas d’água, turismo náutico, ecológico e até mesmo radical. Abaixo serão apresentados alguns atrativos para ilustrar a potencialidade do município.

3.3.7.1 Praia de Caieiras, Encantadas ou dos Amores

Conforme dados de Guaratuba, Prefeitura Municipal (2007), a praia de Caieiras localiza-se entre a ponta do Johnscher e as pedras de Caieiras (Praia do Prosdócimo), com acesso rodoviário pela PR-412 e hidroviário pela baía, possuindo

que o bairro tenha se originado de uma colônia de pescadores, que ainda são maioria entre os moradores. Das pedras, quando a maré está baixa, pode-se ver a proa de um vapor que encalhou quando fugia da Guerra do Paraguai – Vapor São Paulo – comandado pelo marido da compositora e pianista Chiquinha Gonzaga. (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).



FIGURA 28 – PRAIA DE CAIEIRAS
FONTE: GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL (2009)

3.3.7.2 Praia Prosdócimo

Inicia-se nas pedras de Caieiras prolongando-se até o Hotel Villa Real, sendo o começo da Avenida Atlântica. Sua extensão forma uma meia lua e segue em direção ao Morro do Cristo. (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2007).

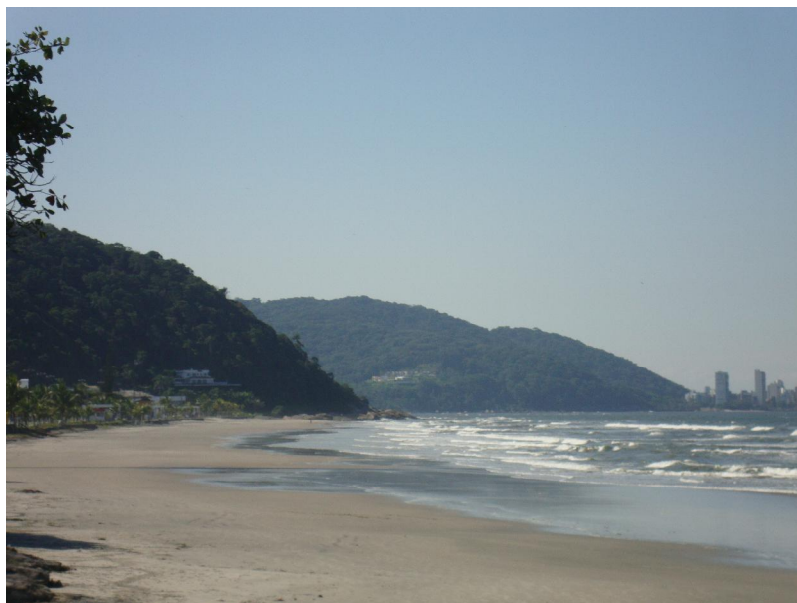


FIGURA 29 – PRAIA PROSDÓCIMO
FONTE: A autora (2010)

3.3.7.3 Praia Central

Inicia no Hotel Villa Real e prolonga-se até o Morro do Cristo, formando as praias do Cristo, dos Pescadores e dos Turcos. Praia de meia enseada, localizada no final da Avenida Atlântica. Ideal para banhistas, pois tem mar calmo. Nesta praia está o Morro do Cristo, bastante procurado pelos turistas. (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2007 e 2009). Em 2009 a Praia Central passou por um pequeno processo de revitalização, mas atualmente (2010) sofre com a ressaca que destruiu boa parte do seu muro de contenção e encontra-se sem faixa de areia para os banhistas e praticantes de caminhadas (figura 31).



FIGURA 30 – PRAIA CENTRAL
FONTE: A autora (abril, 2010)



FIGURA 31 – PRAIA CENTRAL
FONTE: A autora (maio, 2010).

3.3.7.4 Praia do Brejatuba

Conforme dados de Guaratuba, Prefeitura Municipal (2009), esta é uma praia de mar aberto, com águas bastante agitadas e vegetação natural preservada, em direção do sul após o Morro do Cristo com 14 km de praia onde cada balneário recebe uma denominação, como: Esteril, Renessa, Eliana, Narcides, Cidade

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

Balneária, Santa Helena, Coroados e Barra do Saí, divisa com Santa Catarina. A praia do Brejatuba se destaca pelos campeonatos de surf que lá são realizados no decorrer do ano, com ondas médias de oito pés; pratica-se também a pesca de arremesso. (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).



FIGURA 32 – PRAIA DO BREJATUBA.
FONTE: GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL (2007).

3.3.7.5 Morro do Brejatuba/ Morro do Cristo

A inauguração da estátua do Cristo no morro do Brejatuba/Cristo, segundo Guaratuba, Prefeitura Municipal (2009) aconteceu em 23 de junho de 1953. A imagem foi fundida por João Fedatto e seu filho Iswaldo, que partindo de uma fotografia, fizeram o molde de barro, com um metro de altura; em seguida, outro de gesso, e cimento na obra final. A estátua foi feita em dez anéis para que se pudesse levar com mais facilidade ao alto do morro (PDDI, GUARATUBA, 2002). Conforme dados de Guaratuba, Prefeitura Municipal (2009), durante o transporte, feito em cima de talhas de madeira, três desses anéis despencaram e foram levados para Curitiba para serem reparados. Ainda conforme a mesma fonte, a partir dessa fase retocou-se e executou-se a imagem com cimento, já aumentada para o tamanho definitivo. A estátua foi um presente e uma homenagem à viúva do professor João Cândido Ferreira, Senhora Josefa Amaral Ferreira (sua participação para execução da obra foi das mais importantes) (PDDI, GUARATUBA, 2002). Toda a família de Josefa participou do ato inaugural, demonstrando muito entusiasmo pelo que se estava oferecendo à cidade de Guaratuba. O ato ocorreu no ano do centenário de

emancipação política do Paraná, sendo governador, na época, Bento Munhoz da Rocha Netto (figura 33) (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).



FIGURA 33 – FOTOGRAFIA DO ATO REALIZADO EM 23 DE JUNHO DE 1953, NO ALTO DO MORRO DO CRISTO. SENHORA JOSEFA DO AMARAL FERREIRA, ENTRE SEUS NETOS FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO E CECÍLIA FERREIRA SIMAS.
FONTE: Paraná em Páginas⁴⁸ (Junho, 1997 *apud* PDDI GUARATUBA , 2002).

A revitalização foi terminada em 13 de maio de 2000. Nesse trabalho, a imagem foi deslocada de sua base original (deixando de ser voltada para a baía de Guaratuba e voltando-se para a cidade), ganhando um pedestal de 6,5 metros de altura, com uma sala da memória, oratório e mirante (PDDI GUARATUBA, 2002). Segundo dados de Guaratuba, Prefeitura Municipal (2009), mais de 900 mil pessoas já visitaram este atrativo desde a sua inauguração e no coração da imagem foi colocado um frasco contendo água benta.

Mirante natural, com 38 metros de altura, oferece uma paisagem espetacular do Oceano Atlântico e uma vista privilegiada de toda a região. O acesso ao morro é feito por uma escadaria de 199 degraus (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009). No alto do morro, a imagem do Cristo Redentor, com 8,30m de altura,

abençoa a cidade. A imagem tem um braço estendido em direção a cidade e outro sobre o corpo, com a mão no coração (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).



FIGURA 34 – MORRO DO CRISTO
FONTE: A autora (2010)

3.3.7.6 Largo Nossa Senhora de Lourdes

Localizado na encosta do Morro do Pinto, na Rua Nossa Senhora de Lourdes, em frente ao Colégio Estadual 29 de Abril. Conforme dados fornecidos por Guaratuba, Prefeitura Municipal (2009), o local possui uma fonte de água pura e cristalina que abasteceu a comunidade por vários anos até a implantação da rede de abastecimento de água tratada em 1974. Ainda segundo a mesma fonte, estima-se que mais de 840 mil litros dessa água, jorram de sua bica por mês, cerca de 10 milhões por ano e desde que se tem conhecimento, nunca faltou água nessa fonte. Também chamada de Itororó, que vem do dialeto indígena: Itararé, que significa curso de águas subterrâneas (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).

Conforme Guaratuba, Prefeitura Municipal (2009), a imagem de Nossa Senhora de Lourdes foi doada pela devota Guilhermina Cordeiro e abençoa o largo desde 30 de julho de 1935. Ainda segundo mesma fonte, muitas são as graças

pelos devotos na capela que protege a imagem, construída pelo casal Heitor e Dona Zina. Pessoas de várias partes do Brasil e exterior vêm a Guaratuba prestar homenagens e pagar suas promessas a Senhora de Lourdes, pelas graças por eles alcançadas (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).



FIGURA 35 e 36 – LARGO NOSSA SENHORA DE LOURDES
FONTE: GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL (2008 e 2010).

3.3.7.7 Baía de Guaratuba

Segundo dados de Guaratuba, Prefeitura Municipal (2009), a baía de Guaratuba é um estuário encaixado na planície costeira do litoral do Paraná e é a segunda maior do Paraná, com 48,72 km² de extensão, e por ela é feito o acesso entre Matinhos e Guaratuba, pela travessia com o *ferry-boat*. Conforme mesma fonte, a baía de Guaratuba é própria para passeios de barco, pesca e esportes náuticos, é rica em fauna e flora e é uma área de proteção ambiental. Era pela baía, o único acesso que a comunidade dispunha para chegar a "Vila de Guaratuba", no começo da colonização do município (MAFRA, 1952). Na área a montante da baía ocorre uma agricultura intensiva através do cultivo de banana com alta tecnologia de produção (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).



FIGURA 37 – BAÍA DE GUARATUBA
FONTE: GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL (2008)

3.3.7.8 Salto Parati

Segundo dados de Guaratuba, Prefeitura Municipal (2009), ao fundo da Baía de Guaratuba, ao pé da Serra do Mar, há o Rio Parati, ladeado pela mata Atlântica totalmente preservada. A melhor opção de acesso é por mar, utilizando barcos de pequeno porte e os passeios até o Salto são realizados durante o ano todo (principalmente durante o verão) (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009). O trajeto de barco leva 25 minutos do centro pela baía até o Rio Parati, aportando em um local chamado Porto (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009). Depois é necessária uma caminhada de 40 minutos, por trilhas de vegetação nativa e paisagens típicas do litoral (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009). O caminho passa por várias casas de moradores locais e um Sambaqui - depósitos de conchas, restos de cozinha e esqueletos acumulados por tribos indígenas que habitavam o litoral, algumas delas há mais de 5 mil anos (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).



FIGURA 38 – SALTO PARATI
FONTE: GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL (2010).

3.3.7.9 Largo do Carioca

Conforme dados fornecidos por Guaratuba, Prefeitura Municipal (2009), o largo está localizado no início da Rua Vieira dos Santos, na encosta do Morro do Pinto, é fonte de água potável e que supriu a população por muitos anos. Teve a sua primeira caixa construída em 1858, pelo Capitão Manoel Pereira Liberato. Suas medidas são: 2,60 m de comprimento, 1,40 m de altura; com duas bicas de ferro e calçamento pela parte externa (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009). Em 2008 foi revitalizado, sendo todo calçado, a caixa foi reformada, foram construídos dois portais, um na fonte e outro na entrada, e uma imagem de São Luís, o padroeiro do município, foi colocada ao lado da fonte (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009). O largo foi revitalizado novamente em 2010, onde foi instalada a primeira academia a céu aberto do município. (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2010)



FIGURA 39 – LARGO DO CARIOCA
FONTE: A Autora (2010).

3.3.7.10 Cabaraquara

Nesta localidade encontra-se grande área de Mata Atlântica, rios, mangues, montanhas e uma comunidade receptiva que oferece várias opções para o visitante, como trilhas, artesanato e principalmente a degustação de ostras, cultivadas e servidas em ambientes rústicos, em total harmonia com a natureza (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009). Neste local encontra-se o Morro do Cabaraquara, com 455 metros de altura e uma trilha que leva ao topo do morro, em duas horas de caminhada, proporcionando uma vista privilegiada do Oceano Atlântico, Serra do Mar e de toda cidade. (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2010)



FIGURA 40 - CABARAQUARA
FONTE: GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL (2010)

3.3.7.11 Rio Cubatão

Conforme Guaratuba, Prefeitura Municipal (2010), o rio nasce no Município de São José dos Pinhais com o nome de São João, serve em parte, de divisa entre São José dos Pinhais e Guaratuba, recebe o Arraial e toma aí o nome de Cubatão até desaguar na Baía de Guaratuba. Seus afluentes são: Castelhana, Coatís, Ribeirão Grande, Zoadá, Navio Arraial, Cubatãozinho e Rio Preto. Tem um curso de cerca de 80 km, sendo navegável por embarcações de pouco calado até Três Barras, e daí para cima navegável por canoas até o Salto, durante o verão é utilizado por visitantes e para banho e prática de bóiacross. (PDDI, GUARATUBA, 2002).



FIGURA 41 – RIO CUBATÃO
FONTE: GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL (2010)

3.3.7.12 Barra do Saí

Balneário localizado na divisa de Guaratuba com a cidade de Itapoá – SC, possui várias casas de segunda residência, uma comunidade de pescadores e pouca infra-estrutura (PDDI GUARATUBA, 2002).



FIGURA 42 – BARRA DO SAÍ
FONTE: GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL (2010)

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

3.3.7.13 Ilhas

Guaratuba é um município que possui várias ilhas, sendo as principais, conforme dados constantes em Guaratuba, Prefeitura Municipal (2010): a Ilha Itacolomi, a Ilha do Saí, a Ilha da Sepultura, a Ilha da Pescaria, as Ilhas do Capim e a Ilha do Rato.

3.3.7.14 Igreja Matriz

De acordo com Mafra (1952), a Igreja Matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso começou a ser construída em maio de 1768 e recebeu a bênção no dia 28 de abril de 1771, do Reverendo Bento Gonçalves Cordeiro, ajudado pelos Freis João de Santana Flores e Francisco Borges, que no dia 29 de abril de 1771 celebraram a primeira missa. Construída pela comunidade e desenhada por Afonso Botelho, é de arquitetura religiosa colonial e apresenta uma fachada bastante simples de alvenaria, como eram as demais igrejas litorâneas da época. Internamente é ornamentada por um retábulo discreto, provavelmente do século passado (MAFRA, 1952).

Conforme Guaratuba, Prefeitura Municipal (2009), em 4 de fevereiro de 1941, um raio atingiu a Cruz da Torre da Igreja, restaurada em 13 de março do mesmo ano. Segundo fonte acima citada, a imagem original de Nossa Senhora do Bom Sucesso foi roubada em abril de 1974 e uma nova imagem, doada pelo jornalista Cândido Chagas, foi entronizada em 23 de julho de 1995. É um bem tombado pelo Patrimônio Artístico Nacional (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).



FIGURA 43 – IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO
FONTE: A autora (2010)

3.3.7.15 Praça dos Namorados e Casarão do Porto

Segundo Guaratuba, Prefeitura Municipal (2009) a Praça dos Namorados está localizada na “Rua da Praia”, como era chamada no período da fundação da cidade (1771), que posteriormente passou a ser chamada de Rua Cel. Afonso Botelho de São Payo e Souza, fundador da cidade, e faz esquina com a Rua Prof. Gratulino de Freitas, ilustre mestre, que lecionou em 1949 no casarão colonial, utilizando a claridade de velas para ensinar. A praça foi revitalizada em 2009 e atualmente é utilizada por moradores e visitantes. (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2010).

Conforme dados fornecidos pela Diretoria de Cultura de Guaratuba (2010), sobre o Casarão do Porto, ele é propriedade particular, e não existe documentação a respeito do imóvel, um dos últimos remanescentes do período colonial, embora em termos iconográficos esteja registrado numa aquarela de Debret, de 1827, o que permite situar sua construção entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Trata-se de sobrado de planta quadrada, construído em alvenaria mista, pedra e tijolos, cobertura em telhado de quatro águas, telhas canal, arrematado por beira-seveira (DIRETORIA DE CULTURA DE GUARATUBA, 2010). Constitui-se, sem dúvida, em significativo exemplar da linhagem de sobrados edificadas

consoante à época colonial espalhados pelo país (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2010). O imóvel foi utilizado para comércio e moradia e abandonado em meados da década de 70, deteriorando-se rapidamente (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2010). Em 1994 foi recuperado e adaptado para restaurante, atualmente é utilizado como Casa da Cultura de Guaratuba (GUARATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2010).



FIGURA 44 – CASARÃO DO PORTO
FONTE: A autora (2010)

3.3.7.16 Eventos

O município possui vários eventos durante o ano e, principalmente, durante a temporada de verão, acontecem eventos na praia, musicais, náuticos etc. Os eventos mais relevantes e tradicionais de Guaratuba são a Festa do Divino e o Carnaval, conforme dados fornecidos por Guaratuba, Prefeitura Municipal (2010), segue a descrição de tais eventos.

Festa do Divino: há na igreja, fronteiro ao Altar de São Luiz, o Altar do Divino Espírito Santo, cuja imagem foi encontrada por um devoto que a levou para ser banhada na Fonte do Itororó (Largo Nossa Senhora de Lourdes), sendo depois recolhida para a igreja. Como consequência, a fonte passou a ter valor de curas, que os devotos até hoje cultuam.

O Divino Espírito Santo é festejado, em Guaratuba, todos os anos na segunda quinzena do mês de julho. A festa, que reúne grande número de fiéis, é previamente anunciada pelas Bandeiras Branca e Vermelha, a da Santíssima Trindade e a do Divino Espírito Santo, que, preliminarmente, saem pelos sítios, levando cada uma, quatro foliões. Compõem o bando: o mestre, o contra, o rabequista e o triple, com os instrumentos, respectivamente, a viola, o tambor, e a rabeca.

Começam as Bandeiras a sua peregrinação, pelos sítios e povoados distantes recebendo donativos, para custeio das despesas da festa, em data que se fixou em 3 de maio de cada ano, dia de Santa Cruz.

A aproximação é anunciada pelo toque simbólico do tambor, ao som característico de sua função, passando, ao aproximar-se da casa, ao toque da cantoria. A dona da casa vai então ao seu encontro, recebendo-a, do seu condutor, leva-a para o interior da casa onde, ao chegarem os Foliões, com a música dos seus instrumentos, cantam o verso iniciado pelo mestre e que é acompanhado pelo Contra e o *Triple*.

São 10 dias de festa que proporciona aos visitantes espaços com vários tipos de produtos, apresentações musicais e de dança e uma feira gastronômica. O evento acontece na Praça Coronel Alexandre Mafra, em frente à Igreja Matriz. Além do que é oferecido, os devotos participam de orações e novenas diariamente.

O município ainda promove muitos outros eventos, como é o caso da “Paixão de Cristo” e outras festas religiosas e também muitos eventos esportivos, entre outros tipos.

Outro evento relevante em Guaratuba é o Carnaval, que é um dos mais tradicionais do Paraná. São 5 noites de folia nas ruas da cidade, onde as pessoas têm a oportunidade de acompanhar os trios elétricos e a famosa Guaratubanda (Banda de Guaratuba). O município recebe anualmente em torno de 300 mil foliões nos dias de festa.

A partir dos atrativos enunciados acima percebe-se o grande potencial turístico do município.

3.3.8 Análise dos equipamentos e serviços de apoio ao turismo

Conforme dados fornecidos pelo IPARDES (2010), Guaratuba possui 147

manutenção, reparo, radiodifusão e televisão. Esses dados não relacionam apenas o que interessa, relaciona também outros serviços. Em consulta ao Departamento de Turismo (2010) do município, chega-se à conclusão de que Guaratuba possui 13 hotéis, 2 motéis, 17 pousadas, 5 alojamentos para excursões, 4 *campings* e 7 associações, totalizando 48 meios de hospedagem, que trabalham no máximo de sua capacidade de carga durante 2 meses de temporada e amargam a ociosidade em outras épocas do ano. Dos meios de hospedagem citados, nenhum hotel fecha fora de temporada de verão, mas todos trabalham com um número menor de colaboradores e muitos deles fecham algumas alas e trabalham apenas com alguns apartamentos. Os motéis permanecem abertos durante todo o ano. Quanto às pousadas, 5 delas fecham no início de maio, abrindo apenas para excursões até o mês de setembro. Os *campings* permanecem abertos, mas a demanda, segundo Diretor de Turismo de Guaratuba “é quase zero”. Ainda conforme dados do Departamento de Turismo (2010), estão em processo de construção mais duas pousadas.

Em consulta à Associação Comercial de Guaratuba (2010), o presidente argumenta que os meios de hospedagem em época de baixa temporada ficam muito ociosos e onerosos, pois a manutenção desses equipamentos torna-se alta. Afirma o presidente que a taxa de ocupação dos meios de hospedagem chega a quase 100% na alta temporada, na baixa temporada (março, abril, julho, setembro, outubro e novembro) chega a 30% e nos meses de maio, junho e agosto, a ocupação não chega a 10%. Muitos empresários do ramo hoteleiro procuram a Associação para que esta promova capacitação e qualificação de mão-de-obra e ajude o município a promover eventos para atrair mais visitantes em outras épocas do ano que não seja o verão, argumenta o presidente.

Guaratuba possui 23 restaurantes de relevância turística, segundo Diretor de Turismo e todos trabalham com almoço e jantar durante a temporada. Após o carnaval apenas 10 restaurantes trabalham durante o ano todo com ambas as refeições, o restante trabalha apenas com o almoço. Desses, 3 fecham em maio e reabrem apenas em setembro, outros 3 abrem apenas aos finais de semana e feriados. Em consulta à Associação Comercial de Guaratuba, o presidente argumenta que os proprietários de estabelecimentos de alimentação reclamam da falta de mão-de-obra qualificada e dizem ser muito difícil manter tais

estabelecimentos abertos fora de temporada, pois a demanda da cidade fora de temporada é muito pequena para manter a estrutura necessária para a temporada.

Conforme Guaratuba, Prefeitura Municipal (2010), o município possui 3 empresas de transporte terrestre; todas trabalham com receptivo na temporada (pouco), mas a principal demanda são estudantes que se deslocam para outras cidades em busca de mais estudo e qualificação durante o ano letivo. “Como em Guaratuba a maioria dos visitantes possui transporte próprio ou se desloca com ônibus coletivo e/ou táxi, esses serviços são poucos utilizados na alta temporada”, conforme Senhor Nelson, proprietário de uma empresa de transporte de pessoas.

Guaratuba possui 4 empresas que fazem transporte náutico, segundo Guaratuba, Prefeitura Municipal (2010), mas estas trabalham apenas na temporada de verão ou em passeios agendados. Ainda conforme Guaratuba, Prefeitura Municipal, o município possui também 2 agências de turismo, um delas trabalha com receptivo durante a alta temporada e com emissivo durante o resto do ano, mas segundo a proprietária, o fluxo fora de temporada é bem pequeno. Quanto à outra, trabalha apenas com emissivo, principalmente com viagens de compras e venda de pacotes aéreos e rodoviários.

Por meio desses dados pode-se afirmar que a sazonalidade afeta a maioria dos estabelecimentos envolvidos com o turismo. Em Guaratuba a queda de demanda afeta muito os pequenos e médios empresários, gerando um efeito multiplicador, ou seja, quando tem demanda, há empregos, renda, atividades, estrutura, entre outros, por outro lado, quando não há demanda, faltam empregos, renda, atividades, estrutura e etc. para os cidadãos.

3.3.9 Análise da demanda turística (verão) de Guaratuba

Conforme Guaratuba, Prefeitura Municipal (2010), a média de população flutuante dos últimos cinco anos no município, nos meses de temporada de verão, é de aproximadamente 350.000 pessoas e segundo IBGE (2009) a população fixa do município é de 32.806 habitantes. Comparando tais dados, percebe-se que a população de Guaratuba aumenta em mais de dez vezes durante a alta temporada.

Os dados sobre demanda turística que se apresentam a seguir foram fornecidos pela Secretaria de Estado do Turismo, num estudo realizado sobre o

Litoral do Paraná entre 2000 e 2006 e publicados em 2008, em um documento chamado Região Turística: Litoral do Paraná em dados, e analisados pela autora.

Conforme SETU – PR, o maior centro emissor de turistas para Guaratuba é Curitiba com média de 53% dos entrevistados, seguida de outras regiões do Estado do Paraná, com 32% e em sua maioria do sexo masculino. Os estrangeiros representam 2,0% do total. (SETU, 2008).

O automóvel é o meio de transporte mais usado pelos turistas que visitam Guaratuba, em todos os anos desse estudo, chegando a 91,7% em 2002 (SETU, 2008). A casa própria é o meio de hospedagem mais utilizado, principalmente em 2006 com 41,5% (SETU, 2008). A média de idade dos turistas em Guaratuba no ano de 2006 foi de 39,7 anos – média semelhante em todos os anos de pesquisa (SETU, 2008). A permanência média também é bem semelhante em todos os anos, em torno de 8 dias (SETU, 2008). O gasto médio diário aumentou de US\$ 12,90 no ano 2000 para US\$ 23,10 em 2006 (SETU, 2008). A maioria dos entrevistados dizem não ser a primeira vez que visitam o município (92,3%) e procuram viajar para Guaratuba em família (63%) (SETU, 2008).

O item de infra-estrutura com melhor avaliação, em 2006, foi o comércio urbano com 82,9% de conceito bom (SETU, 2008). Destaca-se também a infraestrutura de acesso, que cresceu 74,3% na avaliação entre os anos de 2004 e 2006 (SETU, 2008). E o item mais reclamado pelos entrevistados foi o saneamento básico e o atendimento realizado nos estabelecimentos de apoio e comércio (SETU, 2008).

A partir da análise da demanda pode ser traçado o perfil bem específico dos entrevistados, ou seja, pais de família, que viajam em seus automóveis e hospedam-se em residências próprias (caracterizando segunda residência), de classe média alta que visitam o litoral em férias escolares, feriados e finais de semana (clima agradável). A partir de tal análise confirma-se o perfil do turista que denota a grande sazonalidade no município.

Julga-se pertinente afirmar que a partir dos dados acima enunciados pode-se confirmar parte do potencial turístico do município, objeto de estudo desta pesquisa, que procurou caracterizar e comprovar a existência da sazonalidade no município de Guaratuba, pesquisa que poderá ser observada no Capítulo a seguir.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

Neste capítulo buscou-se, em primeiro lugar, descrever a metodologia de trabalho empreendida e na sequência é apresentada a pesquisa que buscou caracterizar e confirmar a existência de diferenças sazonais significativas no município de Guaratuba e, em seguida, tecer comentários sobre as suas causas e efeitos, com posterior análise.

O estudo empírico que se apresenta neste trabalho e os seus resultados visam ilustrar e contribuir para esta argumentação, utilizando Guaratuba – PR, Brasil, como estudo de caso.

4.1 METODOLOGIA

Na elaboração e construção do projeto de pesquisa desta dissertação, trabalhou-se duas dimensões interligadas, como abordadas por Severino (1996): a dimensão técnica, que trata das regras científicas definindo um objeto, como abordá-lo e como escolher os instrumentos mais adequados para a investigação e a dimensão ideológica relacionada com as escolhas de um pesquisador sobre um tema, o que pesquisar, qual base teórica utilizar e como pesquisar. Analisa-se, portanto, que é relevante a opção pessoal de um pesquisador, e por mais que se busque a imparcialidade nas pesquisas, acredita-se que o conhecimento científico é sempre cultural e socialmente condicionado ao momento histórico de quem empreende a observação. A partir das palavras de Severino (1996), pode-se afirmar que o objeto de pesquisa deste trabalho é a sazonalidade do turismo no Município de Guaratuba, situado no Litoral do Paraná e todas as questões relacionadas ao seu desenvolvimento.

O desenvolvimento da atividade turística no município de Guaratuba, Litoral do Estado do Paraná, encontra-se de forma consolidada, atraindo um grande número de turistas, principalmente nos meses em que ocorrem as férias de verão. Mas e nos outros meses do ano, como se comportam as atividades turísticas e demais atividades econômicas do município? A sazonalidade do turismo em Guaratuba acarreta reflexos tanto na qualidade de prestação de serviços turísticos quanto na vida da comunidade em geral? A partir do problema acima enunciado, e

formuladas as seguintes hipóteses: será que ocorre sazonalidade pela falta de planejamento turístico ou por causa dos fatores climáticos e territoriais? Será que ocorre sazonalidade pela falta de empenho do empresariado em criar motivos (eventos, programações, novos atrativos) ou pela falta de infra-estrutura? Ou ainda, será que a sazonalidade provoca queda na renda da população acarretando problemas econômicos e sociais?

Quanto à natureza da pesquisa, este estudo apresenta-se como original, pois conforme especifica Ruaro:

A pesquisa é considerada original quando se trata de um estudo realizado pela primeira vez, ou seja, o enfoque, a delimitação do tema ainda não foi abordada sob o aspecto que está sendo apresentado. Assim, a pesquisa original deve contribuir com novas descobertas para a expansão do conhecimento científico. (RUARO, 2004, p. 24).

Ou seja, a pesquisa feita em Guaratuba, em sua abordagem realizada sobre sazonalidade, aconteceu pela primeira vez. Em relação aos objetivos, esta pesquisa pode ser considerada exploratória e descritiva, pois segundo Gil:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos e hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. (GIL, 2008, p. 27).

O objetivo central deste estudo foi estabelecido com a intenção de analisar o turismo sazonal no município de Guaratuba – PR e seus reflexos na comunidade local, podendo-se assim, caracterizar e comprovar a existência da sazonalidade. Sendo os objetivos específicos: pesquisar dados bibliográficos e documentais sobre o tema proposto; analisar geográfica, social, turística e economicamente o município em questão para a sua caracterização; identificar e diagnosticar os pontos fortes e fracos do município em relação a sua oferta e demanda turística sazonal e anual; analisar a demanda turística do município; levantar elementos territoriais importantes para o estudo do turismo e da geografia local; caracterizar e comprovar a existência da sazonalidade.

Para Dencker (1998), este tipo de pesquisa é indicado para as fases de revisão de literatura, formulação do problema, levantamento de hipóteses, identificação e operacionalização das variáveis.

Conforme Gil, esta pesquisa é descritiva, pois:

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados. (GIL, 2008, p. 28).

Dencker (1998) discorre que a pesquisa descritiva é indicada para orientar a forma de coleta de dados quando se pretende descrever determinados fenômenos.

A pesquisa foi realizada através de pesquisa bibliográfica e documental e observação direta intensiva, que conforme Marconi e Lakatos (2008, p. 75) “é realizada por meio de duas técnicas: observação e entrevista”.

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada através da documentação indireta, pois segundo Marconi e Lakatos “é a fase da pesquisa realizada com o intuito de recolher informações prévias, é feita de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias).” (2008, p. 48). Neste estudo foram utilizados documentos e publicações de órgãos como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento - IPARDES, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de Guaratuba, entre outros, caracterizando a pesquisa como documental e bibliográfica, pois conforme Marconi e Lakatos “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, pesquisas [...]”. (2008, p. 57). Para Manzo⁴⁹ (1971, p. 32) citado por Marconi e Lakatos:

A bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizam suficientemente, e tem por objetivo permitir ao cientista o esforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações. (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 57).

Com base na bibliografia analisada foram feitas as devidas comparações com o que é visto em campo, ou seja, utilizando a pesquisa de campo, pois segundo

⁴⁹ MANZO, A. J. **Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y**

Marconi e Lakatos (2008, p. 69), “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ ou conhecimentos de um problema, para o qual se procura resposta [...]”. Ainda, as mesmas autoras mencionam que, “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los.” Portanto pode-se afirmar que esta pesquisa também se caracterizou como documentação direta, que “constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem.” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 69).

Dentro da parte empírica, a presente pesquisa se caracteriza como Observação Direta Intensiva, por meio das duas técnicas utilizadas: observação e entrevista. O tipo de observação utilizado nesta pesquisa foi a de observação assistemática, ou seja, conforme Marconi e Lakatos (2008) também chamada de não estruturada, espontânea, informal, simples, livre, ocasional, que consiste em recolher e registrar os fatos de uma realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. É mais empregada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle previamente elaborados. Já a entrevista utilizada, foi a de entrevista focalizada, que conforme Gil (2008, p.112) “é tão livre quando a entrevista informal, todavia, enfoca um tema bem específico. O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada.” O tipo de amostragem escolhida foi a não probabilística intencional, que segundo Marconi e Lakatos (2008), é o tipo mais comum de amostra não probabilística, e nela o pesquisador está interessado na opinião de determinados elementos da população, mas não representativos dela.

Seria, por exemplo, o caso de se desejar saber como pensam os líderes de opinião de determinada comunidade. O pesquisador não se dirige, portanto, à “massa”, isto é, a elementos representativos da população em geral, mas àqueles que segundo seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem as de líderes de opinião. (LAKATOS; MARCONI, 2008, p. 38).

No caso desta pesquisa, a amostra seria feita com 30 pessoas envolvidas direta ou indiretamente com turismo local. Das 30 pessoas contatadas, apenas 11 se dispuseram a responder a entrevista.

Nesta pesquisa a autora realizou observações sobre o comportamento dos turistas em alta e baixa temporada e também os impactos ambientais causados pelo turismo de massa na época de veraneio, feriados e finais de semana.

Com relação às entrevistas, foram questionados 11 (onze) indivíduos (um do comércio alimentício, um do comércio em geral, um turista de segunda residência, um turista de veraneio, um morador nativo, um da Prefeitura (administrativo), um da Secretaria de Bem Estar Social, Trabalho e Cidadania, um do Departamento de Turismo, um do departamento de Meio Ambiente, um da Delegacia da Polícia Civil e um da Agência do Trabalhador). A escolha desses indivíduos se deu pelo nível de interferência que o turismo no município tem em suas vidas e funções.

Ao iniciar a entrevista, a autora fez uma breve explicação sobre seu estudo e sobre o significado do termo sazonalidade, depois fez as seguintes perguntas, cujas respostas foram gravadas e transcritas a seguir para posterior análise: Você acha que existe sazonalidade do turismo em Guaratuba? Se sua resposta for sim, de que forma ela afeta o seu negócio e/ou função? Em sua opinião, quais seriam as causas que levam a existência da sazonalidade no município de Guaratuba? Quais os efeitos da sazonalidade em Guaratuba? As entrevistas e observações foram realizadas em setembro de 2009 e março de 2010. Estas perguntas foram escolhidas com o intuito de comprovar a existência da sazonalidade no município de Guaratuba e os seus reflexos nos entrevistados.

Quanto ao método de abordagem, esta pesquisa pode ser caracterizada como hipotética-dedutiva, pois de acordo com Gil:

Quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar a dificuldade expressa no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses. Das hipóteses formuladas, deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou falseadas. (GIL, 2008, p. 12).

Em relação ao método de procedimento, este estudo caracteriza-se como método monográfico ou de estudo de caso, pois “parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. Esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidades etc.” (GIL, 2008, p. 18).

Por fim, fez-se a interpretação e análise das respostas obtidas para que a sazonalidade do turismo pudesse ser caracterizada e comprovada no município de Guaratuba.

Na seqüência do estudo será apresentada a pesquisa de campo, onde constam os dados coletados e sua posteriormente analisados.

4.2 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevista focalizada com amostra do tipo não probabilística intencional, com 11 (onze) indivíduos direta ou indiretamente envolvidos com o turismo afetados pela sazonalidade do município. A ideia inicial era entrevistar 30 pessoas, que foram contatadas para tal questionamento, dessas apenas 11 aceitaram responder sobre o assunto. Também foi utilizada a observação assistemática, em que foram analisados fatores ligados diretamente às causas e efeitos da sazonalidade. Os resultados da pesquisa foram expostos num quadro composto pelas principais causas e efeitos identificados pelos entrevistados e a análise dos resultados num segundo instante. A observação foi dividida em fatores para melhor compreensão, e sequencialmente as considerações também constam na análise dos resultados.

4.2.1 Entrevista Focalizada

A entrevista focalizada é considerada livre e conforme Gil (2008) enfoca um tema bem específico, neste caso, a sazonalidade. Gil (2008) argumenta que o entrevistado deve falar livremente sobre o assunto, mas quando ele se desvia do tema original, o entrevistador deve esforçar-se para a sua retomada.

As entrevistas focalizadas foram realizadas em Guaratuba, com 11 (onze) pessoas ligadas direta ou indiretamente ao turismo, sendo elas: uma pessoa do comércio alimentício, uma do comércio em geral, um turista de segunda residência, um turista de veraneio, um morador nativo (pescador), uma pessoa da Prefeitura (administrativo), uma pessoa da Secretaria de Bem Estar Social, Trabalho e Cidadania, uma pessoa do Departamento de Turismo, uma pessoa do Departamento de Meio Ambiente, uma pessoa da Delegacia da Polícia Civil e uma

de vista a sazonalidade existente no município. As entrevistas e observações aconteceram entre setembro de 2009 e março de 2010. A idéia principal dessa entrevista foi a de analisar como pessoas ligadas ao turismo em Guaratuba compreendiam a sazonalidade e eram afetadas por ela.

Ao iniciar a entrevista, eram feitas colocações sobre o tema, para que as pessoas compreendessem melhor o assunto e também foi mostrada a figura 2 – causas e efeitos da sazonalidade, adaptado de Mota (2001, p. 99), que consta no Capítulo II, p. 62 deste trabalho, para que a maioria das pessoas tivesse uma noção maior sobre as causas e os efeitos da sazonalidade. Após as devidas explicações as perguntas eram feitas e a pessoa tinha que simplesmente falar. Todas as respostas foram gravadas e transcritas em forma de texto, como consta a seguir. A partir das respostas dos entrevistados a autora elaborou um quadro que descreve de forma sucinta e organizada tais considerações para posterior análise dos resultados.

Abaixo seguem as entrevistas realizadas com gravador e transcritas na íntegra para posterior análise.

Entrevista 1 – V.B. Dono de Restaurante (Churrascaria) no Centro.

Você acha que existe sazonalidade do turismo em Guaratuba? Se sua resposta for sim, de que forma ela afeta o seu negócio e/ou função? Em sua opinião, quais seriam as causas que levam à existência da sazonalidade no município de Guaratuba? Quais os efeitos da sazonalidade em Guaratuba?

Resposta: Claro que existe essa tal de sazonalidade, a gente só vê pessoas aqui em Guaratuba no verão e em feriados, e também têm um pouco mais nas férias de julho. A sazonalidade afeta e muito o meu negócio, pois eu tenho que manter durante o ano todo, pelo menos 20 funcionários, que na temporada dobra, que as vezes ficam boa parte do tempo sem fazer nada, daí eu mando limpar, lavar paredes, arear panelas, essas coisas, pois já que “tô” pagando, dou serviço para eles, e também se de repente aparece uma excursão ou dá um movimento bom de pessoal daqui, tenho que “tá” preparado. E já que eles estão treinados, eu tenho que manter, pois é muito complicado achar mão-de-obra “boa” nessa cidade, então prefiro ficar com os meus, que daí é garantindo. “Pra” te falar a verdade, a gente tem que manter aberto para fazer o giro, pois a gente se mantém com o dinheiro da temporada e de um outro feriadinho ou domingo ensolarado, é duro, mas pelo menos 6 meses eu trabalho no vermelho. Agora você me pergunta as causas, bom,

Ano Novo e Carnaval, é nessa época que o pessoal tem tempo “pra” viajar e acho que dinheiro também, por que gastam bem. Pense comigo, você acha que tem graça vir para praia no inverno, eu acho aqui um horror, não tem nada “pra” fazer, um monte de mendigos e gente desocupada bebendo e usando drogas, quem vai querer vir “prá” cá, sem contar que “tá” praticamente tudo fechado. Até quem tem apartamento ou casa, eles vêm até março e depois só voltam em setembro. Eu ainda acho que Guaratuba é cidade de veraneio e acredito que não vai mudar tão cedo, a não ser que façam grandes eventos e festas, até a terceira idade seria “legal”, mas aqui a saúde “tá” um horror, teria que melhorar muito. Sobre os impactos, eu acho que o maior é social, a maioria das pessoas fica desempregada, sem nada “prá” fazer, a maioria sem seguro desemprego, pois trabalham informalmente, imagine todo esse povo sem dinheiro, aprontam um monte por aí, daí cresce a criminalidade, o uso de drogas, o tráfico de drogas e muitos outros problemas que vem com a falta de emprego. Outra coisa, as pessoas que moram aqui fazem girar muito pouco o dinheiro no município, daí a gente só vê a cara da “grana” quando os turistas “tão” aqui. Outra coisa que eu observo, é que os turistas reclamam do preço, querem que aqui tenha o mesmo preço de Curitiba, impossível, “tamo” longe dos fornecedores, fica complicado manter preço baixo, sem contar que precisamos ganhar dinheiro na temporada, por isso eu também aumento os meus preços, pois depois (no inverno) tenho que colocar tudo lá “em baixo” para ter giro de mercadoria. Outra coisa que eu vejo na temporada, quando vou a praia - raramente -, é como esse povo é “porco”, fazem um sujeira nas praias e nas ruas, não tão nem aí, querem apenas aproveitar, curtir e “festar”, nem se preocupam com o lixo, depois reclamam “pra” nós aqui, “Como Guaratuba “tá” suja!”, “Vocês não cuidam da cidade de vocês!”, isso é complicado, eles querem tudo lindo e maravilhoso, mas não fazem nada para ajudar.

Entrevista 2 - M.C. Proprietária de uma loja de roupas no Centro de Guaratuba.

Você acha que existe sazonalidade do turismo em Guaratuba? Se sua resposta for sim, de que forma ela afeta o seu negócio e/ou função? Em sua opinião, quais seriam as causas que levam à existência da sazonalidade no município de Guaratuba? Quais os efeitos da sazonalidade em Guaratuba?

Resposta: Sim, eu acho que existe sazonalidade e bem grande, com picos muito altos no verão e ociosidade no inverno. Bom, o meu comércio é muito afetado com a sazonalidade, pois na temporada eu tenho que manter 5 funcionárias e ainda não damos conta de atender tanta gente, passa o Carnaval, tenho que dispensar 4 e fico apenas com uma funcionária, que fica para eu poder sair, senão nem precisaria. Em janeiro e fevereiro, a loja fica cheia o dia todo e entra muito dinheiro, mas a partir de abril, tem dias que nem abro o caixa, eu preferiria que tivesse sempre um pouquinho, esses altos e baixos desestruturam a gente, fica difícil investir, melhorar, crescer. Bom, sobre as causas, eu acredito que a principal seja o clima, pois dificilmente as pessoas vêm para a praia em dias frios e com chuvas (e aqui não para de chover). Outro fator são as férias escolares, tanto as de verão, quanto as de inverno, pois os pais só podem viajar quando os filhos estão em férias e Guaratuba é uma cidade de segunda residência, a maioria das pessoas que vêm para cá para aproveitar suas casas e apartamentos, que ficam fechados o ano todo. Outra coisa, Guaratuba não tem opções, é só a praia, se tivesse eventos, atividades fora de temporada, acredito que mais pessoas viriam para cá com mais frequência, também acho que não existe um *marketing* turístico para fora de temporada, as pessoas nem sabem que existe Guaratuba fora da temporada de verão. Olhe Balneário Camboriú, tem tudo, as pessoas nem vão mais por causa da praia, vão para curtir a cidade, as opções de lazer, é isso que falta em Guaratuba opções de lazer. Sobre os efeitos, acho que a sazonalidade traz problemas econômicos e sociais, pois as pessoas ficam sem dinheiro e sem emprego durante uma boa parte do ano. A criminalidade aumenta muito no inverno, já que na temporada tem policial por toda parte e depois Guaratuba vira “terra de ninguém”. Outra coisa que eu observo é o preço da comida, na temporada fica quase inviável comer fora, os preços são altíssimos, até os supermercados se aproveitam e colocam tudo lá em cima, isso é um absurdo. As vezes parece que perco a minha identidade como guaratubana, para me adaptar ao jeito dos turistas, isso é horrível.

Entrevista 3 - J. G. Proprietária de imóvel de segunda residência em Guaratuba.

Você acha que existe sazonalidade do turismo em Guaratuba? Se sua resposta for sim, de que forma ela lhe afeta? Em sua opinião, quais seriam as

causas que levam à existência da sazonalidade no município de Guaratuba? Quais os efeitos da sazonalidade em Guaratuba?

Resposta: Obviamente existe, uma cidade que tem 30.000 habitantes, receber mais de 300.000 em apenas 2 meses já caracteriza a sazonalidade. Bom, gosto do verão, mas todo aquele povo me estressa, os preços ficam mais altos, o trânsito insuportável, tem fila para tudo, há muita poluição, tanto ambiental, quanto sonora e visual. Como tenho apartamento aqui e moro em Curitiba, venho praticamente todo final de semana ensolarado e nos feriados, adoro Guaratuba sem aquele fervor, venho descansar, curtir a paisagem, respirar ar puro. Acho que Guaratuba, por causa de seu clima agradável seria a cidade ideal para segunda residência de idosos, pena que o sistema de saúde ainda é ruim, esse pessoal poderia fazer a economia crescer durante o período de inverno. Acho que se a Prefeitura investisse em estrutura para trazer esse pessoal, Guaratuba seria uma ótima cidade de segunda residência fora de temporada também. Sobre as causas, acredito que a principal seria a falta de infra-estrutura e atividades de lazer para atrair pessoas o ano todo. Outras causas seriam o clima e a época de férias escolares (a maioria das pessoas prefere viajar no verão e com os filhos). Outro fator importante é a renda, no final do ano, as pessoas recebem décimo terceiro salário, férias remuneradas, isso os ajuda a sair de casa em busca de lazer. Sobre os efeitos da sazonalidade, para mim, o pior é o acúmulo de pessoas no verão, a gente quase nem consegue sair de casa, tudo tem fila, trânsito, preços altos etc. Mas o lado bom é que existem várias opções de lazer e diversão. Como venho para Guaratuba durante o ano todo, percebo que no inverno há muitas pessoas ociosas e muita criminalidade, talvez pela falta de policiais para atender um município tão extenso. Ah, outra coisa que eu não gosto de ver, e que é decorrente do grande fluxo de pessoas, é o lixo e a sujeira, os visitantes não cuidam do meio ambiente, acho isso um absurdo. Também quero fazer uma reclamação: a maioria dos lugares atende muito mal o visitante, e muitas pessoas só voltam se são bem atendidas, acredito que o município e o empresariado deveriam investir em qualificação de mão-de-obra no setor de serviços diretamente ligados ao turismo.

Entrevista 4 – J.S. Turista de veraneio, que permaneceu na cidade 7 dias e hospedou-se em uma pousada com a família.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

Você acha que existe sazonalidade do turismo em Guaratuba? Se sua resposta for sim, de que forma ela lhe afeta? Em sua opinião, quais seriam as causas que levam à existência da sazonalidade no município de Guaratuba? Quais os efeitos da sazonalidade em Guaratuba?

Resposta: Olha, não posso dizer se existe ou não, pois nunca estive em Guaratuba em outra época do ano. Mas acredito que deva existir, pois já ouvi vários nativos falando que no inverno é super difícil de manter os estabelecimentos abertos, que o município fica vazio e que poucas pessoas vivem bem por aqui. No meu ver, os problemas que vem com a sazonalidade não me afetam, pois fico aqui apenas uma semana e usufruo de tudo que o município pode me oferecer, nem consigo imaginar este lugar vazio e sem opções de lazer. Na minha opinião leiga, acredito que a principal causa da sazonalidade aqui em Guaratuba seja o período de férias e acho que também o clima pode influenciar as pessoas, pois não imagino praia com clima frio. E no meu caso, eu só não venho mais vezes a Guaratuba durante o ano porque moro longe e preciso de tempo para ficar aqui e curtir o meu descanso e também porque só recebo férias do meu trabalho no final do ano. Quanto aos efeitos, penso que o maior deva ser o desemprego e a falta de dinheiro da população e para mim, acredito que seja o preço alto das mercadorias nos supermercados e restaurantes.

Entrevista 5 – Prefeitura Municipal - Membro do Administrativo.

Você acha que existe sazonalidade do turismo em Guaratuba? Se sua resposta for sim, de que forma ela afeta seu negócio e/ou função? Em sua opinião, quais seriam as causas que levam à existência da sazonalidade no município de Guaratuba? Quais os efeitos da sazonalidade em Guaratuba?

Resposta: Sim, com certeza existe sazonalidade do turismo em Guaratuba. O administrativo é muito afetado pela sazonalidade, pois temos que nos virar com verbas estaduais e federais para 33.000 habitantes e receber mais de 300.000 pessoas na época de verão. Veja bem, a estrutura para manter a cidade é simples, mas para atender os visitantes exige algo mais complexo em questão de abastecimento e saúde. É muito complicado planejar Guaratuba, pois os moradores exigem obras nos bairros onde moram e o visitante exige estrutura e atividades na região central e costeira. Você pode imaginar como é difícil para a gestão pública

atender a demanda de pessoas na cidade, claro que a Operação Verão do Governo do Estado ajuda muito na questão de pessoal para atividades relacionadas ao lazer e segurança, mas em questão de fiscalização e atendimento, chegamos a contratar mais de 100 pessoas para trabalhar nessa época, onerando muito a nossa folha de pagamento. Nós procuramos fazer o melhor para a nossa população, mas esses picos de altos e baixos dificultam uma administração pública mais linear e pautada nas prioridades dos moradores. Quanto às causas, posso dizer que, na minha opinião, a principal seria o clima, depois as férias escolares, e na seqüência a falta de atividades fora da temporada de verão, como eventos, festas, congressos etc., as falta de infra-estrutura de saúde adequada para atender a demanda de idosos que poderiam viver em Guaratuba, aproveitando o clima ameno e o ar agradável (sem poluição). Outra causa poderia ser a falta de um plano de *marketing* turístico adequado e focado em nichos de mercado, mas um plano em conjunto, prefeitura e empresários, lutando para trazer mais pessoas para cá. Os efeitos são claros, desemprego, criminalidade, falta de dinheiro na economia local, isso na baixa temporada, e na alta seria o aumento abusivo de preços, lixo, degradação do meio ambiente natural e urbano.

Entrevista 6 – J. R. da S. Morador nativo e pescador.

Você acha que existe sazonalidade do turismo em Guaratuba? Se sua resposta for sim, de que forma ela afeta seu negócio e/ou função? Em sua opinião, quais seriam as causas que levam à existência da sazonalidade no município de Guaratuba? Quais os efeitos da sazonalidade em Guaratuba?

Resposta: Existe. Afeta muito, pois quando tem turista na cidade a gente trabalha mais e também vende mais. Fora de temporada a vida da gente é muito difícil, sabe senhora, ainda tem aquela época que a gente tem que ficar sem trabalhar “pra” que os “peixe” e os “camarão” desovem, o defeso. Sem trabalhar e gastando, a vida fica muito complicada, ainda que eu recebo um salário do governo nesses “mês”, mas eu tenho muitos “colega” que não “recebe” nada, daí ficam por aí bebendo, usando drogas, gastando todo o dinheiro que ganharam na temporada. Se a gente tivesse alguma outra alternativa de trabalho no inverno seria mais fácil viver, mas a maioria das “pessoa” ficam sem serviço nessa época. A gente fica triste, mas fazer o quê. Eu acho que as “causa” desse negócio aí que a senhora “falo” é

férias “pra” “viajá”. Acho que outro motivo é a falta do que “fazê”, turista gosta de “saí”, “festa”, “comê” fora, “fazê” compras, essas “coisa”, e aqui não tem nada “pra” fazê no inverno. Sobre os “efeito”, acho que o principal é o desemprego e depois o dinheiro, o povo fica sem dinheiro e daí vai “comê” e “vesti” o quê? Vai “roba” e “apronta” por aí, “pra” “tê” o que “comê”.

Entrevista 7 – Secretaria Municipal do Bem Estar Social, Trabalho e Cidadania.

Você acha que existe sazonalidade do turismo em Guaratuba? Se sua resposta for sim, de que forma ela afeta seu negócio e/ou função? Em sua opinião, quais seriam as causas que levam à existência da sazonalidade no município de Guaratuba? Quais os efeitos da sazonalidade em Guaratuba?

Resposta: A sazonalidade existe e é bem visível no município. Aqui no nosso trabalho, temos problemas durante o ano todo. No início da temporada aparecem os aventureiros em busca de trabalho, que na maioria das vezes não conseguem trabalhar, ficam pelas ruas dependendo de esmolas e ajuda da comunidade. Este ano que passou, pegamos esse pessoal e mandamos de volta para suas cidades (pagamos a passagem), foi uma forma de diminuir esses aventureiros. Claro que durante a temporada aparecem outros mais, mas eles conseguem se manter, pois o clima está agradável (para dormirem na rua) e as pessoas (turistas) acabam por ajudar a manter esse povo. Um problema grave é que muitas dessas pessoas são arruaceiras e viciadas em drogas e álcool, o que exige um trabalho mais próximo da secretaria. Depois da temporada começa um trabalho um pouco mais complicado. Lá pelo mês de abril e maio, começam a aparecer pessoas que precisam de emprego e ajuda para começar um novo serviço, as pessoas estão desesperadas precisando de dinheiro ou de uma ocupação. Neste sentido a prefeitura procura trazer oficinas e fazer um trabalho junto à comunidade para que a auto-estima do povo não caia e esse venha a desistir. Entre os meses de maio e agosto, é a pior época, isso que ainda tem várias pessoas que estão recebendo o seguro desemprego. Precisaríamos ter atividades (turísticas ou não) anualmente para diminuir a ociosidade desse povo e conseqüentemente melhorar sua auto-estima. Sobre as causas, acredito que o clima seja um fator importante, a disponibilidade de tempo livre, tipo férias, falta de atividades que atraiam as pessoas fora da temporada

de verão. Sobre os efeitos, acredito que o principal seja o desemprego e conseqüentemente o aumento da criminalidade.

Entrevista 8 – F. G. (arquiteto) - Departamento Municipal de Turismo.

Você acha que existe sazonalidade do turismo em Guaratuba? Se sua resposta for sim, de que forma ela afeta seu negócio e/ou função? Em sua opinião, quais seriam as causas que levam à existência da sazonalidade no município de Guaratuba? Quais os efeitos da sazonalidade em Guaratuba?

Guaratuba possui uma sazonalidade do turismo sim, e grande. É uma cidade "balneário" (podemos dizer que também às vezes é uma cidade dormitório) que sobrevive exclusivamente das temporadas de veraneio, muito devido à conformação física que possui, isto é, com a abertura da estrada de acesso ao Município (antes a cidade era praticamente ilhada e levava-se quase 1 mês para chegar à Curitiba, diminuindo para 6 horas com a estrada e hoje para 1h30 com a BR-101), deu-se início ao loteamento dos terrenos próximos à orla da Praia Central e até hoje esse fenômeno se repete (estendendo-se ao longo do eixo de acesso a Guaratuba, entre os bairros do Brejatuba até Nereidas). Voltando à questão da sazonalidade, ela é percebida no longo espaço de tempo entre as temporadas de verão (antigamente de dezembro a março, e hoje de dezembro a fevereiro no máximo) e o inverno (julho, quando acontecem as férias e a Festa do Divino), sem esquecer dos feriados pontuais (Páscoa, Dia do Trabalho, Corpus Christi, Sete de Setembro e Quinze de Novembro). A sazonalidade está, na minha opinião, intimamente ligada não apenas à visão (seja pela população local, turistas e veranistas) que se tem da cidade como um mero balneário que sobrevive das temporadas e do setor terciário (serviços e comércio), como pela mentalidade (cultura local) já assimilada pelo trabalho esporádico, num curto espaço de tempo e visando altos lucros. Pensa-se assim: ontem não ganhei, quero tudo hoje e nada amanhã. Quase sempre não havia um planejamento a médio e longo prazo (prefeitura-governo do estado-empresários), não aparecem investimentos diferenciados e nem projetos inéditos, longe do lugar-comum. Essa mesmice condena o turismo local à eterna sazonalidade. Sem uma melhor infra-estrutura hoteleira e a devida exploração dos atrativos já existentes (naturais, culturais e históricos), Guaratuba ficará fadada a receber um público de

para Santa Catarina e litoral de São Paulo e Rio de Janeiro (quando não do Nordeste - muito explorado e tão mais carente de infra-estrutura que nossa Guaratuba). As causas da sazonalidade do turismo em Guaratuba são a falta de uma melhor infra-estrutura em geral (hoteleira, gastronômica, de divulgação do município), a necessidade de melhorar muito a estrutura de apoio ao turismo (capacitando agentes locais e a mão-de-obra em geral) e principalmente a ideia de cidade pequena (atrasada e fora do tempo) frente ao seu enorme território e potencial de desenvolvimento turístico (alvo de discussões intermináveis, mas carente de realizações). É uma mentalidade a ser modificada a médio e longo prazo com a execução de um grande plano diretor de desenvolvimento econômico e turístico para a região. Os efeitos da sazonalidade do turismo em Guaratuba são facilmente percebidos: faltam estoques reguladores nos supermercados, a circulação viária e as vagas de estacionamento não suprem a demanda das altas temporadas, os restaurantes não estão preparados para grandes contingentes e não sobrevivem a períodos de baixa frequência turística (assim como os hotéis, comércio, serviços etc.), a segurança pública é ineficiente, a saúde depende de um hospital regional, os empregos giram em torno da prefeitura, construção civil e turismo (comércio, serviços, sem nenhuma atividade diferente, inovadora, com apelo e atratividade de um público maior). Não há um cinema, uma biblioteca pública, apenas um museu (Casa da Cultura), nenhum pavilhão ou espaço público com infra-estrutura adequada às festividades, feiras, produtos do município. O turismo náutico é quase inexplorado, sem falar do turismo ecológico, com parques que existem apenas por decretos e que não dispõem de uma mínima estrutura de apoio, proteção e fiscalização. Nesse sentido estamos insistindo na contratação de uma equipe de apoio para garantir a execução de um grande projeto de desenvolvimento sustentável para Guaratuba. Contamos com recursos do PAC-CH, parcerias com a APPA, Prodetur, entre outros programas, além do retorno dos investimentos do governo estadual, que há muitos anos não dialoga com Guaratuba por puro desinteresse das administrações municipais anteriores.

Entrevista 9 – Departamento Municipal de Meio Ambiente.

Você acha que existe sazonalidade do turismo em Guaratuba? Se sua resposta for sim, de que forma ela afeta seu negócio e/ou função? Em sua opinião,

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

quais seriam as causas que levam à existência da sazonalidade no município de Guaratuba? Quais os efeitos da sazonalidade em Guaratuba?

Resposta: A sazonalidade do turismo existe e isso é fato. O nosso departamento procura sensibilizar os turistas sobre a importância de preservar o meio ambiente, a não sujar as vias públicas e praias, a ligarem suas casas ao tratamento de esgoto, mas isso é bem complicado na época de verão, pois a maioria dos visitantes está apenas preocupada com as suas férias de verão. Mas para nós do meio ambiente é até importante que exista essa pausa no número de visitantes, pois assim o meio ambiente natural, próximo da praia consegue respirar. Mas Guaratuba não tem somente praias, possui uma APA e parques que precisam de constante monitoria. Ainda existem alguns projetos de desenvolvimento sustentável, envolvendo as comunidades tradicionais, projetos de criação em confinamento de espécies marinhas nativas, como o cultivo de ostra e camarão. Sobre as causas, acredito que a principal seja o clima, pois as pessoas gostam de vir para cá no verão, e acho que as férias de final de ano são o ponto forte da temporada. Acho que as pessoas não vêm para cá fora de temporada porque aqui é morto, vão fazer o quê aqui em Guaratuba no frio. Sobre os efeitos, pelo que percebo, o principal deve ser o desemprego e falta mão-de-obra qualificada, tanto no verão quanto no inverno.

Entrevista 10 – Delegacia de Polícia Civil de Guaratuba.

Você acha que existe sazonalidade do turismo em Guaratuba? Se sua resposta for sim, de que forma ela afeta seu negócio e/ou função? Em sua opinião, quais seriam as causas que levam à existência da sazonalidade no município de Guaratuba? Quais os efeitos da sazonalidade em Guaratuba?

Resposta: Sim. Durante a temporada, fazemos o trabalho de expediente, pois o Governo do Estado envia centenas de policiais militares e civis para fazer o trabalho de abordagem e plantões. Mas esses policiais abrem centenas de inquéritos que depois da temporada ficam abertos para os poucos policiais designados para Guaratuba finalizá-los, isso é um problema, mas é importante dizer que os delitos de temporada geralmente estão ligados ao trânsito, ao uso de drogas, às brigas, os registros de assaltos e homicídios são poucos e, a maioria desses crimes é cometida por visitantes. O problema é depois da temporada de verão, a

as brigas entre amigos e familiares, assaltos e homicídios. Para você ter uma idéia, no ano de 2009, tivemos um homicídio na temporada de verão e 36 homicídios no período entre março e agosto, e o principal motivo foi o tráfico e o uso de entorpecentes. Um dos maiores problemas de Guaratuba fora de temporada de verão é o tráfico e uso de drogas, que leva a população a cometer grandes delitos. Talvez o desemprego e a falta de estabilidade econômica, justifique, um pouco, esse problema. Você me pergunta sobre as causas da sazonalidade, eu acho que o fator principal é o clima, mas a falta do que fazer faz com que as pessoas não queiram vir para cá fora da alta temporada. Eu acho que as pessoas querem vir para praia nas férias, quando se tem muito tempo livre e muitas atividades para se fazer. Acho que sobre os efeitos, como já falei anteriormente, é o aumento da criminalidade e o desemprego.

Entrevista 11 – S. L. da L. Agência do Trabalhador de Guaratuba.

Você acha que existe sazonalidade do turismo em Guaratuba? Se sua resposta for sim, de que forma ela afeta seu negócio e/ou função? Em sua opinião, quais seriam as causas que levam à existência da sazonalidade no município de Guaratuba? Quais os efeitos da sazonalidade em Guaratuba?

Resposta: Existem sim. Bom é muito interessante analisar como a sazonalidade do turismo afeta diretamente o meu serviço. Vamos começar pelo mês de setembro, nesse mês os moradores de segunda residência procuram pessoal para trabalhar com zeladoria em reparos em seus imóveis e o comércio começa a procurar mão-de-obra para capacitá-los até a temporada. Entre setembro e fevereiro a procura por seguro desemprego é muito pequena. Nos meses de novembro e dezembro acontece o “boom” da procura. Todo mundo está desesperado atrás de gente para trabalhar, em praticamente todas as áreas. O único setor que diminui a procura no final de ano é a construção civil. Nos meses de janeiro e fevereiro ainda há procura, mas em menor escala. Nos três próximos meses, março, abril e maio, trabalhamos como loucos dando entrada nos pedidos de seguro desemprego e FGTS, nessa época a maioria do pessoal que começa a trabalhar no final do ano está desempregado. Junho, julho e agosto ficamos praticamente sem ter o que fazer. O trabalho é mínimo e os pedidos de empréstimos, junto ao Banco Popular (que fica em anexo a agência) são em grande escala, tanto que nessa época sou

trabalho é bem diferente de outras cidades que tem uma população estável, através do meu trabalho percebo nitidamente a sazonalidade da prestação de serviços no município. Sobre as causas da sazonalidade para o turismo, eu acho que a principal é o clima e em segundo lugar a época de férias, a maioria das pessoas viaja quando os filhos estão em férias. Minhas férias, por exemplo, são em agosto, raramente viajamos, pois meus filhos estão em aula. Acho que Guaratuba tem bons hotéis e restaurantes e deveria atrair pessoas para usufruir desses locais fora de temporada também, através de eventos, *shows*, encontros etc., eu acho que falta *marketing* turístico para divulgar esses espaços e atrair mais pessoas. Com relação aos efeitos, para mim o principal é o desemprego seguido de problemas econômicos enfrentados pela população fora de temporada. Talvez o aumento da criminalidade também seja um efeito da sazonalidade.

No item 4.3 segue a análise dos dados coletados.

Nesta pesquisa a autora realizou observações assistemáticas relativas à sazonalidade natural e institucional no município de Guaratuba, analisando principalmente os fatores clima, sócio-econômico e sócio-cultural.

4.2.2 Observação Assistemática

Para elaborar a observação assimétrica, que conforme Marconi e Lakatos (2008) é um técnica não estruturada, que também denomina-se espontânea, simples, livre etc, consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos específicos ou precise fazer perguntas diretas. Levou-se em consideração as categorias de causas da sazonalidade conforme Hartmann⁵⁰ (1986 *apud* ALMEIDA; KASTENHOLZ, 2009, p. 5) que subdivide a sazonalidade em natural e institucional.

4.2.2.1 Sazonalidade Natural em Guaratuba

Como dito anteriormente, a sazonalidade natural engloba vários fatores ligados diretamente com a variação do clima.

⁵⁰ HARTEMANN, R. **Tourism, seasonality and social change**. Leisure Studies, 5 (1), p. 25-33.

No que se refere ao clima, Guaratuba é ainda muito dependente do sol e do calor, como cidade balneária e sem praticamente opções de lazer e infra-estrutura fora da temporada de verão, sofre com o desequilíbrio sazonal da procura, que está ligado não apenas ao tipo de procura, mas também ao da oferta existente.

Os turistas visitam o município principalmente por causa da praia e do calor, não se importando com os preços ou com grandes engarrafamentos, o que querem na verdade é usufruir a oferta que o município oferece nesta época do ano. Já em outras épocas, caracterizada como baixa temporada, o turista, geralmente de segunda residência procura o município aos finais de semana para descansar e buscar um clima mais ameno, já que, mesmo no inverno, Guaratuba possui um clima agradável.

O turismo de massa que acontece na alta temporada traz consigo grandes impactos no meio ambiente, pois este suja as ruas e praias, polui rios, mares e a baía (através dos esgotos que são jogados diretamente ao mar), degrada áreas de preservação, como é o caso das áreas de restinga e dos mangues.

O que se observa é que enquanto Guaratuba não oferecer opções de lazer que não dependam do sol e da praia, o cenário não mudará. Os moradores já estão condicionados a trabalhar bastante no verão e trabalhar menos ou quase nada no inverno, dessa forma, o município fica a mercê do funcionalismo público e da baixa qualidade dos serviços prestados durante grande parte do ano.

4.2.2.2 Sazonalidade Institucional em Guaratuba

A sazonalidade institucional está intimamente ligada aos fatores sócio-econômicos e sócio-culturais, ou seja, dependente das férias escolares, das férias profissionais, dos feriados, e dos calendários nacional, estadual e municipal de eventos e também de questões de renda.

Além do clima, a sazonalidade institucional também é bem caracterizada em Guaratuba, já que não possui praticamente atrativos diferenciados para outras épocas, que não seja o verão. As pessoas estão condicionadas a viajar para Guaratuba em período de férias escolares e profissionais, ou seja, geralmente durante os meses de verão (dezembro a março) ou durante as férias escolares de inverno (julho) em menor escala. O que se percebe é que no inverno, a maioria dos

intuito de passar alguns dias, ou finais de semana em suas moradias. Um fator importante que traz essas pessoas no inverno é a Festa do Divino (10 dias de festa religiosa), que ocorre no mês de julho (Guaratuba, Prefeitura Municipal, 2010) movimentando o município durante esse período.

Durante o verão, o município de Guaratuba em parceria com o Governo do Estado e empresários locais oferece uma diversificação de atividades de lazer, esportivas e culturais, atividades essas, que em outras épocas do ano não acontecem, pois o município não possui verbas para tais investimentos, o Governo do Estado retira sua “Operação Verão” e a maioria dos empresários fecham suas portas para não correrem o risco da falência por falta de demanda. Enquanto não houver opções diferenciadas de atividades e/ou eventos em diferentes épocas do ano, Guaratuba permanecerá apenas ligada ao turismo de “sol e praia”.

Guaratuba não precisaria perder sua identidade de município balneário, onde as praias e o lazer ao sol são de grande relevância, mas poderia oportunizar opções diferenciadas de turismo durante várias épocas do ano, já que é um município com ampla extensão territorial, com áreas de proteção ambiental e envolvimento com o turismo cultural, de eventos, o ecoturismo, o turismo náutico e o turismo rural. Sua vocação é para turismo de “sol e praia”, mas sua infra-estrutura e equipamentos poderiam ser utilizados para que outras vertentes do turismo trabalhassem em outros períodos do ano.

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para melhor visualização dos dados coletados e posterior cruzamento e análise dos mesmos, foi elaborado um resumo (quadro 5), em que são demonstradas as respostas dos entrevistados na pesquisa de campo (entrevista focalizada). Na primeira lacuna do quadro foi colocado quem foi o entrevistado e na segunda, como essa pessoa era afetada pela sazonalidade. Na terceira lacuna foram colocadas as causas da sazonalidade, segundo o entrevistado, e na última lacuna, quais são os efeitos da sazonalidade conforme a opinião do entrevistado.

Entrevistado	Como é afetado pela sazonalidade	Causas	Efeitos
Proprietário de Restaurante – Churrascaria (aberto o ano todo)	<ul style="list-style-type: none"> * Precisa de muita mão-de-obra na temporada e fora da temporada profissionais ficam ociosos; * Trabalha no vermelho 6 meses no ano. * Falta de mão-de-obra qualificada 	<ul style="list-style-type: none"> * Férias escolares e feriados; * Falta do que fazer fora da temporada; * Comércio praticamente fechado e sem qualidade; * Falta de infraestrutura de saúde; * Clima. 	<ul style="list-style-type: none"> * Desemprego; * Falta de dinheiro na economia local; * Aumento da criminalidade; * Preços altos no verão; * Lixo e sujeira na temporada.
Proprietária de uma Loja de Roupas (localizada no Centro de Guaratuba)	<ul style="list-style-type: none"> * Número de funcionárias aumentam muito na temporada de 1 (fora de temporada) para 5 (na temporada) * Alto giro de dinheiro no verão e quase nada no inverno; * Trabalha no vermelho boa parte do ano (estoque parado) 	<ul style="list-style-type: none"> * Clima; * Período de férias (verão e inverno); * Turistas de segunda residência não tem opções de lazer; * Falta <i>Marketing</i> Turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> * População com baixa renda no período de inverno; * Preços abusivos na temporada; * Aumento da criminalidade; * A população local perde a identidade.
Turista de Segunda Residência	<ul style="list-style-type: none"> * Preços altos na temporada; * Trânsito igual aos grandes centros; * Fila para tudo; * Poluição ambiental, sonora e visual. 	<ul style="list-style-type: none"> * Falta de infraestrutura de saúde e de lazer fora de temporada; * Clima; * Período de férias; * Renda extra no final do ano. 	<ul style="list-style-type: none"> * Desemprego; * Pobreza no inverno; * Preços altos na temporada.
Turista de Veraneio	<ul style="list-style-type: none"> * Preços altos 	<ul style="list-style-type: none"> * Clima; * Período de férias; * Distância. 	<ul style="list-style-type: none"> * Desemprego; * Pouco giro de dinheiro fora da temporada; * Preços altos.
Morador Local – Pescador	<ul style="list-style-type: none"> * Mais renda no verão; * Resto do ano fica praticamente sem renda; * Falta trabalho no inverno. 	<ul style="list-style-type: none"> * Clima; * Férias; * Falta do que fazer. 	<ul style="list-style-type: none"> * Desemprego; * Falta de renda; * Aumento da Criminalidade.
Prefeitura – Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> * Planejamento administrativo e urbano; * A estrutura de abastecimento e de saúde; * Mais pessoas para trabalhar na prefeitura no verão; * Dificuldade em atender as prioridades dos moradores fixos no verão. 	<ul style="list-style-type: none"> * Clima; * Período de férias; * Falta de eventos, festas, congressos; * Falta de estrutura médico hospitalar; * Falta de um plano de <i>marketing</i> turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> * Desemprego; * Aumento da criminalidade; * População local com baixa renda; * Lixo; * Degradação do meio ambiente natural e urbano.
Secretaria do Bem Estar Social, Trabalho e Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> * Problemas sociais no verão com mendigos e pedintes e no inverno com pessoas ociosas e 	<ul style="list-style-type: none"> * Férias; * Clima; * Falta de atividades no inverno. 	<ul style="list-style-type: none"> * Baixa auto-estima da população em períodos de baixa estação;

	* Necessidade de prestar assistência à esses dois públicos em épocas distintas e com soluções diferentes.		criminalidade; * Desemprego.
Departamento de Turismo	* Mais trabalho; * Percebeu que a temporada de verão diminuiu de 3 para 2 meses.	* Falta infra-estrutura geral e de apoio ao turismo; * Falta qualificação da mão-de-obra; * Idéia de cidade pequena e atrasada; * Falta de atividades de lazer; * Falta de infra-estrutura adequada para eventos; * Pouco turismo náutico e ecoturismo, * Pouca segurança; * Pouca infra-estrutura de saúde; * Falta de um plano diretor de desenvolvimento econômico e turístico.	* Trabalhos esporádicos; * Desemprego; * Falta de estoque reguladores em supermercados; * Pouca capacidade de carga no trânsito; * Preços altos; * Falta de mão-de-obra qualificada na temporada; * Ociosidade dos serviços fora de temporada.
Departamento de Meio Ambiente	* Na temporada de verão trabalha mais com o turista; * No inverno trabalha mais com projetos sustentáveis com a população local.	* Clima; * Férias; * Falta de atividades fora da temporada de verão.	* Desemprego; * Falta de mão-de-obra qualificada.
Polícia Civil de Guaratuba	* Trabalho menos no verão, por causa da Operação Verão do Governo do Estado; * Problemas com inquéritos abertos na temporada de verão; * Fora de temporada sofrem com tráfico de drogas, os arrombamentos e com os homicídios.	* Clima; * Férias; * Falta de opções de lazer fora da temporada de verão.	* Aumento da criminalidade; * Desemprego.
Agência do Trabalhador de Guaratuba	* Serviço bem sazonal, épocas com muito trabalho e épocas ociosas;	* Clima; * Férias; * Falta de atividades fora de temporada de verão; * Falta de <i>Marketing</i> Turístico.	* Desemprego; * Aumento da Criminalidade; * Falta de Dinheiro no comércio; * Endividamento da população local.

QUADRO 12 – CAUSAS E EFEITOS DA SAZONALIDADE NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA.

FONTE: Elaborado pela autora (2010)

Analisando os dados obtidos através da observação e por entrevista focalizada, pode-se caracterizar a sazonalidade turismo no município de Guaratuba.

Além desses dados coletados, dados fornecidos pela prefeitura como, por exemplo,

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

o número de população flutuante e estudo de demanda da SETU - PR foram essenciais para esta análise.

Pelo estudo acima, pode-se afirmar que a sazonalidade afeta a maioria das pessoas entrevistadas. No comércio, os proprietários reclamam negativamente quando o assunto é número de funcionários, seja pela quantidade ou pela qualidade, pois há um grande problema de rotatividade, já que não conseguem manter muitos funcionários fora da temporada de verão e os novos contratados geralmente não são qualificados. Ainda se observa um grande problema em relação às altas despesas durante todo o ano, que faz com que os estabelecimentos trabalhem em *déficit* em grande parte do ano.

Quanto aos dois tipos de turistas entrevistados afirma-se que o turista que vem passar poucos dias, reclama apenas da inflação das mercadorias, comparando-as com o seu local de origem; já o turista de segunda residência, que freqüenta periodicamente a localidade, além da inflação, diz ser afetado pelo grande fluxo de automóveis, pelas filas em vários locais e principalmente pela poluição, pois como visita o município fora de temporada de verão, percebe como a cidade fica suja durante esse período.

Em relação ao morador local de origem humilde, como é o caso do pescador, analisa-se o seguinte: que durante o verão ele tem uma renda mais alta e vive melhor, mas que durante o resto do ano fica praticamente sem renda e reclama da falta de trabalho no período de inverno. Torna-se importante salientar que ele é um exemplo de cidadão, como muitos outros, que ficam boa parte do ano à mercê de pequenos “bicos” e atividades de finais de semana ou feriados para conseguir ter uma vida mais digna.

Na questão administrativa, a prefeitura não possui um planejamento administrativo e urbano adequado para todas as épocas do ano. Durante o verão a estrutura do município, principalmente no abastecimento e na saúde, é demandada no seu limite e muitas vezes a administração não está preparada. Nesta mesma época a prefeitura precisa contratar muitas pessoas para trabalhos temporários, o que exige um aumento no orçamento. Outra dificuldade encontrada pela administração do município está em atender as prioridades dos moradores da cidade durante o verão, que ficam na dependência das estruturas e das atividades de temporada.

Já a Secretaria de Bem Estar Social, Trabalho e Cidadania, trabalha o ano inteiro em função de pessoas com problemas sociais e financeiros. Na temporada de verão precisa minimizar o número de mendigos e pedintes nas ruas da cidade através de programas e durante os outros nove meses do ano precisa assistir os moradores que ficam desempregados, ociosos, com baixa auto-estima e sem dinheiro para honrar suas dívidas. Esta secretaria possui papéis bem distintos nas diferentes épocas do ano.

Os departamentos de turismo e meio ambiente analisam que há mais trabalho durante a temporada com os turistas, mas que durante o ano precisam de atividades que minimizem os impactos negativos da sazonalidade e de projetos mais sustentáveis junto à comunidade local.

O Policial Civil de Guaratuba argumentou que durante a temporada de verão o trabalho é melhor em relação ao serviço prestado fora desta época e que na alta temporada a Operação Verão do Governo do Estado está preparada para os delitos que acontecem. Como o policiamento é grande no verão, as infrações não são tão graves, mas assim que acaba o verão, começam os grandes delitos e a criminalidade aumenta e o junto com ela o serviço prestado por parte da polícia civil do município. O tráfico e o uso de entorpecentes são as principais causas de homicídio no município.

Na Agência do Trabalhador, o agente afirma que há falta de um trabalho linear, pois como qualquer atividade na cidade, o seu serviço também é dependente da temporada de verão e da procura por trabalho e linhas de crédito, já que o Banco Popular fica anexo a Agência do Trabalhador (estrategicamente).

Através da entrevista focalizada conseguiu-se caracterizar, segundo os entrevistados, as causas e efeitos da sazonalidade. A partir daí fez-se necessária uma releitura da figura 2, que foi re-elaborada pela autora, de acordo com as causas e efeitos da sazonalidade do município de Guaratuba especificamente.

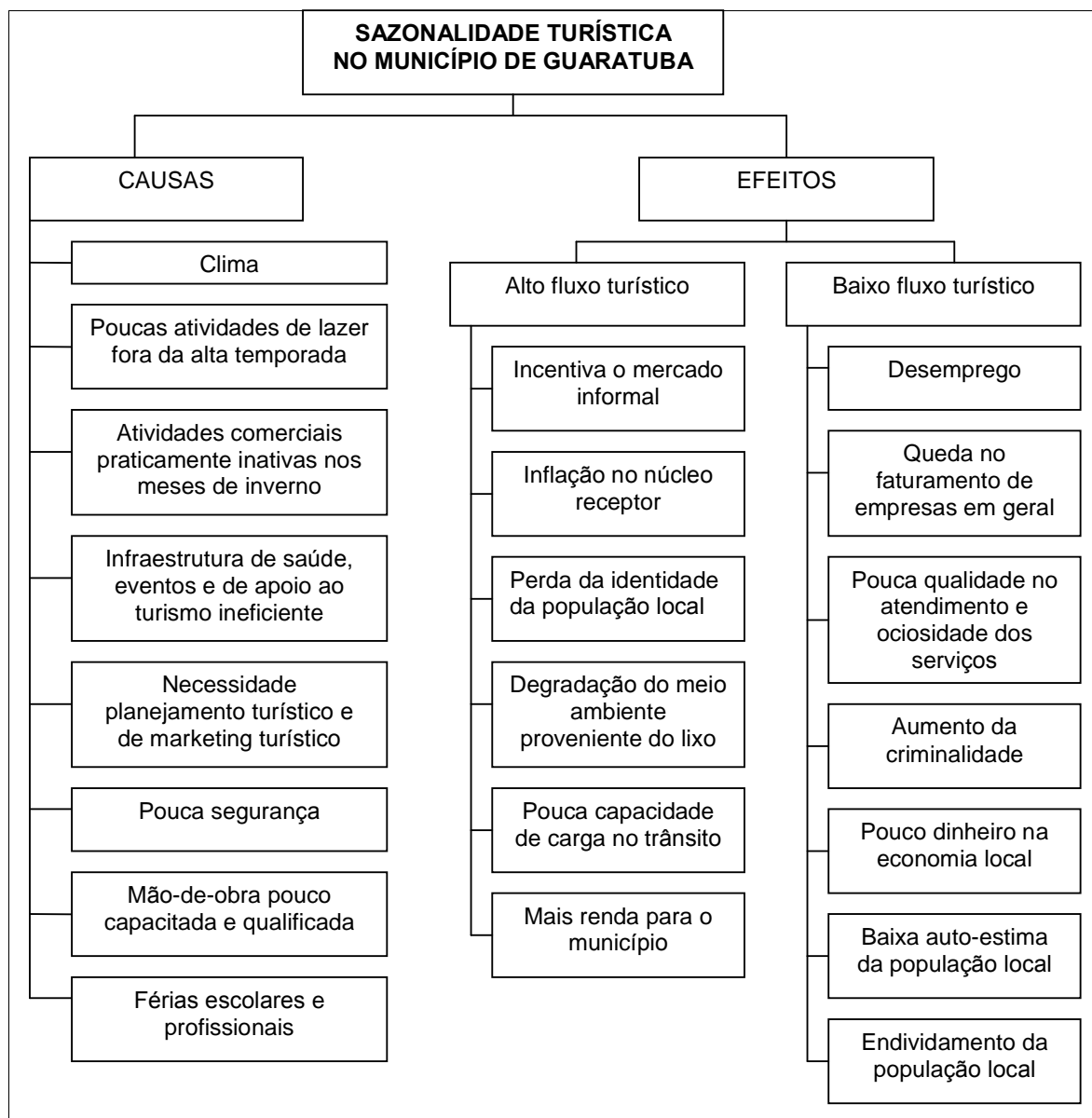


FIGURA 45 – CAUSAS E EFEITOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA

FONTE: Elaborado pela autora (2010)

A partir da figura 45, pode-se constatar que Guaratuba se caracteriza como uma cidade sazonal, com suas peculiaridades em relação ao turismo e que ainda depende essencialmente do turismo de “sol e praia” e que sofre com as causas e os efeitos advindos da sazonalidade, já que os efeitos negativos superam os positivos.

Mota (2001), ao criar a figura descreve de uma forma “genérica” as causas e os efeitos da sazonalidade; neste estudo buscou-se levantar as causas e os efeitos da sazonalidade no município de Guaratuba especificamente, chegando-se à

falta de atividades de lazer fora da alta temporada, atividades comerciais praticamente inativas no inverno, infraestrutura de saúde, eventos e de apoio ao turismo ineficientes, falta de um plano de *marketing* turístico, mão-de-obra pouco capacitada e qualificada, pouca segurança e as férias escolares e profissionais. Quando questionados, a maioria dos entrevistados cita que o clima e as férias são as maiores causadoras da sazonalidade, mas analisando bem, a cidade poderia reverter esse problema se proporcionasse ao visitante de fora de temporada de verão mais estrutura de saúde, eventos e qualidade nos serviços prestados, atraindo mais visitantes em outras épocas do ano.

Quanto aos efeitos, com o alto fluxo de pessoas é perceptível que há um incentivo ao mercado informal, que os preços sofrem uma grande alta, a população local perde sua identidade, já que procura copiar a cultura do visitante. Já o meio ambiente é mais degradado pela quantidade de pessoas que o usufrui e o trânsito que não comporta tal quantidade de automóveis. O lado bom de tudo isso, é que o município arrecada mais e os munícipes nessa época conseguem uma renda extra. Já quando há baixo fluxo de pessoas, e isso acontece na maior parte do ano, os efeitos são mais drásticos, pois há um grande aumento no número de desempregados, a queda do faturamento das empresas cai bruscamente, há queda na qualidade dos serviços prestados e ociosidade, aumenta a criminalidade, pois sem geração de emprego e renda as pessoas tentem a ir para o caminho do crime. Nessa época, as pessoas vêem sua auto-estima cair e o endividamento da população é algo certo.

Portanto, analisando Guaratuba percebe-se que o município faz parte do modelo excludente de desenvolvimento turístico, que é apenas uma das criações do arquétipo de sociedade dominante no mundo, que tem, de um lado, uma minoria usufruindo os "benefícios da modernidade" e, de outro, a maior parte da população vivendo na miséria ou tendo suas estratégias de sobrevivência ameaçadas.

O que tem sido observado é a simples adaptação de diversas localidades a esse modelo de sociedade vigente, atendendo, de um lado, o interesse de uma minoria beneficiada pelos lucros das novas formas e usos do território comercializado, e, de outro, as demandas de lazer e seus padrões de consumo impostos pelos próprios agentes produtores do espaço, criados e explorados pelo capital imobiliário e turístico nacional e internacional. A inserção da população no

tanto, é necessária a construção de estratégias que respondam, de maneira diferenciada e sem demagogia, à realidade vigente.

Uma postura ativa por parte da sociedade civil se faz fundamental. Enquanto os indivíduos se considerarem desprovidos de papel significativo na história, entendendo sua atuação como apenas individual, ligada à satisfação de seus desejos pessoais, estarão sujeitos à lógica excludente e suas consequências adversas.

Guaratuba precisa se inserir dentro do contexto do planejamento de médio e de longo prazo, com estratégias para que seu território seja utilizado de maneira coerente por munícipes e pela demanda esperada de pessoas tanto na alta temporada (verão) como em outras épocas do ano, procurando formas de atrair pessoas que possam usufruir o que o município tem a oferecer.

4.4 COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE A PESQUISA

Guaratuba é um município que sofre anualmente com os efeitos da sazonalidade, sua população atual é de aproximadamente 33.000 habitantes e durante a temporada de verão recebe em torno de 350.000 pessoas. E para suportar todo esse contingente necessita de infra-estrutura básica e de apoio adequadas, boa prestação de serviços e bom atendimento e conseqüentemente mão-de-obra qualificada.

Revê-se neste estudo, a existência de um consenso generalizado relativo à complexidade que caracteriza a sazonalidade do turismo, não tanto no que se refere às suas conseqüências, mas particularmente quanto às suas causas. Percebe-se a partir daí que os efeitos negativos devem ser tratados principalmente na causa, pois o que falta é um conhecimento mais aprofundado dos fatores explicativos de matriz estrutural por parte do município receptor e de matriz comportamental por parte do visitante. Almeida (2000) argumenta que a natureza do relacionamento entre a sazonalidade e as motivações dos visitantes não é conhecida, e questões tais como, se é a insatisfação com as condições no destino ou o desejo pelas atrações no destino que representam o maior papel no desenho dos padrões sazonais do turismo são também um mistério. Mas em Guaratuba as motivações parecem estar intimamente relacionadas com o clima e com as atividades de lazer oferecidas pelo

desenvolvimento de diversos esforços no sentido de explicar não só as causas, mas também as suas interligações com as motivações e constrangimentos da visita em diferentes épocas, isto, no sentido da melhor compreensão do fenômeno e da consequente formulação de estratégias mais eficazes para lidar com ele.

A diversificação da procura entende-se como uma das estratégias mais relevantes neste contexto. A maior eficácia na sua implementação numa área de destino justifica diretamente uma compreensão aprofundada do comportamento dos diferentes segmentos de turistas (e, eventualmente, diferentes origens) em diferentes épocas do ano.

Pode-se perceber a partir disso que Guaratuba praticamente não possui público turístico de baixa temporada, a não ser o dos segundos residentes que visitam o município em finais de semana, feriados e férias de julho. Já na alta temporada (três meses de verão) a demanda é caracterizada por curitibanos de classe média alta, que na sua grande maioria também são segundos residentes e por picos de movimentação de pessoal de outras procedências no final de ano e no carnaval. Então, comprova-se que as principais motivações dessas pessoas em vir para Guaratuba, são o clima, a facilidade em viajar nessas épocas por causa do tempo livre, a renda extra e as atividades que o município oferece aos seus visitantes.

Poder-se-á concluir que os fatores climáticos e estruturais atraem as pessoas para Guaratuba no verão e esses mesmos fatores, afastam-nas no inverno, determinando o tipo de sazonalidade existente.

Do ponto de vista econômico, o mercado presente na alta temporada pode parecer mais atrativo, implicando maiores receitas por turista, mas também onera os gastos dos moradores, gerando uma inflação generalizada. Nesse contexto também aparecem muitos aventureiros e o mercado informal que não ajuda muito a economia local, apenas gera mais concorrência e minimiza a quantidade de receita que deveria ficar no município.

Adicionalmente analisando as causas da sazonalidade, a administração municipal juntamente com os empresários locais deveriam propor novos atrativos, produtos e serviços que pudessem aumentar o interesse das pessoas em visitar Guaratuba e conseqüentemente reverter os efeitos negativos da sazonalidade.

Os mercados sazonais são especialmente diferentes do ponto de vista

caso de Guaratuba, revela diferentes formas de comportamento local e turístico ao longo das estações. Em geral, qualquer destino procura atrair turistas ao longo de todo o ano, mas entender as diferenças entre os segmentos de mercado sazonais pode ajudar a identificar, selecionar e servir melhor cada grupo, incrementando assim o potencial de eficácia da estratégia de diversificação da procura turística.

Identificar os públicos do município e principalmente identificar as causas do fenômeno pode auxiliar em formas de planejamento mais eficazes e com resultados mais interessantes aos atores envolvidos.

Os municípios que convivem com os efeitos negativos da sazonalidade deveriam comprovar a existência do fenômeno na sua amplitude e analisar formas de minimizar seus impactos principalmente na comunidade local e rever formas de atenuá-lo a fim de atrair mais visitantes em épocas com menos fluxos de turistas.

CONCLUSÃO

Este estudo buscou demonstrar a existência de um consenso generalizado relativo à complexidade que caracteriza a sazonalidade do turismo, não tanto no que se refere às suas conseqüências, mas particularmente quanto às suas causas, tendo o município de Guaratuba como estudo de caso.

O turismo materializa-se na lógica da diferenciação geográfica dos lugares e das regiões (MOLINA, 2007). Tornou-se, com efeito, importante aos cientistas sociais para a compreensão do chamado desenvolvimento local e regional e da própria sociedade. Diz respeito ao espaço, pois as relações sociais ocorridas ao longo do tempo alteram e reestruturam espaços produzidos em tempos diferenciados, construindo os patrimônios culturais, as cidades, ou seja, os lugares que passam a ser objeto de olhar do turista.

As cidades com seus serviços e equipamentos, os elementos naturais e culturais estão inseridos e distribuídos de forma diferenciada, conferindo ao turismo uma dimensão espacial. Esses lugares são habitados e os habitantes, portanto, são os anfitriões. O turismo é uma atividade que implica o consumo dos espaços com diversidade de formas de utilização estruturantes de paisagens e de negócios e dá agilidade a processos dotados de grande capacidade de organização territorial. Cada modalidade de turismo cria uma demanda por espaço, quer seja área de montanha, litoral, áreas urbanas ou rurais.

Analisando de forma mais pormenorizada os pontos fortes e fracos do município de Guaratuba, verifica-se que o município ainda possui construções de valor histórico-cultural e também um amplo valor natural, através de suas praias, matas e rios. Guaratuba encontra-se às margens da Baía de Guaratuba e seu acesso, a partir de Curitiba, se faz via *ferry-boat* vindo pela BR-277, ou pela BR-376, via Garuva-SC, favorecendo o acesso rodoviário dos visitantes, distando aproximadamente 117 km de Curitiba.

Sua sinalização tanto turística, quanto informativa ainda é muito deficiente. Guaratuba é um município com uma ampla área territorial e com disponibilidade de espaço para desenvolver cada vez mais o turismo de “sol e praia” e de eventos e também uma grande área rural e de proteção ambiental. Constatou-se que o atual poder público se interessa em envolver a comunidade nas atividades, mas a

comunidade em geral ainda está pouco envolvida com o processo de conscientização e sensibilização turística.

Um fator muito positivo a se considerar é o atual interesse político com o planejamento e a gestão ordenada do turismo, mas mesmo assim, Guaratuba ainda precisa melhorar no que diz respeito aos equipamentos de apoio ao turismo e na infra-estrutura. Isso deve acontecer por ser um município com grande sazonalidade e com pouca entrada de divisas na maior parte do ano, dificultando os investimentos por parte do empresariado.

Guaratuba possui atrativos naturais preservados e com potencial e apelo turístico, como é o caso da comunidade do Cabaraquara, onde ainda existe uma grande porção de Mata Atlântica, rios e mangues, montanhas e uma comunidade receptiva que oferece várias opções para o visitante. Trilhas, artesanato e principalmente a degustação de ostras, cultivadas e servidas em ambientes rústicos. A trilha que leva ao topo do morro do Cabaraquara proporciona uma bela visão do Oceano Atlântico, da Serra do Mar e de toda cidade.

Além do Cabaraquara o município possui a Área de Proteção Ambiental (APA de Guaratuba), declarada como área de proteção em 1992, com o objetivo de resguardar os aspectos biológicos, cênicos e culturais de uma extensão aproximada de 199.596,50 hectares de Floresta Atlântica e ecossistemas associados. Seu perímetro inicia na linha de Tombamento da Serra do Mar e abrange parte dos municípios de Guaratuba, Matinhos, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais e Morretes. A APA de Guaratuba tem como objetivo compatibilizar o uso racional dos recursos ambientais da região e a ocupação ordenada do solo, protegendo a rede hídrica, os remanescentes da Floresta Atlântica e de manguezais, os sítios arqueológicos e a diversidade de fauna e flora. Salienta-se que a criação da APA disciplinou o uso turístico e garantiu a qualidade de vida das comunidades caiçaras e da população local. Outro local que procura preservar o meio ambiente é o Parque Estadual do Boguaçu, criado em 1998, com uma área de 6.052 ha, com objetivo de assegurar a preservação dos ecossistemas de manguezais, restinga do entorno do Rio Boguaçu e Boguaçu Mirim. O Parque Estadual do Boguaçu, além de importante função de preservação, poderá se tornar um equipamento urbano de lazer e cultura, voltado para a conscientização da comunidade da importância e notabilidade da paisagem litorânea.

Verifica-se que o atual governo está se preocupando com a qualidade da estrutura turística, que pode ser usufruída pelos moradores e visitantes. Mas é necessário buscar formas de melhorar a infraestrutura básica (saneamento básico, ruas, calçadas, transporte coletivo), que ainda é precária para a quantidade de demanda esperada para a alta temporada. Outro fator importante, que também deve ser levado em consideração, é o sistema saúde, que ainda é apresenta deficiências graves, tanto na alta quanto na baixa temporada.

Os principais atrativos de Guaratuba são as praias e a Baía de Guaratuba, e todo este ambiente é fundamental para manter a vida de peixes, aves, crustáceos, moluscos e mamíferos e atrair visitantes. A dinâmica e ciclo de ressacas e chuvas distribuem os nutrientes para a praia e o interior das dunas, surgindo novos brotos da vegetação e abrigo para os animais. Se não houver uma atenção para este ambiente muito pouco vai mudar e os visitantes e moradores são os atores principais desse processo de visitação e preservação. Além das praias, o visitante pode usufruir as paisagens e visitar alguns morros dentro do município, como é o caso do Morro do Pinto, do Morro Morretes e do Morro Espia-Barco. Mas a maioria dos turistas visita Guaratuba em busca da praia e procuram águas com boas condições de balneabilidade e infraestrutura mínima para curtir suas férias, feriados e finais de semana. A Praia Central é o principal ponto turístico da cidade em época de temporada de verão e deve ser melhorada para agradar seus visitantes e atrair outros mais.

Durante a temporada de verão a imagem do município é mostrada diariamente pelos meios de comunicação, como forma de difundir ao público as suas condições turísticas mas, analisando bem, a imagem do município, ainda é deficiente (pobre) no núcleo emissor e nos possíveis núcleos emissores, durante todo o resto do ano, precisando ser melhorada, para atrair pessoas durante outras épocas do ano. Outro ponto importante a se considerar é a segurança pública: Guaratuba está com problemas de segurança em épocas de pouca demanda de turistas, gerando seus moradores e possíveis visitantes um receio de violência.

Quanto às acomodações, embora Guaratuba possua muitos locais de relevância, como hotéis e associações, ainda as casas próprias ou acomodações alugadas são as principais formas de hospedagem, caracterizando a existência nítida do turismo de segunda residência.

Para o desenvolvimento ordenado do turismo, o município precisaria de mais projetos, incentivos fiscais e financeiros, já que o orçamento é limitado para políticas específicas de turismo e *marketing* turístico. Sem contar que a qualidade na prestação de serviços ainda é deficiente, por faltarem de profissionais capacitados e qualificados.

Quanto à região rural, a área do Rio Cubatão poderia ser melhor explorada turisticamente, se houvesse mais infraestrutura e divulgação do local, já que há grande potencial para a exploração do ecoturismo e do turismo de aventura.

Enfim, Guaratuba é um município caracterizado pelo turismo de “sol e praia” e nitidamente volúvel à renda advinda da alta temporada (verão), o que causa grandes impactos sociais e econômicos durante outros períodos do ano. Guaratuba, se bem planejada turisticamente, poderia tornar-se um pólo do turismo paranaense durante todos os meses do ano, procurando associar o turismo de eventos ao de lazer e explorando o ecoturismo e o seu patrimônio cultural, histórico e natural, dessa forma valorizando o que a cidade tem de melhor a oferecer e consequentemente trabalhando novas atividades geradoras de emprego e renda, quer seja pelo comércio, artesanato, turismo náutico, da pesca (esportiva ou não), turismo de observação, entre outros.

Este estudo se propôs a caracterizar a sazonalidade e comprovar sua existência, ou seja, épocas de grande demanda por espaço, lazer e infra-estrutura e épocas com pouca ou nenhuma demanda, no município de Guaratuba – PR através de pesquisa focalizada com 11 indivíduos ligados direta ou indiretamente com o turismo. O problema da pesquisa questionava se a sazonalidade do turismo em Guaratuba acarretava reflexos tanto na qualidade de prestação de serviços turísticos quanto na vida da comunidade em geral. Pode-se concluir a partir do estudo que no município há baixa qualidade da prestação de serviços em todas as épocas do ano, e que a comunidade local é a que mais está relacionada os efeitos negativos da sazonalidade, pois fica sem qualificação, sem emprego, amargando problemas de endividamento e de criminalidade. As hipóteses inicialmente formuladas indagavam o seguinte: será que ocorreria sazonalidade pela falta de planejamento turístico; será que seria por fatores climáticos e territoriais; será que ocorreria sazonalidade pela falta de empenho do empresariado em criar motivos (eventos, programações, novos atrativos) ou pela falta de infra-estrutura? Ou ainda, será que a sazonalidade

provocaria queda na renda da população acarretando problemas econômicos e sociais?

Ao se analisar os resultados da pesquisa, pode-se comprovar haver pouco planejamento específico para o turismo e que os fatores climáticos são a principal causa da sazonalidade do município, já que todos os entrevistados responderam ser o clima o principal fator que ocasiona a sazonalidade. Sobre o fator relacionado aos motivos de ocorrência da sazonalidade, constatou-se que realmente faltam atividades complementares aos naturais, como por exemplo: eventos, lazer, programações motivadoras para que as pessoas visitem o município em outras ocasiões, que não seja a temporada de verão. Sobre os problemas sócio-econômicos advindos da sazonalidade, considera-se que foram os que ficaram mais evidenciados na pesquisa de campo, pois em Guaratuba os moradores apresentam diversas desvantagens competitivas, como despreparo e baixo poder econômico, principalmente fora da temporada de verão. Tais constatações reforçam a necessidade do planejamento do turismo, integrando o setor público com o privado.

A existência do planejamento turístico efetivado pelo poder público deveria servir à população das localidades turísticas, reconhecendo-se a heterogeneidade dessa população. Desta forma, tornar-se-ia mais possível a adoção de um modelo de desenvolvimento turístico que não estivesse direcionado apenas ao atendimento dos desejos dos turistas (visando os aspectos econômicos da atividade) e não se balizasse na cópia de modelos externos a essas localidades, trazidos pelos novos agentes que passam a explorar o território. Conforme Molina (2007), a inserção da população esbarra frequentemente nos interesses dos agentes hegemônicos (política e/ou economicamente) que se beneficiam da lógica de desenvolvimento turístico dominante. Nesse jogo de poder, perpetua-se a marginalização da população e acirram-se desigualdades sociais.

Para que os efeitos negativos da sazonalidade pudessem ser ao menos minimizados, seria necessária a regulamentação da relação público-privada, em que todos os atores envolvidos pudessem contribuir com o desenvolvimento turístico do município, embasados em legislação de gestão ambiental costeira existente, e os atores locais, os principais impulsionadores da aplicação de programas de gestão integrada possam garantir o desenvolvimento durável de regiões litorâneas, como Guaratuba, seja no âmbito ambiental, social ou econômico.

Este estudo se propôs a fazer um levantamento bibliográfico e documental sobre o turismo e a sazonalidade e de uma forma aprofundada caracterizar o objeto de estudo, ou seja, o município de Guaratuba. Neste contexto, a ideia foi, através da pesquisa de campo, caracterizar e comprovar a existência da sazonalidade, suas causas e efeitos do município em questão. Este estudo ainda conseguiu comprovar a existência nítida do turismo de segunda residência no município, característica de muitas cidades litorâneas. Este trabalho foi um estudo inicial sobre a existência da sazonalidade no município de Guaratuba, que poderá futuramente desencadear um estudo de caráter mais qualitativo sobre o significado da sazonalidade sob o ponto de vista do visitante e o impacto das correlações entre diferentes contextos de destino e as experiências, percepções e constrangimentos sazonais dos turistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. M. de. Turismo Litorâneo: Ocupação urbana e formação de ilhas de calor. **Turismo em Análise**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da USP, volume 11, n. 2, p. 71-89, 2000.

ALMEIDA, A. L. de; KASTENHOLZ E. **A sazonalidade no turismo e a estratégia de diversificação da procura**: O Caso do Norte de Portugal. Disponível em: <<http://www.atsie.com/Portals/4/artigos/A%20sazonalidade%20no%20Turismo.pdf>> Acesso em: 15/06/09.

ANGULO, R.J. As Praias do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 99, p. 97-103, jul./dez., 2000. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/99/rodolfo.pdf> Acesso em 10/03/2010.

ASSIS, L.F. de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, ano VII, n.11, 12 e 13, p. 107-122, set./out., 2003.

BAHL, M. **Legados étnicos na cidade de Curitiba**: para a diversificação da oferta turística local. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1994.

_____, M. **Agrupamentos Turísticos Municipais**. Curitiba: Prottexto, 2004.

_____, M. **Viagens e Roteiros Turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004.

BARRETTO, M. **Planejamento e Organização do Turismo**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1991.

BARROS, N. C. C. de. **Manual de geografia do turismo**: meio ambiente, cultura e paisagens. Recife: Universitária da UFPE, 1998.

BECKER, B. K. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.

BENI, M. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 1998.

BONFIM, B. B. R. **A Geografia na Formação do Profissional em Turismo**. 2007. 274f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BOTE GOMÉZ, V. **Planificación económica del turismo**: de una estrategia masiva a una estrategia artesanal. México: Trillas, 1990.

BOULLÓN, R. **Planificación del Espacio Turístico**. 3. ed. México: Trillas, 1997.

CARA, R. B. El turismo y los procesos de transformación territorial. In: RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e Geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, p.86-93, 2001.

CASTELLI, G. **Turismo: Atividade marcante do século XX**. 3. ed. Caxias do Sul: Educs, 1996.

CONSELHO DO LITORAL. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Guaratuba**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2002.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; SILVA, S. C. B. de M. e. **Turismo e geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: UECE, 2005.

CORIOLOANO, L. N. M. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. En publicación: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre, p. 367-378, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/21coriol.pdf>> Acesso em 10/12/2009.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CROCIA, N. Análise Regional e Destinações Turísticas: possibilidades teóricas e situações empíricas em geografia do turismo. **Turismo – Visão e Ação**, vol. 4 . no. 11, p. 9-28. Disponível em: <<https://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/1164/920>> Acesso em 10/02/2010.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 3. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

FALCÃO, J. A. G. O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda. In: Eduardo Yasigi (org.) **Turismo. Espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FRATUCCI, A.C. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. **GEOgraphia**, vol. 2, no. 4, p. 121-133, 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/45>> Acesso: em 05/02/2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GUARATUBA, Diretoria Municipal de Cultura, 2010.

GUARATUBA, Diretoria Municipal de Turismo, 2009 e 2010.

GUARATUBA, Associação Comercial. Junho 2010.

GUARATUBA, Prefeitura Municipal. 2009. Disponível em: <<http://www.guaratuba.pr.gov.br/site/index.php>> Acesso em entre outubro de 2007 e junho de 2010.

GUARATUBA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente. 2009.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/>> Acesso em maio de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso entre setembro de 2007 e agosto de 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS – IBAMA. Disponível em: <<http://ibama.gov.br>> Acesso em 10/03/2010.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. Disponível em: <<http://icmbio.gov.br>> Acesso em 10/03/2010.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL – IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/index.php>> Acesso entre agosto de 2008 e maio de 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL – IPARDES. **Cadeia Produtiva do Turismo no Paraná**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Turismo_Litoral_Parana.pdf> Acesso entre 20 de maio de 2009.

IVARS, J. A. Planificación turística de los espacios regionales em Espanha. Madri: Síntesis, 2002.

KNAFOU, R. Turismo e Território – por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A.B. **Turismo e Geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, p.62-74, 2001.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. Trad. Ailton Bonfim Brandão. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LAGE, H. G.; MILONE, P. C. **Economia do turismo**. Campinas: Papirus, 1998.

_____. Impactos socioeconômicos globais do Turismo. In: LAGE, H. G.; MILONE, P. C. **Turismo – teoria e prática**. São Paulo: Atlas, p. 117-131, 2000.

LUCAS, O. W. R. **The Design of Forest Landscape**. New York: Oxford University Press. 1991.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e Meio Ambiente na Mitificação dos Lugares. **Turismo em Análise**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da USP, volume 11, n. 1, p. 35-43, 2000.

MAFRA, J. S. **História do Município de Guaratuba**. Guaratuba, 1952.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDONÇA, F; KOZEL, S. (orgs) **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: UPFR, 2004.

MOLINA, F. S. **Turismo e Produção do Espaço**: O caso de Jericoacoara, CE. 2007.150f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MONTEJANO, J. **Estrutura del Mercado Turístico**. Madrid: Sintesis, 1996.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOTA, K. C. N. **Marketing Turístico**: promovendo uma atividade sazonal. São Paulo: Atlas, 2001.

MOURA, R.; WERNECK, D.Z. Ocupação Contínua Litorânea do Paraná: uma leitura do espaço. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 99, p. 61-82, jul./dez., 2000. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/99/rodolfo.pdf> Acesso em 10 de março de 2010.

NICOLÁS, D. H. Elementos para un análisis sociogeográfico del Turismo. In: Rodrigues A.B. (org.) **Turismo e Geografia - Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

OMT. **Lo que todo gestor turístico debe saber**. Madrid (Espanha): OMT, 1995.

OMT. **Introdução ao turismo**. Trad. Dolores Martin Rodríguez Corner. São Paulo: Roca. 2001.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Turismo. **Região Turística**: Litoral do Paraná em dados, 2008. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br>> Acesso em 05/07/2009.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Turismo. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/>> Acesso entre agosto de 2007 e agosto de 2009.

PARANAGUÁ, Prefeitura Municipal. 2010. Disponível em: <<http://www.paranagua.pr.gov.br/>> Acesso entre fevereiro e maio de 2010.

PEARCE, D. **Tourism Today** - A Geographical Analysis. New York: Longman, 1991.

PETROCCHI, M. **Turismo**: Planejamento e Gestão. 2. ed. São Paulo: Futura, 1998.

PIERRI, N; *et al.* A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, Editora UFPR, n. 13, p. 137-167, jan/jun, 2006.

PONTAL DO PARANÁ, Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. 2. ed. Primeiro Caderno, Pontal do Paraná, 2001.

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica**: pensamento internacional x situação brasileira. Campinas: Papirus, 1996. (Coleção Turismo).

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Espaço**. Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: HUCITEC, 1997.

RUARO, D. A. **Manual de Apresentação de Produção Acadêmica**. 2. ed. Pato Branco, Faculdade Mater Dei, 2004.

RUSCHMANN, D. **Marketing Turístico**: Um enfoque promocional. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

SAMPAIO, R. Ocupação das orlas paranaenses pelo uso balneário. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, Editora UFPR, n. 13, p. 169-186, jan/jun, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

_____. **Espaço & método.** 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SCHEUER, L. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Guaratuba.** AMLIPA, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA. **Área de Proteção Ambiental de Guaratuba.** Curitiba, 2001.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVEIRA, M. A. T. da. **Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento.** Um foco no estado do Paraná no contexto regional. 277 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2002.

_____. **A influência da Sazonalidade no Desenvolvimento de destinos turísticos:** Uma contribuição ao tema. 2010, no prelo.

SONEIRO, J. C. **Aproximación a la geografía del turismo.** Madrid: Sintesis, 1991.

SOUZA, M. J. O. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Iná Elias de Castro et al (org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TABARES, F. C. **Produto Turístico:** aplicación de la estadística y del muestro para sua deseño. 2.ed. México: Trillas, 1991.

TRIGO, L. G. **Turismo e Qualidade: Tendências Contemporâneas.** 6 ed. Campinas: Papirus, 1993.

TULIK, O. **Residências secundárias:** presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. 154 f. Tese (Livre-Docência) Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1995.

VAZ, G.N. **Marketing Turístico:** receptivo e emissivo. São Paulo: Pioneira. 1999.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, if you can print from a windows application you can use pdfMachine.

Get yours now!

VERA, J. F. **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel, 1997.

WAHAB, S.E.A. **Introdução à administração do Turismo**: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional – teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

WORD TOURISM ORGANIZATION. WTO/OMT. <<http://www.unwto.org/index.php>> Acesso entre setembro de 2007 e março de 2010.